

MARLI BURATO FARINA

**O PAPEL DA ESCOLA FRENTE AO PROCESSO DE DEMOCRATIZAÇÃO NO
BRASIL:
UM ESTUDO DE CASO SOBRE CULTURA POLÍTICA E AS DIMENSÕES DE
CIVISMO E CIDADANIA ENTRE AS NOVAS GERAÇÕES**

**Dissertação apresentada como
requisito parcial à obtenção do grau de
Mestre em Sociologia Política,
Programa de Pós-Graduação em
Sociologia Política, Universidade
Federal de Santa Catarina.
Orientadora: Prof^a Dr^a Elizabeth
Farias da Silva**

**FLORIANÓPOLIS
2005**

DEDICATÓRIA

Tiago e Moniki, que sempre pacientes e carinhosos souberam entender minhas ausências, a vocês dedico este trabalho.

AGRADECIMENTOS

É difícil precisar quantas pessoas auxiliaram-me nesta trajetória tão árdua e tão gratificante. Nomear a todos torna-se impossível neste espaço tão restrito. Alguns agradecimentos específicos, no entanto, não poderiam deixar de ser registrados.

Inicialmente, gostaria de prestar minhas homenagens a Professora Elizabeth Farias da Silva, orientadora competente, pelo apoio, críticas e estímulo, por respeitar minhas opiniões e entender minhas limitações. Sem a sua ajuda eu não conseguiria levar a bom termo este trabalho. Quanto aos erros e limitações que esta dissertação certamente possui, delas somente a sua autora pode ser responsabilizada.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina, sou imensamente grata pelas contribuições que, com toda certeza marcarão para sempre minha vida profissional. Em especial aos Professores Janice e Yan, que foram integrantes da banca na qualificação do projeto que originou esta dissertação, agradeço pelas preciosas recomendações. A todos os funcionários deste programa, em particular a Albertina, a Fátima e o Otto, obrigada.

Pela disponibilidade em me prestar auxílio, quando das minhas deficiências técnicas desde a etapa da confecção do projeto até o término da dissertação, meus sinceros agradecimentos a Joel Paese, cuja inspiração para minha formação remonta à graduação quando, como sua aluna, fui por ele encorajada a prosseguir nos meus estudos e a lutar por meus ideais.

Aos colegas do mestrado, meus agradecimentos se estendem também a vocês, que sempre deram sua parcela de contribuição nesta caminhada e procuraram na amizade o termo comum do diálogo. Às minhas amigas Maria Tereza e Carla que constituíram uma permanente fonte de estímulo, meu eterno agradecimento. A Valdete, companheira de todos os momentos, grata por tudo. Ivete, minha grande amiga e sócia, obrigada por fazeres parte de minha trajetória, sua ajuda e presença constantes são de um valor inestimável.

Agradeço também a CAPES pelo financiamento de meus estudos durante a segunda fase do Mestrado.

Muitos outros agradecimentos são devidos, mas se fosse particularizá-los poderia incorrer em erros, por omissão, quero no entanto, recordar o muito que este trabalho deve a todos os alunos da terceira série do ensino médio (ano de 2004) da Escola de Educação

Básica Verônica Senem, que se dispuseram a responder meus questionamentos e ao Professor de Sociologia Pedro Conteratto, sem cuja solicitude a pesquisa seria inviável.

Pela força e apoio incondicional, agradeço ao esposo Mauro, meus pais Olinto e Idalina, minhas irmãs, Loreci, Loréte, Lenice, Marlene e Roseli.

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS	vi
LISTA DE SIGLAS	viii
RESUMO	ix
ABSTRACT	xi
1 – INTRODUÇÃO	1
2 – EDUCAÇÃO	9
2.1 – CONCEITOS E DEFINIÇÕES.....	9
2.2 – DA EDUCAÇÃO TRADICIONAL À EDUCAÇÃO NOVA.....	15
2.3 – A EDUCAÇÃO NO BRASIL.....	16
2.4 – DADOS GERAIS SOBRE A EDUCAÇÃO NO BRASIL.....	24
2.5 – SANTA CATARINA NO CONTEXTO.....	25
2.6 – CARACTERIZANDO NOSSO UNIVERSO DE ESTUDO.....	29
2.7 – ASPECTOS HISTÓRICOS E FÍSICOS DE GALVÃO.....	31
2.8 – ASPECTOS SÓCIO ECONÔMICOS.....	34
3 – DEMOCRACIA, CULTURA POLÍTICA E CIDADANIA	37
3.1 A QUESTÃO TEÓRICA.....	37
3.2 – CULTURA POLÍTICA E DEMOCRATIZAÇÃO.....	42
3.3 – COMPORTAMENTO POLÍTICO E CULTURAL: FORTES INDÍCIOS DE MUDANÇAS.....	46
3.4 – TEORIZAÇÕES ACERCA DA DEMOCRACIA.....	48
3.5 – O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES: FAMÍLIA E ESCOLA.....	54
3.6 – OS JOVENS ENQUANTO ATORES POLÍTICOS.....	57
4 – JUVENTUDE, CULTURA POLÍTICA E EDUCAÇÃO: ANÁLISE DOS DADOS	61
4.1 – JUVENTUDE: DE QUEM SE TRATA?.....	61
4.1.1 – Os Jovens no Cenário Nacional.....	63
4.2 – CARACTERÍSTICAS DOS ALUNOS PESQUISADOS.....	65
4.2.1 – Características sociodemográficas.....	65
4.2.1.1 – Sexo.....	65
4.2.1.2 – Idade.....	66
4.2.1.3 – Estado civil e filiação religiosa.....	67
4.2.1.4 – Grau de escolaridade e ocupação dos pais dos entrevistados.....	68
4.3 – EFICÁCIA POLÍTICA NA ESCOLA.....	71
4.4 – A INFLUÊNCIA DA ESCOLA NA FORMAÇÃO POLÍTICA DOS JOVENS EDUCANDO.....	75
4.5 – VALORES E INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS.....	80
4.5.1 – Interesse por política.....	81
4.5.2 – Confiança e adesão às instituições.....	86
4.5.3 – Avaliação da democracia.....	93
4.5.4 – Elitismo Político.....	97
5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS	100
BIBLIOGRAFIA	105
ANEXO	109

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – POPULAÇÃO JOVEM NO BRASIL POR GRUPO DE IDADE SEGUNDO A SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO.....	65
TABELA 2 – PROPORÇÃO DE ALUNOS DA TERCEIRA SÉRIE DO ENSINO MÉDIO POR SEXO, NA E.E.B.V.S – 2004	66
TABELA 3 – IDADE DOS ALUNOS ENTREVISTADOS.....	67
TABELA 4 – FILIAÇÃO RELIGIOSA DOS ENTREVISTADOS.....	67
TABELA 5 – GRAU DE ESCOLARIDADE DO PAI.....	69
TABELA 6 – GRAU DE ESCOLARIDADE DA MÃE.....	69
TABELA 7 – VOCÊ COSTUMA DISCUTIR OS PROBLEMAS DA ESCOLA COM SEUS COLEGAS?.....	72
TABELA 8 – QUANDO NÃO GOSTA DE ALGUMA COISA NA ESCOLA, O QUE FAZ?.....	72
TABELA 9 – VOCÊ PERTENCE A ALGUMA ORGANIZAÇÃO ESTUDANTIL?.....	73
TABELA 10 – VOCÊ GOSTARIA DE OCUPAR ALGUM CARGO DE LIDERANÇA ESTUDANTIL?.....	73
TABELA 11 – VOCÊ ACHA QUE OS ALUNOS DEVERIAM TER INFLUÊNCIA NAS DECISÕES DA ESCOLA?.....	74
TABELA 12 – NA SUA OPINIÃO, O CONHECIMENTO E AS EXPERIÊNCIAS EXTRA-ESCOLARES SÃO VALORIZADAS PELOS PROFESSORES?.....	75
TABELA 13 – NA SUA OPINIÃO, QUEM DESEMPENHA UM PAPEL MAIS RELEVANTE NO PROCESSO DE SUA FORMAÇÃO PARA SE TORNAR UM CIDADÃO MAIS CONSCIENTE E PARTICIPATIVO?.....	76
TABELA 14 – NA SALA DE AULA SÃO DIFUNDIDOS VALORES RELACIONADOS À ORDEM DEMOCRÁTICA. EM RELAÇÃO A ESTA AFIRMATIVA VOCÊ:.....	77
TABELA 15 – VOCÊ CONCORDA OU DISCORDA DA SEGUINTE AFIRMAÇÃO: “A ESCOLA CUMPRE PLENAMENTE A FUNÇÃO DE FORMAÇÃO DO CIDADÃO POSSIBILITANDO AOS SEUS ALUNOS A COMPREENSÃO DA REALIDADE POLÍTICA ATUAL”.....	77
TABELA 16 – "DE UM MODO GERAL, QUAL O SEU GRAU DE INTERESSE POR POLÍTICA?".....	82
TABELA 17 – "FALANDO DA CAMPANHA ELEITORAL DO ÚLTIMO ANO, VOCÊ:".....	83
TABELA 18 – "VOCÊ COSTUMA FALAR DE POLÍTICA EM CASA, COM PESSOAS DA FAMÍLIA, NO TRABALHO, COM VIZINHOS, ETC?".....	84
TABELA 19 – "VOCÊ ASSISTIU NA TELEVISÃO ALGUM DEBATE ENTRE CANDIDATOS NAS ÚLTIMAS ELEIÇÕES?".....	84
TABELA 20 – "VOCÊ COSTUMA:".....	85
TABELA 21 – "PARTICIPARIA DE ATIVIDADES POLÍTICAS SE CONVIDADO?".....	86
TABELA 22 – "COM RELAÇÃO AOS SEGUINTE PERSONAGENS E INSTITUIÇÕES, QUAL O SEU GRAU DE CONFIANÇA?".....	87
TABELA 23 – "VOCÊ ACHA QUE O VOTO É IMPORTANTE?".....	89
TABELA 24 – "NÃO SENDO OBRIGATÓRIO O VOTO, VOCÊ VOTARIA ASSIM MESMO?".....	90

TABELA 25 – "DE UM MODO GERAL, VOCÊ DIRIA QUE O BRASIL É GOVERNADO EM BENEFÍCIO DE:"	90
TABELA 26 – "NA SUA OPINIÃO, OS POLÍTICOS BRASILEIROS, EM PRIMEIRO LUGAR CUIDAM:"	91
TABELA 27 – "COM QUAL DAS SEGUINTE OPINIÕES VOCÊ CONCORDA MAIS:"	91
TABELA 28 – "VOCÊ ACHA QUE OS PARTIDOS POLÍTICOS REPRESENTAM MAIS:"	91
TABELA 29 – "COMO VOCÊ AVALIA O DESEMPENHO DO GOVERNO FEDERAL?"	92
TABELA 30 – "COMO VOCÊ AVALIA O DESEMPENHO DO GOVERNO ESTADUAL?"	92
TABELA 31 – "COMO VOCÊ AVALIA O DESEMPENHO DO ATUAL GOVERNO MUNICIPAL?"	93
TABELA 32 – "VOCÊ CONCORDA OU DISCORDA DA SEGUINTE AFIRMAÇÃO: A DEMOCRACIA É A MELHOR FORMA DE ORGANIZAÇÃO POLÍTICA PARA O BRASIL?"	94
TABELA 33 – "NA SUA OPINIÃO, NO BRASIL VIVEMOS UMA DEMOCRACIA?"	94
TABELA 34 – "O SISTEMA POLÍTICO VIGENTE, CORRESPONDE AS SUAS EXPECTATIVAS DE COMO DEVERIA SER OU FUNCIONAR UMA DEMOCRACIA?"	95
TABELA 35 – "COMO UM "CIDADÃO COMUM", VOCÊ ACREDITA QUE INFLUENCIA NA POLÍTICA?"	96
TABELA 36 – "VOCÊ CONCORDA OU DISCORDA DA SEGUINTE AFIRMAÇÃO: "AO TOMAR UMA DECISÃO, O GOVERNO DEVE OUVIR APENAS A OPINIÃO DAS PESSOAS QUE TEM CONHECIMENTO SOBRE O ASSUNTO"	98
TABELA 37 – "NA SUA OPINIÃO, APENAS OS DOTADOS DE ESCOLARIDADE SUFICIENTE DEVERIAM PODER VOTAR?"	98
TABELA 38 – "NA SUA OPINIÃO, APENAS OS DOTADOS DE ESCOLARIDADE SUFICIENTE DEVERIAM PODER CONCORRER A CARGOS ELETIVOS?"	98
TABELA 39 – "VOCÊ CONCORDA OU DISCORDA DA SEGUINTE AFIRMAÇÃO: "EXISTEM MUITAS MANEIRAS DE INFLUIR NA POLÍTICA DO PAÍS E DO ESTADO, MAS É NECESSÁRIO QUE AS PESSOAS SE INTERESSEM E QUEIRAM PARTICIPAR."	99

LISTA DE SIGLAS

ACTs	– ADMITIDOS POR CARÁTER TEMPORÁRIO
AMAI	– ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO IRANÍ
BID	– BANCO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO
IBGE	– INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
IC	– INSTITUTO CIDADANIA
INEP	– INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS
IPEA	– INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA
LDB	– LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL
MEC	– MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
PCNs	– PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS
PEM	– PLANO DE ENSINO MÉDIO
PEP	– PLANO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
PNAD	– PESQUISA NACIONAL DE AMOSTRAS POR DOMICÍLIO
PPAC	– PROGRAMA PREFEITO AMIGO DA ESCOLA
PPP	– PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO
SED	– SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO
SESC	– SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DE SANTA CATARINA
UNESCO	– ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E CULTURA

RESUMO

A presente dissertação analisa a gama de valores que norteia o comportamento e as crenças compartilhadas por um grupo de educandos, tratando de averiguar a existência ou não de uma cultura política democrática entre eles, tendo em vista a importância de se estabelecer entre as novas gerações, símbolos capazes de gerar conhecimentos e avaliações que se compatibilizem com a democracia. O referido estudo tratou de alguns aspectos que nos possibilitam entender como estes alunos que freqüentam o último ano do ensino médio, numa escola pública no município de Galvão, oeste catarinense, se entendem como sujeitos políticos e se posicionam diante de temas como Estado, educação, cidadania, democracia, participação política e civismo. Procurou igualmente, identificar o grau de influência que a escola exerce sobre estes jovens, ou seja, até que ponto os mesmos atribuem a esta instituição o papel educativo quando se trata de assuntos como os supra citados. Optar por pesquisar um grupo de jovens se deve, sobremaneira, às preocupações existentes nos meios acadêmicos sobre o acentuado declínio nos níveis de participação e interesse político desse segmento social. Escolher a escola, por sua vez, deve-se às dimensões da mesma, o que a faz bastante influente entre as instituições de socialização política, por se tratar de um espaço de circulação de ideologias e disseminadora de uma cultura cívica e política, podendo vir a ser um instrumento que conduza a participação dos jovens, sem a qual a democracia perde em legitimidade e em qualidade. Para operacionalizar a presente pesquisa, foram utilizadas técnicas de coleta de dados quantitativos e qualitativos, com a combinação de observação *in loco*, relato escrito e questionário auto-aplicável. Nosso público alvo está restrito a 50 jovens educandos, abrangendo o total de alunos que cursaram o último ano do ensino médio em 2004, na Escola de Educação Básica Verônica Senem, no município acima citado. Os resultados encontrados pelo conjunto das respostas dadas as questões feitas aos nossos entrevistados, nos permitiu perceber o alto grau de influência e a importância que esse jovens atribuem a escola, na sua formação cívica, política e cidadã, contrariando teóricos como Sartori, que afirma ser a atual cultura política juvenil “audiovisual”, onde a escola e a família perderam a sua relevância. Num âmbito geral, podemos afirmar que os jovens em questão demonstraram um elevado grau de interesse em relação à política e um sentimento de apreço que é favorável à democracia, apesar da desconfiança nos políticos e instituições de representação democrática.

Palavras-chave: Ensino Médio; Escola; Democracia; Cultura Política; Jovens.

ABSTRACT

To present dissertation it analyzes the range of values that orientates the behavior and the faiths shared by a group of students, discovering the existence or not of a democratic political culture among them, tends in view the importance of establishing among her the new generations, symbols capable to generate knowledge and evaluations that if compatibilizem with the democracy. Referred him study he/she treated of some aspects that make possible to understand each other as these students that frequent the last year of the medium teaching, in a public school in the municipal district of Galvão, west catarinense, understand each other as political subjects and they are positioned before themes as State, education, citizenship, democracy, political participation and civism. He/she/you sought equally, to identify the influence degree that the school exercises on these young ones, in other words, to what extent the same ones attribute the this institution the educational paper when it is dealt with matters as the supra mentioned. To choose for researching a group of youths is due, excessively, to the existent concerns in the academic means on him accentuated decline in the participation levels and political interest of that social segment. To choose the school, for your time, he/she is due to the dimensions of the same, what makes her quite influential among the institutions of political socialização, for treating of a space of circulation of ideologies and disseminadora of a civic and political culture, could come to be an instrument that leads the youths' participation, without which the democracy loses in legitimacy and in quality. For operacionalizar to present researches, techniques of collection of quantitative and qualitative data were used, with the combination of observation in loco, written report and solemnity-applicable questionnaire. Our white public is restricted to 50 young students, embracing the students' total that you/they traveled the last year of the medium teaching in 2004, in the School of Basic Education Verônica Senem, in the municipal district above mentioned. The results found by the group of the given answers the subjects made to our interviewees, he/she allowed to notice us the high influence degree and the importance that that young ones attribute the school, in your civic formation, politics and citizen, thwarting theoretical like Sartori, that affirms to be the current juvenile " political culture audiovisual ", where the school and the family lost her temper. In a general ambit, we can affirm that the youths in that, as the traditionalistic strategies or corporativistas maintained by the political elites, the fetter to the constitutional progresses in the development of the civil and social citizenship

Words-keys: Medium Teaching; School; Democracy; Political Culture; Young.

INTRODUÇÃO

São inúmeros os problemas persistentes quando da análise do funcionamento da democracia brasileira, como as estratégias tradicionalistas ou corporativistas mantidas pelas elites políticas, os entraves aos avanços constitucionais no desenvolvimento da cidadania civil e social, bem como a vigência de práticas políticas não democráticas. Estas constatações “nos levam a supor a existência de uma cultura política que se mantém ao longo do autoritarismo, sugerindo um entendimento da democratização como um processo mais longo de transformações da cultura política e das relações Estado-sociedade” (AVRITZER, 1995, p.109-110).

Neste contexto, de acordo com Avritzer (1995) é perceptível o hiato existente entre a formalidade de instituições e a incorporação de fato da democracia às práticas cotidianas dos sujeitos políticos. Desta forma torna-se claro, num país como o Brasil, o entrelaçamento de uma cultura política de cunho autoritário, com a institucionalidade democrática. De tal realidade parece resultar uma instabilidade política permanente. De acordo com Baquero (2002), esta situação acaba comprometendo a legitimidade e consolidação do regime político democrático, na medida em que desperta nos cidadãos um forte sentimento de resignação, indiferença e ceticismo em relação a política.

Não bastasse esta base autoritária em nossos valores políticos, ao cenário nacional devemos acrescentar uma crise econômica e social aguda, caracterizada por uma desigualdade brutal, responsável por problemas e conflitos societários graves que no longo prazo podem colocar em risco a estabilidade desta forma de governo.

Todas estas adversidades que fazem parte do cotidiano dos países em desenvolvimento como o Brasil, de acordo com Baquero (2004), influenciam de forma direta na configuração da cultura política que nesse meio se institucionaliza (p.120). Dessa forma, se na dimensão política o processo de democratização aponta para uma preocupação crescente com a participação dos cidadãos, questão que está em pauta na agenda dos governantes, a área econômica apresenta acentuadas transformações que decorrem, entre outros fatores, do processo de globalização. Na área cultural, por conseguinte, pode-se averiguar uma forte tendência à homogeneização tanto de valores quanto de normas que não raro, não correspondem às características autóctones da nossa e das demais sociedades em desenvolvimento (Idem).

Como resultado de todas estas transformações são inúmeras as alterações sentidas no modo de viver e de perceber a realidade da população, conseqüência natural num processo de transformação constante de uma nação. Instaure-se uma tensão permanente em decorrência do aumento da demanda da sociedade em contrapartida com a diminuição e a concentração dos recursos materiais disponíveis interferindo diretamente na vida cotidiana de todos.

“Os jovens são os mais afetados por essas transformações, pois são eles que estão enfrentando as maiores dificuldades tanto no mercado de trabalho quanto às suas expectativas de um futuro melhor” (Ibid., p.121). O autor argumenta ainda que o constante agravamento dessas dificuldades “tem produzido atitudes e comportamentos da juventude, de ceticismo, desesperança, distanciamento e desconfiança em relação à política (...) produzindo uma geração de jovens desencantados e irresponsáveis” (Idem).

Algumas pesquisas, segundo Baquero (2004), constata os baixos níveis de participação dos jovens na política formal, suscitando a idéia de que esse segmento populacional nas últimas três décadas tem se tornado “apolítica” e até mesmo “antipolítica”. As divergências, entretanto, sobre o papel dos jovens na sociedade moderna, são responsáveis por pesquisas (BAQUERO, 1997; 2004; SCHMIDT, 2004; PRÁ, 2004, dentre outros) que buscam perceber a influência de instituições ditas tradicionais como a família e a escola, nas atitudes e experiências sociais cotidianas dos jovens e, conseqüentemente no processo de socialização na dimensão do desenvolvimento de suas habilidades interpessoais, bem como no sistema de crenças e valores em relação aos objetos e ao sistema político nas suas várias facetas.

Esta dissertação que ora apresentamos, tem como motivação primordial relacionar o tema exposto acima com instituições tradicionais como a família e em especial a escola, que no Brasil República sempre esteve presente no processo de desenvolvimento e cristalização dos valores políticos, e na formação de uma cultura cívica centrada no nacionalismo.

Para corroborar com tal assertiva, encontramos em Carvalho (1998) estudos que confirmam que ao final do Império, “já se construía uma tradição, um imaginário coletivo” (p.3) porém somente entre a elite letrada, sendo que não há indicação de sua vigência entre a grande maioria da população e, já neste período o principal mecanismo de propagação de imagens nacionais era a educação primária. “Durante o Império essa educação era totalmente desnacionalizada, não sendo provável que tivesse sido

transmissora de patriotismo de qualquer espécie, além de atingir parcela muito pequena da população” (Ibid., p.4). As adoções de livros ocorreram nas escolas primárias e secundárias “coerente com as tentativas, feitas após a proclamação da República, de promover a educação cívica das crianças via textos escolares” (Ibid., p.5).

Como exemplo disso, temos sob o governo burocrático-autoritário (1964-1985) a implantação do Decreto-Lei n.º 869 de 12 de setembro de 1969 implantando em caráter obrigatório, a disciplina “Educação Moral e Cívica nas escolas de todos os níveis e modalidades, dos sistemas de ensino no País. No sistema de ensino superior a obrigatoriedade configurou-se na disciplina chamada “Estudos de Problemas Brasileiros” (SILVA, 2002).

A instrução pública, segundo Carvalho (1990) visava desde os primórdios da República a criação de um imaginário popular e a “formação de almas”, com vistas a construção social da idéia de nação, de pertencimento a uma pátria. Para atingir estes objetivos, os governantes sempre se utilizaram da escola, por ser um espaço privilegiado de circulação das ideologias e por ser uma instituição pública de fácil manipulação por parte do Estado.

Esta pesquisa foi desenvolvida a partir da motivação na crença que é de fundamental importância a realização de estudos que possam averiguar o nível de engajamento, interesse e participação dos jovens das novas gerações no que se refere às questões políticas. Buscamos igualmente perceber a influência de instituições como a escola na formação da cultura política e cívica dos mesmos, para melhor compreendermos o processo da construção democrática em curso nos países latino-americanos, e particularmente no caso brasileiro. Isso se deve ao fato de que uma das questões em pauta no Brasil atualmente diz respeito à atitude dos cidadãos em relação à democracia, sendo que a história política brasileira é marcada por longos períodos de ditadura, herança de um passado com bases escravocratas sobre o qual nossa sociedade foi fundada (O’DONNELL, 1988).

Optar por realizar esta pesquisa junto a um grupo de jovens que frequenta o último ano do ensino médio, em uma escola pública no município de Galvão, região oeste de Santa Catarina, com idade suficiente para participar dos pleitos eleitorais, se deve, sobretudo, as preocupações verificadas nos meios acadêmicos e políticos sobre o declínio nos níveis de participação e engajamento político das novas gerações. A escolha da escola, por sua vez, deve-se às dimensões desta instituição que a fazem bastante influente entre as

instituições de socialização política, haja vista que a mesma é um espaço de circulação de ideologias e disseminadora da cultura cívica e política que pode ser condizente ou não com o regime político vigente. A mesma pode vir a ser um instrumento que conduza a participação dos jovens, sem a qual a democracia perde em legitimidade e em qualidade.

O objetivo principal da investigação, portanto, é fazer uma leitura que privilegie as instituições de socialização política, em especial a escola, através de uma análise dos valores político-culturais de um grupo de jovens eleitores que frequenta o último ano do ensino médio, numa escola pública no oeste de Santa Catarina.

Entendemos ser de primordial importância realizar estudos e pesquisas referentes o tema a que nos referimos, em regiões interioranas, tendo em vista sua relevância e, a inexistência de trabalhos contemporâneos realizados no interior do Brasil. Para ser mais exata, os poucos dados referentes a estes estudos, que conseguimos levantar através de pesquisas, são realizados somente nos grandes centros urbanos, sendo o interior do Brasil totalmente negligenciado.

Ter optado por realizar esta pesquisa em Galvão se justifica também, pelo grau de generalidade deste em relação aos demais pequenos municípios da microrregião da AMAI (Associação dos Municípios do Alto Itaipava, que abrange 17 municípios), os quais são predominantemente agrícolas e apresentam dados econômicos, populacionais e educacionais semelhantes. De acordo com o último censo de 2000, os dados do IBGE apontam que 60,34% da população destes municípios residem na zona rural enquanto que 39,66% da população ocupam as áreas urbanas.

Os objetivos específicos foram:

- Verificar, através de questionários semi-estruturados, qual a percepção dos educandos em relação ao seu papel enquanto atores políticos e o seu posicionamento quanto às questões que envolvem uma maior participação;
- Analisar a postura dos jovens frente ao processo de democratização do país;
- Identificar os valores centrais que configuram a cultura cívica e política dos educandos em questão;
- Averiguar, através de dados quantitativos e qualitativos, em que medida a escola, enquanto instituição de socialização, através dos professores, prepara para o desenvolvimento da cidadania e influencia na formação dos conceitos e valores políticos dos educandos que frequentam o último ano do ensino médio.

Para alcançar os objetivos propostos acima esta dissertação foi dividida conforme especificado na seqüência.

O capítulo 1, “Educação”, é um apanhado geral sobre educação no mundo ocidental. Foi desenvolvido com o intuito de melhor compreendermos a história da educação desde seu surgimento até os dias atuais, e ancorarmos teoricamente o presente trabalho. O primeiro passo nesta discussão teórica acerca da educação é uma digressão. Procede-se, portanto, ao levantamento teórico do pensamento pedagógico que predominou desde as sociedades grega e romana até a contemporaneidade, buscando suporte à compreensão de como a escola se posiciona enquanto instituição de socialização política e influencia na cultura política e cívica dos educandos nas novas gerações.

Para tanto, discutem-se abordagens clássicas e contemporâneas de linhagem religiosa, laica e tradicionalista em cotejo com tendências escolanovistas. Aqui são convocadas teorias de Platão (1996), Durkheim (1984) e outros, dispostos no decorrer do trabalho.

Este capítulo traz ainda um item dedicado a educação no Brasil - República, onde após algumas décadas, passa a ser relevante o papel da escola na formação cívica da população com a manipulação de símbolos e rituais, e no plano ideológico, com a criação de uma consciência de nação, objetivando a legitimidade da nova forma de governo. Analisa-se também dados gerais sobre a educação no Brasil assim como o Estado de Santa Catarina no contexto, seguindo com a caracterização do nosso universo de pesquisa para melhor situar o leitor.

Adota-se como ponto de partida a influência de duas instituições ditas tradicionais, a família e a escola, na formação política-cultural do grupo de jovens educandos em questão. Procuramos, entretanto, salientar as especificidades de nosso objeto de pesquisa - jovens que residem em uma cidade interiorana, com padrões familiares e religiosos estabelecidos, tendo a escola como determinante na sua formação cívica e política, com pouco acesso a computadores, internet e demais meios de informação — e adiantamo-nos que os alunos deixam claro a importância da escola, o que vai ao encontro de teóricos como Durkheim (1984), que afirma que a influência da educação prepara os jovens enquanto um novo ser social para sua atuação futura na sociedade, contrapondo-se a Sartori (1999) que afirma (a partir de pesquisas feitas com jovens urbanos, na Itália e Estados Unidos) ser a atual cultura juvenil audiovisual e tanto a escola quanto a família já não desempenham papel relevante na formação política das novas gerações.

Nesse sentido, para entender a influência ou não de instituições como a escola na formação política das novas gerações é também fundamental levar em conta que os espaços sociais e políticos são heterogêneos e, o universo por nós pesquisado é suficientemente reduzido para não dar margem a generalizações. Por outro lado, não se pode reduzir resultados do que acontece com este contingente populacional (os jovens) a explicações unívocas.

O capítulo 2, “Democracia, Cultura Política e Cidadania”, é eminentemente teórico. Neste capítulo tratamos de definir alguns conceitos, que esperamos deixar claro, orientará (juntamente com o conteúdo do primeiro capítulo) nossa discussão posterior. Nele, além das categorias cultura política e democracia, se discute o comportamento político dos jovens, bem como o papel de instituições como a família e a escola na sua formação político-cultural. Procuramos com isso além de analisar a importância destas instituições tradicionais para os jovens na atualidade, compreender o processo de democratização em curso nos países latino americanos, mais especificamente o Brasil, e a importância de uma cultura política democrática para a manutenção e consolidação do regime vigente, em uma nação de raízes escravocratas, com uma história política elitizada, marcada pelo clientelismo e pela tutela.

Apresentamos um debate sobre duas perspectivas teóricas sobre cultura política, que orientará a análise de nossa pesquisa, visando contemplar os objetivos específicos de nossa dissertação, arrolados acima.

Uma das vertentes teóricas, com autores como Carvalho (1999), Chauí (2000), Baquero (1998; 2004) dentre outros, afirmam que nossa organização social traz em si valores arraigados de hierarquia e desigualdade, dando margem a negação da cidadania e a resistência de um padrão de cultura política pouco favorável a consolidação do regime democrático.

Por outro lado, encontramos autores como Moisés (1995) e Lamounier (1991), que apresentam uma visão mais otimista em relação ao cenário político brasileiro. Estes autores destacam uma mudança nos últimos anos nos padrões de comportamento político dos brasileiros, com inovações que começam a despontar nas décadas de 70 e 80, através dos movimentos sociais, que se apresentam com discursos e práticas que desafiam as estruturas tradicionais, trazendo propostas de novos valores e práticas políticas.

A predominância de uma ou outra das perspectivas expostas acima, podem ser averiguadas somente a partir da realização de estudos minuciosos no nível micro (e

posteriormente macro) como este por nós empreendido, sobre esta questão tão complexa que, de acordo com teóricos como Baquero (1997), é pouco estudada na América Latina e, em especial no Brasil.

É no presente capítulo, “Democracia, cultura política e cidadania”, que está a peça chave deste trabalho, portanto, a base teórica para a resposta ao objetivo geral exposto num dos parágrafos dessas notas introdutórias. Ou seja, discutem-se aqui elementos que dêem legitimidade para perquirir se a cultura política dos jovens por nós pesquisados, se insere no primeiro ou no segundo caso, ou seja, se estes jovens estão desenvolvendo uma cultura política condizente ou não com o regime político democrático.

Capítulo 3. Os resultados da pesquisa empírica compõem o terceiro e último capítulo desta dissertação. Neste apresentamos a análise dos dados coletados e as considerações e possíveis conclusões a que chegamos acerca do problema teórico proposto.

Ressaltamos, porém, as limitações da presente pesquisa. Dentre elas está a escolha metodológica, através da qual se pretende traçar o alcance dos resultados obtidos. Trata-se aqui de um estudo de caso que, “como o próprio nome sugere, é uma técnica adequada à interpretação de fenômenos específicos e localizados” (HOROCHOVSKI, 2003, p.29).

Fica claro, portanto, a impossibilidade de generalizações dos resultados que serão expostos, para um âmbito geograficamente mais amplo. O alcance desta pesquisa, do ponto de vista científico, pode ser entendido somente como análise parcial da realidade de jovens que freqüentam o último ano do Ensino Médio em escolas públicas, com idade entre 15 e 22 anos, no interior de Santa Catarina, o que pode permitir possíveis projeções para análises deste tipo de estudo de caso e mesmo comparações.

Há outras limitações que devem ser consideradas. A entrevista semi-estruturada e o relato escrito, que busca captar os posicionamentos político-culturais dos entrevistados, apesar de lhes dar um grau de liberdade e abertura que seria impraticável com a aplicação de um instrumento totalmente fechado, não elimina a subjetividade da interpretação pelo pesquisador.

Uma outra limitação importante diz respeito ao caráter restrito da pesquisa. Os dados levantados, restringem-se praticamente a influência das instituições, família e escola. Com isso as afirmações sobre a formação da cultura política dos jovens na sociedade contemporânea, tem origem em outras fontes de pesquisa. Uma continuação do trabalho, com outras técnicas que não o estudo de caso, deveria abranger outros canais de

informação e instituições formadoras de opiniões políticas com as quais as novas gerações mantém contato, além de aprofundar-se na investigação para um espaço geográfico mais amplo, possibilitando a operacionalização de análises comparativas, para uma maior proximidade da realidade político cultural das novas gerações dentro do contexto nacional.

Para operacionalizar a pesquisa do caso acionaram-se algumas técnicas de coleta de dados. Os procedimentos foram: levantamento de dados quantitativos e qualitativos, observação *in loco*, e relato escrito. A metodologia utilizada envolveu a combinação de um questionário (ANEXO I) auto-aplicável, com umas poucas questões abertas, sendo a grande maioria questões fechadas. O mesmo teve como alvo cinquenta entrevistados, contabilizando o total de alunos que freqüentavam o último ano do ensino médio na Escola Estadual de Educação Básica Verônica Sênem, no município de Galvão, Santa Catarina, no ano de 2004.

A fim de complementar as informações obtidas com a aplicação dos questionários foi realizado um encontro com todos os alunos juntamente com a professora de Língua Portuguesa, onde se discutiu a importância da escola na vida dos jovens entrevistados. Ao término do referido debate, todos fizeram um relato escrito sobre o que pensam a respeito da referida instituição e o que ela representou para eles durante todo o processo de aprendizagem desde as séries iniciais até o último ano do ensino médio. Esse material deu-nos subsídios para a análise posterior e corroborou para as afirmações que, supõe-se, atendem ao objetivo maior da presente investigação (a influência da escola na formação do civismo e da cultura política dos jovens) que é de curto alcance, haja vista as pretensões de uma dissertação de mestrado. Os resultados da pesquisa teórica e do levantamento de dados empíricos estão dispersos no decorrer dos capítulos a seguir.

2 – EDUCAÇÃO

2.1 – CONCEITOS E DEFINIÇÕES

O DEBATE DE TEMÁTICAS QUE TANGENCIAM A EDUCAÇÃO NO MUNDO CONTEMPORÂNEO, RESULTAM EM CONFRONTOS ABERTOS DE POSTURAS INTELECTUAIS DISTINTAS. ADENTRAR NESSA DISCUSSÃO TORNA-SE, PORTANTO, UMA ÁRDUA TAREFA DEVIDO ÀS DIVERGÊNCIAS QUE ENVOLVEM AS TEORIZAÇÕES SOBRE A EDUCAÇÃO ENQUANTO PRÁTICA SOCIAL, BEM COMO AS VÁRIAS FORMAS EM QUE OS SISTEMAS EDUCATIVOS SÃO APLICADOS NAS DIFERENTES SOCIEDADES. ADIANTAMOS QUE, OS LIMITES — TEÓRICOS E PRÁTICOS — DESTA DISSERTAÇÃO NÃO DARÃO CONTA DE ELUCIDAR A GAMA DE QUESTÕES QUE ESTA TEMÁTICA SUSCITA. ESPERO, PORÉM, SER BEM SUCEDIDA EM PONTUAR ALGUMAS PARTICULARIDADES QUE CONSIDERO PERTINENTES PARA UMA ANÁLISE POSTERIOR DAS QUESTÕES QUE NORTEIAM A PRESENTE INVESTIGAÇÃO, A QUAL ACENTUA UMA CONEXÃO ENTRE POLÍTICA, EDUCAÇÃO E AS NOVAS GERAÇÕES NA SOCIEDADE MODERNA.

MAS DE QUE SE FALA QUANDO SE EVOCA A PALAVRA EDUCAÇÃO? PARA RESPONDERMOS A ESTA QUESTÃO, UM TRATAMENTO MAIS GERAL DA BASE TEÓRICA SE FAZ NECESSÁRIO.

COMO INTRÓITO À INCURSÃO HISTÓRICA QUE PROCURAREMOS REALIZAR, PODE-SE ABORDAR O PRINCÍPIO EDUCACIONAL DE PLATÃO (427-347 A.C.), - PRINCIPAL DISCÍPULO DE SÓCRATES- UM DOS MAIS ANTIGOS PENSADORES DOS ELEMENTOS CULTURAIS E POLÍTICOS, BEM COMO SOBRE A PRÁTICA DA EDUCAÇÃO NO OCIDENTE. O MESMO DEFENDE QUE A SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA INFANTIL É A FORMA MAIS EFICAZ DE TORNAR O HOMEM UM SER VIRTUOSO, PREPARADO PARA A VIDA EM GRUPO E PARA DESEMPENHAR PAPÉIS NA SOCIEDADE (PLATÃO, 1996). PARA ESTE FILÓSOFO GREGO, A TAREFA DA EDUCAÇÃO CONSISTIA EM FAZER OS CIDADÃOS PERCEBEREM A REALIDADE PURA SEM QUALQUER FALSIDADE, ULTRAPASSANDO GRADATIVAMENTE AS PERCEPÇÕES ILUSÓRIAS QUE SÃO APARENTES, SERIA A EDUCAÇÃO CONTRA A ALIENAÇÃO.

NA GRÉCIA ANTIGA RESSALTAVA-SE A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO DOS JOVENS. ISSO PARA QUE O SEU DESENVOLVIMENTO ENQUANTO CIDADÃO, VIESSE POSTERIORMENTE ATUAR EM PROL DE INTERESSES SOCIETÁRIOS. FAZIA-SE INVESTIMENTOS “NA EDUCAÇÃO DO JOVEM PORQUE VIA NELE UM SER EM FORMAÇÃO, QUE NÃO ESTAVA PRONTO, UM POTENCIAL NUMA SOCIEDADE QUE TAMBÉM ERA ENTENDIDA EM CONSTRUÇÃO” (SOUSA, 1999, P.24).

O PENSAMENTO PEDAGÓGICO, DESDE AS SOCIEDADES GREGA E ROMANA, SE VOLTA PARA UMA EDUCAÇÃO HUMANISTA ELITIZADA, RESERVADA AOS HOMENS LIVRES, NÃO VALORIZANDO O TRABALHADOR MANUAL E ESCRAVO SOBRE OS QUAIS RECAIA A RESPONSABILIDADE SOBRE A PRODUÇÃO MATERIAL PARA O SUSTENTO DAS ELITES. COM A DECADÊNCIA DO IMPÉRIO ROMANO “UMA NOVA FORÇA ESPIRITUAL SE SUCEDEU À CULTURA ANTIGA, PRESERVANDO-A MAS SUBMETENDO-A A SEU CRIVO IDEOLÓGICO: A IGREJA CRISTÃ” (GADOTTI, 1996, P.51). A EDUCAÇÃO DIFUNDIR A PARTIR DESTE PERÍODO (SÉCULO I AO VII D.C.), E QUE SE PROPAGOU NOS SÉCULOS SEGUINTE, TEVE NO “ESTADO CRISTÃO” A SUA CENTRALIZAÇÃO.

DE ACORDO COM GADOTTI (1996), OS SÉCULOS XVI E XVII ASSISTEM AO SURGIMENTO DO PENSAMENTO PEDAGÓGICO MODERNO, CARACTERIZANDO-SE PELO REALISMO. À EDUCAÇÃO É EMPRESTADA POR JOHN LOCKE (1632-1704), UMA IMPORTÂNCIA SUPREMA. SEGUNDO ELE A CRIANÇA É UMA TABULA RASA, UM PAPEL AINDA EM BRANCO, SOBRE O QUAL, ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO PODIA SE ESCREVER TUDO. LOCKE, FUNDADOR DA MODERNA EDUCAÇÃO INGLESA, COM SEU ESTUDO SOBRE O ENTENDIMENTO HUMANO MARCOU O INÍCIO DO ILUMINISMO INGLÊS, CUJA INFLUÊNCIA ULTRAPASSOU AS FRONTEIRAS DE SEU PAÍS, DEFENDENDO QUE A RAZÃO DEVERIA SER A CONDUTORA DO HOMEM (IDEM).

COM ROUSSEAU (1712-1778), FOI INAUGURADA UMA NOVA ERA NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO E, O PENSAMENTO PEDAGÓGICO ILUMINISTA VEM RESGATAR A RELAÇÃO ENTRE ESTA E A POLÍTICA. SEGUNDO ELE, UM DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO MAIS AMPLO DEVERIA SE DAR NA ADOLESCÊNCIA (ENTRE OS 12 E 20 ANOS), POR SER A IDADE DA RAZÃO E DAS

PAIXÕES. A EDUCAÇÃO, PARA ROUSSEAU, DEVERIA ALÉM DE INSTRUIR, PERMITIR QUE DESABROCHASSE NOS EDUCANDOS OS INSTINTOS NATURAIS (GADOTI, 1996).

ATRAVÉS DESTE AUTOR, É PERCEPTÍVEL QUE O SÉCULO XVIII, FOI ENTRE OUTRAS COISAS, O MARCO PARA A TRANSIÇÃO DO CONTROLE DA EDUCAÇÃO. CONTROLE ESTE, QUE ATÉ ENTÃO ERA DA IGREJA, PASSA A SER DO ESTADO ATRAVÉS DA INSTITUIÇÃO DO ENSINO PÚBLICO NACIONAL. É O CONTÍNUO CRESCIMENTO DA SOCIEDADE ECONÔMICA, O GRANDE RESPONSÁVEL PELO ENFRAQUECIMENTO DO CONTROLE DA IGREJA SOBRE A EDUCAÇÃO E O GOVERNO CIVIL. A ESCOLA PÚBLICA É POIS, FILHA DA REVOLUÇÃO FRANCESA, DURANTE A QUAL “OS TEÓRICOS ILUMINISTAS PREGAVAM UMA EDUCAÇÃO CÍVICA E PATRIÓTICA INSPIRADA NOS PRINCÍPIOS DA DEMOCRACIA, UMA EDUCAÇÃO LAICA GRATUITAMENTE OFERECIDA PELO ESTADO PARA TODOS” (GADOTI, 1996, P.88).

ESSE IDEAL DE EDUCAÇÃO VINHA AO ENCONTRO DAS EXIGÊNCIAS DE UMA PARCELA DA POPULAÇÃO RESPONSÁVEL PELA REVOLUÇÃO DITA BURGUESA. A IDÉIA DE UNIFICAÇÃO DO ENSINO PÚBLICO EM TODOS OS GRAUS QUE TEM INÍCIO, ENTRETANTO, “AINDA ERA ELITISTA: SÓ OS MAIS CAPAZES PODIAM PROSEGUIR ATÉ A UNIVERSIDADE” (IDEM).

A ASSEMBLÉIA CONSTITUINTE (FRANCESA) DE 1789 APRESENTOU INÚMEROS PROJETOS QUE VISAVAM A REFORMA EDUCACIONAL NO ÂMBITO NACIONAL, SENDO QUE O PRINCIPAL DELES PROPUNHA O ENSINO UNIVERSAL COM O OBJETIVO DE ACABAR COM AS DESIGUALDADES PRODUZIDAS PELA PRÓPRIA SOCIEDADE. A EDUCAÇÃO PROPOSTA, CONTUDO, NÃO SERIA EXATAMENTE A MESMA PARA TODOS, UMA VEZ QUE ERA RECONHECIDA A DESIGUALDADE NATURAL ENTRE OS HOMENS. UM EXEMPLO CLARO DA DESIGUALDADE ERA A EXCLUSÃO DAS MULHERES, NESSE PLANO DE EDUCAÇÃO PROPOSTO. PARTIDÁRIO DA AUTONOMIA DO ENSINO, CONDORCET POSICIONOU-SE COMO DEFENSOR DA EDUCAÇÃO FEMININA, POR ACREDITAR QUE AS MULHERES ERAM “MESTRAS NATURAIS” E, ASSIM AS FUTURAS MÃES ESTARIAM PREPARADAS PARA EDUCAR SEUS FILHOS.

ESSAS IDÉIAS REVOLUCIONÁRIAS INSPIRADAS NO LIBERALISMO DO SÉCULO XVIII TIVERAM NOTÁVEL INFLUÊNCIA NOS SISTEMAS NACIONAIS DE EDUCAÇÃO CRIADOS EM VÁRIOS PAÍSES NO SÉCULO XIX, OS QUAIS EXPANDIRAM SIGNIFICATIVAMENTE A PARTICIPAÇÃO DO ESTADO NA EDUCAÇÃO¹. O DESENVOLVIMENTO DOS SISTEMAS NACIONAIS DE EDUCAÇÃO A PARTIR DE ENTÃO, “É O RESULTADO E A EXPRESSÃO DA IMPORTÂNCIA QUE A BURGUESIA, COMO CLASSE ASCENDENTE, EMPRESTOU À EDUCAÇÃO” (IBID., P.90), POIS A MESMA SE ATENTOU PARA A NECESSIDADE DE OFERECER UMA INSTRUÇÃO MÍNIMA PARA FORMAR CIDADÃOS DISCIPLINADOS, QUE ATENDESSEM AOS INTERESSES DO DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA.

ALÉM DE ROUSSEAU², DESTACAMOS AQUI OUTRO GRANDE TEÓRICO DA EDUCAÇÃO. NO FINAL DO SÉCULO XVIII E INÍCIO DO SÉCULO XIX, ENCONTRAMOS EM DURKHEIM (1858-1917), UM DOS PRINCIPAIS EXPOENTES NA SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO. ELE AFIRMAVA SER A EDUCAÇÃO A IMAGEM E REFLEXO DA SOCIEDADE CORRELACIONANDO SISTEMAS SOCIAIS E EDUCATIVOS, AFIRMANDO SEREM INDISSOCIÁVEIS. ERA UM AUTOR QUE DEFENDIA UMA EDUCAÇÃO MORAL LAICA, EM SUBSTITUIÇÃO DAS NOÇÕES MORAIS DE ORIGEM RELIGIOSA.

DE ACORDO COM O MESMO, AS VIRTUALIDADES QUE CONSTITUEM O INDIVÍDUO E LHE SÃO INATAS E O “SER NOVO” EM QUE DEVE SE TRANSFORMAR PARA DESEMPENHAR UM PAPEL ÚTIL NA SOCIEDADE, TEM UMA DISTÂNCIA CONSIDERÁVEL. ESTA DISTÂNCIA SOMENTE SERIA TRANSPOSTA ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO. NÃO TENDO A CRIANÇA SUA VONTADE SEDIMENTADA, É UM SER FACILMENTE SUGESTIONÁVEL, POR ISSO A INFLUÊNCIA DA EDUCAÇÃO LHE PROPICIARÁ O PREPARO

¹ A questão de intervenção do Estado na educação já vinha sendo debatida desde Lutero. MONTESQUIEU (1689-1755) dedicou-lhe um capítulo de sua obra *O espírito das leis*, publicada em 1748, defendendo a necessidade de criar leis para a educação para que cada família pudesse educar seus filhos em conformidade com as leis da sociedade. DANTON (1759-1794) chegou a afirmar que “os filhos pertencem à República antes de pertencerem aos pais” (GADOTTI, 1996, p.101).

² São inúmeros os teóricos desta época que marcaram a história da educação, como EMANUEL KANT (1724-1804); PESTALOZZI (1746-1827); FROEBEL (1782-1852) dentre outros. Nossas limitações, porém, não nos permitem contemplar igualmente a todos.

NECESSÁRIO PARA SUA ATUAÇÃO NA SOCIEDADE, NA IDADE ADULTA. PARA DURKHEIM:

A CRIANÇA, AO ENTRAR NA VIDA, APENAS É PORTADORA DA SUA NATUREZA DE INDIVÍDUO. A SOCIEDADE ENCONTRA-SE POIS, AQUANDO DE CADA NOVA GERAÇÃO, EM PRESENÇA DE UMA QUASE TÁBUA RASA EM QUE TERÁ DE INVESTIR NOVOS ENCARGOS. TORNA-SE NECESSÁRIO QUE, PELAS MAIS RÁPIDAS VIAS, AO SER EGOÍSTA E INSOCIAL QUE ACABA DE NASCER, A SOCIEDADE LHE ACRESCENTE UM OUTRO, CAPAZ DE LEVAR UMA VIDA MORAL E SOCIAL (Durkheim, 1984, P.18).

PARA ESTE AUTOR, ESTA É A GRANDIOSA OBRA DA EDUCAÇÃO, QUE ALÉM DE DESENVOLVER O ORGANISMO INDIVIDUAL TRAÇADO PELA NATUREZA, TORNA EVIDENTE AS POTENCIALIDADES OCULTAS GERANDO NO HOMEM “UM SER NOVO”. SEGUNDO DURKHEIM (1984), A EDUCAÇÃO É ACIMA DE TUDO, UMA PRÁTICA FUNDAMENTAL ATRAVÉS DA QUAL CADA SOCIEDADE BUSCA DESENVOLVER UM IDEAL DE HOMEM. ESTE IDEAL É O PÓLO DA EDUCAÇÃO, QUE VISA A HOMOGENEIDADE ENTRE OS CIDADÃOS PARA QUE UMA SOCIEDADE POSSA SUBSISTIR E SE PERPETUAR. A SUA ABORDAGEM POSTULA A EXISTÊNCIA DE UM CONCEITO DE EDUCAÇÃO, AFIRMANDO QUE A MESMA:

É A AÇÃO EXERCIDA PELAS GERAÇÕES ADULTAS SOBRE AS QUE AINDA SE NÃO ENCONTRAM AMADURECIDAS PARA A VIDA SOCIAL. ELA TEM POR OBJETIVO SUSCITAR E DESENVOLVER NA CRIANÇA UM CERTO NÚMERO DE CONDIÇÕES FÍSICAS, INTELLECTUAIS E MORAIS QUE DELA RECLAMAM, SEJA A SOCIEDADE POLÍTICA, NO SEU CONJUNTO, SEJA O MEIO ESPECIAL A QUE ELA SE DESTINA PARTICULARMENTE (IBID., P.17).

PARA WALZER (1999) É DEVER DE CADA NAÇÃO, DE ACORDO COM SEU REGIME INTERNO, “ENSINAR A TODAS AS CRIANÇAS, SEM DISTINÇÃO DE GRUPOS A QUE ELAS PERTENÇAM, O VALOR DE SEUS ARRANJOS CONSTITUCIONAIS E AS VIRTUDES DE SEUS FUNDADORES, HERÓIS E LÍDERES ATUAIS” (P.93). SENDO ASSIM A ESCOLA É O LOCAL MAIS INDICADO PELA POSSIBILIDADE DE CONTEMPLAR UM NÚMERO MAIS EXPRESSIVO DE CIDADÃOS, TORNANDO-OS LEAIS E FAMILIARIZADOS COM O REGIME VIGENTE. ESTE É O PAPEL DA EDUCAÇÃO, QUE PROCURA FOMENTAR UMA

IDENTIDADE COMUM VIA “RELIGIÃO CIVIL”³ VISANDO A SAÚDE POLÍTICA DOS ESTADOS DEMOCRÁTICOS.

AS ABORDAGENS CLÁSSICAS DE AUTORES COMO KANT E HEGEL, TRAZEM UMA IDÉIA DE EDUCAÇÃO INDISSOCIÁVEL DE CONCEITOS COMO LIBERDADE, HUMANISMO, AUTONOMIA E EMANCIPAÇÃO, CONFORME ASSEVERA ADORNO (APUD. Freitag, 1987). O CONCEITO DE EDUCAÇÃO PERPASSA TODO O PROCESSO DE FORMAÇÃO DA PERSONALIDADE DOS INDIVÍDUOS, ABARCANDO A IDÉIA DE ADAPTAÇÃO OU MESMO DE SUBMISSÃO, CONCOMITANTEMENTE, AO ESTADO E À SOCIEDADE. PARA ADORNO A EDUCAÇÃO:

TEM COMO SUA CONDIÇÃO A AUTONOMIA E A LIBERDADE, MAS REMETE AO MESMO TEMPO E ATÉ HOJE A UMA ESTRUTURA QUE CONFRONTA O INDIVÍDUO COM UMA ORDEM PREVIAMENTE DADA, EM UM CERTO SENTIDO HETERÔNOMA E POR ISSO MESMO FRÁGIL, NA QUAL ELE FORÇOSAMENTE PRECISA SE CONFIGURAR, EDUCAR. EM SUA ORDEM, A DETERIORAÇÃO DA EDUCAÇÃO JÁ ESTÁ TELEOLOGICAMENTE PREDETERMINADA” (ADORNO APUD. Freitag, 1987, P.66).

ARENDT (1972) por sua vez, assegura que toda reflexão filosófica desde os tempos mais remotos, perpassa sobre a possibilidade da educação política entre os novos (crianças e jovens), ser o início de um mundo novo. No entanto, este “mundo novo” está totalmente estruturado a partir de uma realidade pré-existente e, não o é de modo algum novo, a não ser para os jovens que dele estão tomando conhecimento através do processo educativo e, para os quais a realidade é imposta.

Esta autora destaca, que “a educação está entre as atividades mais elementares e necessárias da sociedade humana, que jamais permanece tal qual é, porém se renova continuamente através do nascimento, da vinda de novos seres humanos” (ARENDT, 1972, p.234). Normalmente cabe à escola interpor-se perante a criança para que a mesma faça a transição do mundo privado do lar para o público, locais em que coabitam as demais esferas da sociedade, onde as inclinações naturais por vezes são substituídas por novos hábitos, adquiridos na maioria das vezes por pressão externa, com vistas a manipulação ideológica via influência do Estado.

³ O termo religião civil é de Rousseau, e refere-se ao que se ensina nas escolas públicas acerca dos valores e virtudes do próprio Estado. Seu objetivo final é a socialização política (WALZER, 1999).

Na análise de Gramsci⁴, segundo TORRES (2001), a natureza dual do Estado, meio animal e meio homem, torna possível pensar teoricamente a escola enquanto espaço de socialização como parte integrante do processo de doutrinação e formação de um “senso comum”. Gramsci sugere uma hipótese segundo a qual a educação enquanto parte do Estado, é no âmago um processo de formação do “conformismo social”. Sendo assim os sistemas educativos de modo geral e, mais particularmente a escola, “são vistos como instrumentos privilegiados para a socialização de uma cultura hegemônica. O Estado como “estado ético” ou como educador, na visão de Gramsci, assume a função de construir uma nova civilização” (TORRES, 2002, p.26).

Neste contexto, de acordo com a visão gramsciana, escolas e igrejas ocupam o posto de maiores organizações culturais em cada país, produzindo uma hegemonia, fazendo frente a um processo de liderança intelectual e moral estabelecida como um consenso amplamente compartilhado sobre a base do senso comum (Idem).

TORRES (2001) por sua vez, tem posicionamento diferenciado (nos moldes liberais) quanto ao papel da escola e a relação com o aluno e o papel da escola educação em relação ao estado-nação, assumindo o conceito de cidadania e não de classes tal qual o faz Gramsci. O mesmo afirma que a educação pública desempenha um papel primordial na legitimação dos sistemas políticos, bem como na modernização e integração dos países. A expansão escolar assistida no decorrer do século XX, é abertamente associada à ampliação dos direitos de cidadania e das políticas de bem-estar voltadas para a maioria dos cidadãos.

Dessa forma temos uma educação mais democrática, que na visão de GUTMANN (2002), deveria preparar todos os cidadãos para participarem deliberativamente do desenvolvimento futuro da sociedade em que está inserido, como pessoas politicamente iguais. Para esta educadora norte-americana,

a reprodução social consciente é o ideal tripartite da educação democrática e da democracia, onde cada uma das três partes sugere um critério mutuamente sustentador para a educação democratizante. Juntos, os três critérios constituem o ideal da educação democrática (...) a educação deve ser não-repressiva (...) não-discriminatória (...) deve instituir práticas democráticas de deliberação e de tomada de decisão (GUTMANN, 2002, p.116).

⁴ Para um comentário sobre Gramsci, a educação e o estado, ver Carlos Alberto Torres “*Democracia, Educação e Multiculturalismo: dilemas da cidadania em um mundo globalizado*”. Tradução de Carlos Almeida Pereira. Petrópolis: Vozes, 2001.

De acordo com Gutmann, para que uma sociedade se engaje de fato numa reprodução social consciente deve “cultivar a liberdade de pensamento contra o preconceito, a tolerância contra a intolerância, o respeito mútuo contra o desprezo pela justa concordância” (idem). Seguindo estes critérios não discriminatórios e não-repressivos, a prática da educação atual pode cultivar nos futuros cidadãos habilidades de pensamentos e virtude de caráter, preparando-os para uma sociedade democrática.

Esta maneira de pensar a educação de forma diferenciada e progressista, entretanto, é um fenômeno que tem raízes em períodos históricos precedentes e não o é de forma alguma um fato recente. Alguns teóricos no final do século XIX, trouxeram à baila esta questão que defendia os ideais de uma educação nova, distanciando-se da educação tradicional que foi um imperativo nas sociedades ocidentais.

O modelo de educação tradicional ao qual nos referimos, segundo DEWEY (1971), foi na sua essência uma forma de imposição, que exigia dos novos membros da sociedade uma atitude de receptividade e obediência frente ao corpo de informações elaboradas no passado. Como resultado viam-se obliterados os direitos a explicitação das contradições e, a sala de aula não se constituía de modo algum como fórum de debates e discussões de opiniões divergentes.

Para contrapor-se com este modelo de escola tradicional regida por formalismos, surgem alguns propagandistas (Adolphe Ferrière, John Dewey dentre outros) do movimento pedagógico em prol da educação nova, que tinha como seu grande projeto, ao nível da educação moral, cívica e social, a realização da autonomia dos educandos (PINTASSILGO, 1998, p.45).

2.2 – DA EDUCAÇÃO TRADICIONAL À EDUCAÇÃO NOVA

É, o movimento pedagógico em prol da escola nova, contrapondo-se com a escola tradicional regida por formalismos, onde imperava o culto da obediência passiva e a ausência de espírito crítico que representa o mais vigoroso movimento de renovação da educação. A renovação pedagógica foi desencadeada no final do século XIX e início do século XX, acarretando em grandes mudanças sobre os sistemas educacionais e a mentalidade dos professores.

ESSE MOVIMENTO TINHA EM JOHN DEWEY, FILÓSOFO E PEDAGOGO NORTE-AMERICANO, SEU PRINCIPAL IDEÓLOGO E IMPULSIONADOR DO QUE FOI CHAMADO DE “EDUCAÇÃO PROGRESSIVA” AMERICANA,

INFLUENCIANDO DECISIVAMENTE PENSADORES DA ESCOLA NOVA NA EUROPA. ESSA INFLUÊNCIA SE FEZ SENTIR NOS PAÍSES LATINO-AMERICANOS, TENDO GRANDE REPERCUSSÃO ENTRE OS PENSADORES BRASILEIROS, COMO FOI O CASO DE ANÍSIO TEIXEIRA, SEU GRANDE DISCÍPULO. DEWEY AFIRMAVA SER FINALIDADE ESSENCIAL DA ESCOLA A EDUCAÇÃO MORAL E A FORMAÇÃO DOS CIDADÃOS. A VIDA NA ESCOLA, NO ENTANTO, DEVERIA ESTAR EM PERMANENTE INTERAÇÃO COM A APRENDIZAGEM EXTRA-ESCOLAR E, NÃO SER SEPARADA DELA.

ESTA IDÉIA VEM AO ENCONTRO DE CONCEITOS COMO O DE ARENDT, QUE AFIRMA HAVER UM PRESSUPOSTO BÁSICO DE QUE “SÓ É POSSÍVEL CONHECER E COMPREENDER AQUILO QUE NÓS MESMOS FIZEMOS, E SUA APLICAÇÃO É TÃO PRIMÁRIA QUANTO ÓBVIA: CONSISTE EM SUBSTITUIR , NA MEDIDA DO POSSÍVEL, O APRENDIZADO PELO FAZER” (ARENDT, 1972, P.232). SENDO ASSIM, UMA BOA FORMA DE PREPARAR OS JOVENS PARA UMA VIDA EM DEMOCRACIA, SERIA PRATICANDO-A NO AMBIENTE ESCOLAR, A PARTIR DE UMA ORGANIZAÇÃO DEMOCRÁTICA QUE FUNCIONE DENTRO DA PRÓPRIA ESCOLA. SEGUNDO DEWEY, O ALUNO DEVE SER COLOCADO EM SITUAÇÕES QUE LHE SIRVAM DE ESTÍMULO E LHE DÊM EXPERIÊNCIA PARA A RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS NO ÂMBITO ESCOLAR. TAL SITUAÇÃO POSTERIORMENTE PODERÁ LHE DESPERTAR O INTERESSE E LHE DARÁ O PREPARO PARA UMA PARTICIPAÇÃO MAIS QUALIFICADA NA SOCIEDADE E NA VIDA EM GRUPO (PINTASSILGO,1998).

OUTRO GRANDE PROPAGANDISTA DO MOVIMENTO PEDAGÓGICO ESCOLA NOVA, FOI O PEDAGOGO SUÍÇO ADOLPHE FERRIÈRE. ELE CRITICAVA A ESCOLA TRADICIONAL ALEGANDO QUE A MESMA HAVIA SUBSTITUÍDO A ALEGRIA DE VIVER E A ESPONTANEIDADE, PELA INQUIETUDE E MOBILIDADE DOS EDUCANDOS. O GRANDE PROJETO DA EDUCAÇÃO DEFENDIDA POR ESTE AUTOR, SERIA A REALIZAÇÃO DA AUTONOMIA DOS EDUCANDOS. PARA TANTO É IMPRESCINDÍVEL QUE SE CRIE UM MEIO SOCIAL QUE PROPICIE AOS ALUNOS EXPERIÊNCIAS PRÁTICAS QUE LHE DÊM AUTONOMIA PARA A RESOLUÇÃO DE QUESTÕES RELATIVAS AO MEIO ESCOLAR, TORNANDO-OS RESPONSÁVEIS PELA ORDEM, CONDUZINDO-OS AO SENTIDO DE RESPONSABILIDADE. COM ISSO FACILITARIA O

AMADURECIMENTO PESSOAL DOS EDUCANDOS E A EDUCAÇÃO POLÍTICA DOS MESMOS. SEGUNDO FERRIÈRE, AINDA QUE NUMA ESCALA REDUZIDA, O EXERCÍCIO PRÁTICO DA DEMOCRACIA FAVORECE A FORMAÇÃO DOS FUTUROS CIDADÃOS (IDEM, P.45).

AS IDÉIAS PEDAGÓGICAS DA EDUCAÇÃO “UNIVERSAL”, QUE FORAM DESENVOLVIDAS PRINCIPALMENTE NA EUROPA, FORAM DE CONSIDERÁVEL PREPONDERÂNCIA NO DESENVOLVIMENTO DE CONCEITOS E PRÁTICAS EDUCACIONAIS EM TODA A AMÉRICA LATINA. A CRENÇA NO PAPEL FUNDAMENTAL DA ESCOLA VISANDO A REGENERAÇÃO SOCIAL DEVE MUITO À INFLUÊNCIA DA TERCEIRA REPÚBLICA FRANCESA. “FOI NA SEQÜÊNCIA DOS TRAUMÁTICOS ACONTECIMENTOS DE 1870-71- A “DERROCADA” – QUE SE POPULARIZOU A TESE DO PAPEL DECISIVO A DESEMPENHAR PELO PROFESSOR PRIMÁRIO NO SENTIDO DO FORTALECIMENTO DUMA NAÇÃO HUMILHADA E AMPUTADA COMO O ERA A FRANÇA DE ENTÃO” (Pintassilgo, 1989, P.78).

A PARTIR DE REFORMAS EDUCATIVAS DA TERCEIRA REPÚBLICA, PROCURAVA-SE DAR ÊNFASE À CRENÇA DO PAPEL DECISIVO DESEMPENHADO PELA ESCOLA (NA FIGURA DO PROFESSOR), PARA O FORTALECIMENTO DA NAÇÃO. “É NESTE CONTEXTO QUE SE DESENVOLVEM AS CONCEPÇÕES DO PROFESSOR COMO UM NOVO SACERDOTE LAICO E DA ESCOLA COMO O TEMPLO DA NOVA SOCIEDADE” (IDEM). A RELIGIÃO FOI BANIDA DA ESCOLA QUE PASSARIA A SER NEUTRA, RESPEITANDO A LIBERDADE RELIGIOSA DE TODOS. A ESCOLA PRIMÁRIA PORTUGUESA DA PRIMEIRA REPÚBLICA ADOTA EXPLICITAMENTE O MODELO DA TERCEIRA REPÚBLICA FRANCESA- “OBRIGATÓRIA, GRATUITA E LAICA”. DE ACORDO COM O DISCURSO OFICIAL, SOMENTE PONDO EM PRÁTICA ESSE IDEAL DE ESCOLA SERIA POSSÍVEL ACABAR COM A INFLUÊNCIA DA IGREJA NA SOCIEDADE.

EM SUBSTITUIÇÃO DO ENSINO MORAL E RELIGIOSO DO CATOLICISMO, DE ACORDO COM O AUTOR, FOI CRIADA UMA INSTRUÇÃO MORAL E CÍVICA LAICA, COMO UMA ALTERNATIVA QUE DESEMPENHASSE A FUNÇÃO INTEGRADORA ATÉ ENTÃO DE RESPONSABILIDADE DA RELIGIÃO, VISANDO A FORMAÇÃO DOS CIDADÃOS. A ESCOLA PASSA A SER UMA PEÇA CENTRAL

NO PROCESSO DE OBTENÇÃO DO CONSENSO NACIONAL, PRIMORDIAL PARA A CONSOLIDAÇÃO DO REGIME REPUBLICANO. OS PROCESSOS DE LAICIZAÇÃO DA ESCOLA OCORRIDAS NO INÍCIO DO SÉCULO XX, NO MUNDO OCIDENTAL, ENTRETANTO, APESAR DAS SEMELHANÇAS, OCORRERAM COM INTENSIDADES E RITMOS DIFERENTES.

2.3 – A EDUCAÇÃO NO BRASIL

NO BRASIL, É COM O DESENVOLVIMENTO E PROPAGAÇÃO DAS TEORIAS DA ESCOLA NOVA, QUE O PENSAMENTO PEDAGÓGICO COMEÇA A TER AUTONOMIA. DE ACORDO COM GADOTTI (1996), NO PERCURSO DO SÉCULO XIX, O PENSAMENTO PEDAGÓGICO BRASILEIRO ERA REGIDO PELO PENSAMENTO RELIGIOSO MEDIEVAL. A TEORIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA COMEÇOU A SER DESENVOLVIDA A PARTIR DO PENSAMENTO ILUMINISTA TRAZIDO DA EUROPA E, PROPAGADO POR INTELECTUAIS E ESTUDANTES DE FORMAÇÃO LAICA.

NUM PRIMEIRO MOMENTO A EDUCAÇÃO LAICA, PARA O ESTADO-NAÇÃO, VISA A UNIDADE NACIONAL, A CRIAÇÃO DE UMA CRENÇA NA PÁTRIA VISANDO BANIR A IDÉIA DE NAÇÃO BASEADA NO SANGUE, COMO EXISTENTES NAS SOCIEDADES TRADICIONAIS, ONDE NÃO EXISTIA A IDÉIA DE CIDADÃO. ESTUDOS RELATAM QUE A HERANÇA DO IMPÉRIO NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO, ENTRETANTO, TORNOU-SE PESADA E DEFICITÁRIA PARA A JOVEM REPÚBLICA, PERDURANDO NAS DÉCADAS SUBSEQÜENTES (RIBEIRO; SILVA, 2003).

O TÉRMINO DO PERÍODO COLONIAL, DE ACORDO COM CARVALHO (2003), NÃO DEIXA DADOS SOBRE ALFABETIZAÇÃO. APONTA, ENTRETANTO, QUE EM 1872, CINQUENTA ANOS APÓS A INDEPENDÊNCIA UMA ÍNFIMA MINORIA QUE FAZIA PARTE DA ELITE (CERCA DE 16% DA POPULAÇÃO), ERA ALFABETIZADA. PARA A ADMINISTRAÇÃO COLONIAL E OS SENHORES DE ESCRAVOS, NÃO ERA INTERESSANTE DIFUNDIR ESSA “ARMA CÍVICA”. NÃO SE FALAVA EM SOCIEDADE POLÍTICA, NEM TÃO POUCO HAVIA CIDADANIA. “OS DIREITOS CIVIS BENEFICIAVAM A POUÇOS, OS DIREITOS POLÍTICOS A POUQUÍSSIMOS, DOS DIREITOS SOCIAIS NÃO SE FALAVA, POIS A

ASSISTÊNCIA SOCIAL ESTAVA A CARGO DA IGREJA E DE PARTICULARES” (CARVALHO, 2003, P.24).

DO PONTO DE VISTA DA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA E DO DESENVOLVIMENTO DA CIDADANIA, A PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA EM 1889, INICIALMENTE NÃO APRESENTOU GRANDE AVANÇO EM RELAÇÃO A SITUAÇÃO COLONIAL. ALGUM TEMPO SE PASSOU ANTES QUE HOUVESSE UMA ACELERAÇÃO DAS MUDANÇAS QUE VIRIAM MARCAR A HISTÓRIA DO NOSSO PAÍS. NUM CENÁRIO COMO O BRASILEIRO, HABITUADO AO TRABALHO ESCRAVO, A EDUCAÇÃO TORNA-SE ENTÃO UM VEÍCULO IMPORTANTE DO ESTADO,

ENTRETANTO, DEVE ENVOLVER RACIONALIDADE E MÍSTICA. ANTES DA EDUCAÇÃO LAICA, A RELIGIÃO AÇAMBARCAVA OS DOIS EIXOS. COM A EDUCAÇÃO SECULARIZADA, TAMBÉM IRÃO ENTRELAÇAR-SE MÍSTICA E RACIONALIDADE COM A CONSTRUÇÃO DE CRENÇA NA PÁTRIA (...) COMO UMA SEGUNDA FAMÍLIA E A CRENÇA NA EDUCAÇÃO COMO VIA DE ASCENSÃO SOCIAL (RIBEIRO; SILVA, 2003, P.29).

COM A REPÚBLICA EM 1891, DE ACORDO COM AS AUTORAS,“ O ESTADO BRASILEIRO ASSUME UMA RELAÇÃO DE IDENTIDADE ENTRE INSTRUÇÃO PÚBLICA E REGIME, BEM COMO UM MUNDO ONDE O *MODUS OPERANDIS* SE TORNA SECULAR, ONDE A IDÉIA DE CRISTÃO É SUBSTITUÍDA, FRONTALMENTE, PELA DE CIDADÃO” (IBID., P.4). DE ACORDO COM AS AUTORAS, JÁ NA PRIMEIRA REFORMA EDUCACIONAL DO BRASIL REPÚBLICA, COM BENJAMIM CONSTANT À FRENTE, CONSTAVA A EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA.

A RESPONSABILIDADE PELA INSTRUÇÃO PÚBLICA QUE VISAVA A CRIAÇÃO DE UM “IMAGINÁRIO POPULAR REPUBLICANO E A FORMAÇÃO DE ALMAS”, SEGUNDO CARVALHO (1990), PASSA A SER DO GOVERNO, QUE PROCURA ATINGIR ESTE OBJETIVO ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO CÍVICA, MANIPULANDO SÍMBOLOS E RITUAIS. A MANIPULAÇÃO DO IMAGINÁRIO, DE ACORDO COM O AUTOR, É DE CRUCIAL IMPORTÂNCIA EM MOMENTOS DE GRANDES MUDANÇAS POLÍTICA E SOCIAL QUANDO OCORRE NATURALMENTE UMA REDEFINIÇÃO DAS IDENTIDADES COLETIVAS (P.11).

AS CORRENTES REPUBLICANOS, ENTRETANTO, VIRAM FALHAR OS SEUS ESFORÇOS EM EXPANDIR A LEGITIMIDADE DO NOVO REGIME POLÍTICO. “NÃO FORAM CAPAZES DE CRIAR UM IMAGINÁRIO POPULAR REPUBLICANO. NOS ASPECTOS QUE TIVERAM ALGUM ÊXITO, ESTE SE DEVEU A COMPROMISSOS COM A TRADIÇÃO IMPERIAL OU COM VALORES RELIGIOSOS” (CARVALHO, 1990, P.141).

UM FATOR PREPONDERANTE DENTRO DESTE CONTEXTO HISTÓRICO QUE AGRAVAVA ESTA SITUAÇÃO, DE ACORDO COM RIBEIRO E SILVA (2003), É QUE NA PRIMEIRA DÉCADA DO SÉCULO XX, ERA BAIXÍSSIMA A COBERTURA DO SISTEMA DE EDUCAÇÃO PÚBLICA. ISSO SE TORNAVA UM OBSTÁCULO PARA OS REPUBLICANOS QUE VIAM NA EDUCAÇÃO UMA VIA ATRAVÉS DA QUAL SE PODERIA CRIAR UMA IDENTIDADE NACIONAL, OBJETIVANDO A LEGITIMIDADE DA NOVA FORMA DE GOVERNO.

A EDUCAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL, DE MODO GERAL, DESDE OS PRIMÓRDIOS APRESENTA CARACTERÍSTICAS QUE LHE SÃO PECULIARES AS QUAIS PERPASSAM TODA A HISTÓRIA. NO PLANO IDEOLÓGICO, DE ACORDO COM CHAUI (2001), PROCURA CRIAR UMA CONSCIÊNCIA DE NAÇÃO.

O PODER POLÍTICO CONSTRÓI UM SEMIÓFORO “NAÇÃO” NA DISPUTA COM OUTROS PODERES: OS PARTIDOS POLÍTICOS (SOBRETUDO OS DE ESQUERDA), A RELIGIÃO (OU AS IGREJAS) E O MERCADO (OU O PODER ECONÔMICO PRIVADO). ASSIM, NÃO É GRATUITO NEM MISTERIOSO QUE AS FALAS E AS AÇÕES DO ESTADO BRASILEIRO POUCO A POUCO SE ORIENTASSEM NO SENTIDO DE DAR CONSISTÊNCIA AO SEMIÓFORO QUE LHE É PRÓPRIO, A NAÇÃO BRASILEIRA (CHAUI, 2001, P.45).

ESTA IDEOLOGIA, SEGUNDO A AUTORA, ALÉM DE DESENVOLVER A IDÉIA DE NAÇÃO, OBJETIVAVA MANTER VIVO O MITO FUNDADOR DO BRASIL, CONSTRUÍDO A PARTIR DE UM CAMPO MEIO MÍTICO DE ACORDO COM O QUAL ESTA ERA UMA “TERRA ABENÇOADA POR DEUS” (IBID., P.57).

A POLÍTICA EDUCACIONAL DO BRASIL REPÚBLICA, DE MODO AMPLO E GERAL, BUSCANDO ATENDER SEUS OBJETIVOS, É RESULTANTE

DE COMPLEXOS PROCESSOS HISTÓRICOS COMO A CATEQUESE; O COLONIALISMO; A ESCRAVIDÃO; A MONOCULTURA; A DEPENDÊNCIA, ETC., E DA ATUAÇÃO DE DIFERENTES INSTITUIÇÕES E GRUPOS SOCIAIS (...) — A

IGREJA, AS OLIGARQUIAS RURAIS, A BURGUESIA INDUSTRIAL-URBANA, O PROLETARIADO, O ESTADO, ETC. — , QUE LUTARAM PELO CONTROLE DO PROCESSO EDUCACIONAL BASICAMENTE COM DOIS OBJETIVOS: A REPRODUÇÃO MATERIAL DOS BENS E A REPRODUÇÃO DO SISTEMA DE NORMAS E VALORES (FREITAG, 1987, P.7).

NESTE CENÁRIO, A ESCOLA É TIDA COMO UM LUGAR PRIVILEGIADO POR SER UM ESPAÇO DE CIRCULAÇÃO DAS IDEOLOGIAS E, POR SER UM INSTRUMENTO FACILMENTE MANIPULÁVEL PELO ESTADO.

DE ACORDO COM TORRES (2001), UM TEÓRICO DOS DILEMAS DO MUNDO GLOBALIZADO, A PESQUISA EDUCACIONAL DEVERIA ANALISAR PERIODICAMENTE A CONEXÃO TEÓRICA E PRÁTICA ENTRE ESTADO E EDUCAÇÃO, PARA UMA MELHOR COMPREENSÃO DA NATUREZA POLÍTICA DA EDUCAÇÃO. O MESMO DEFINE AINDA QUE, “UMA ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO E ESTADO DEVERIA LEVAR EM CONTA A NATUREZA MÚLTIPLA, COMPLEXA E DINÂMICA DESTA RELAÇÃO, QUE REVELA O GRANDE NÚMERO DE TENSÕES E CONTRADIÇÕES PROVENIENTES DAS FORÇAS HISTÓRICAS E SOCIAIS QUE ATUAM SOBRE AS INSTITUIÇÕES POLÍTICAS E EDUCACIONAIS” (TORRES, 2001, P.21).

A ESCOLA PÚBLICA NO BRASIL É UM EXEMPLO DESSAS TENSÕES E CONTRADIÇÕES. AS NOVAS RELAÇÕES DE PRODUÇÃO CAPITALISTA REQUERIAM UM SABER INSTRUMENTALIZADO, ATRAVÉS DE UM PROJETO QUE DEPOSITAVA NA EDUCAÇÃO LAICA SUAS EXPECTATIVAS. O PROJETO MODERNIZANTE QUE TINHA COMO CONDUTOR A EDUCAÇÃO, NÃO LOGROU ÊXITO. “AS CONDIÇÕES SÓCIO-ESTRUTURAIS HERDADAS, INCIDINDO SOBRE A CONJUNTURA DA ÉPOCA, ABORTARAM A EXECUÇÃO DO PROJETO ENQUANTO PRÁTICA EDUCATIVA, COM NÍTIDAS REVERBERAÇÕES NA *PÓLIS* EM SEU PRIMEIRO MOMENTO” (RIBEIRO; SILVA, 2003, P.24).

FOI-SE DESENCADEANDO, A PARTIR DESTA REALIDADE, UMA COMPLEXA E INTRINCADA RELAÇÃO ENTRE O ESTADO, O PODER E A EDUCAÇÃO, NO DECORRER DO SÉCULO XX NO BRASIL, ONDE A REPRODUÇÃO DAS ESTRUTURAS SOCIAIS EM NÍVEL SIMBÓLICO, EXIGIA ROTINAS E PRÁTICAS ENRAIZADAS TANTO NA ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA QUANTO NA FIGURA DO ESTADO.

DE ACORDO COM RIBEIRO E SILVA (2003), AS DISPUTAS INTERNAS ENTRE ESTAS DUAS ESFERAS (ESTADO/EDUCAÇÃO), TINHAM DE UM LADO INÚMEROS EDUCADORES E PEDAGOGOS EMPENHADOS EM CONQUISTAR UMA AUTONOMIA, AINDA QUE RELATIVA, DE POSSIBILITAR DIFERENTES FORMAS DE EDUCAÇÃO PÚBLICA E POPULAR EMANCIPATÓRIA, COM O INTUITO DE FORMAR CIDADÃOS CRÍTICOS E PARTICIPATIVOS. ALGUNS EDUCADORES TEÓRICOS DA EDUCAÇÃO LIBERAL, DEFENDIAM A LIBERDADE DE ENSINO, PENSAMENTO E PESQUISA, COM O MÍNIMO POSSÍVEL DE INTERVENÇÃO DO ESTADO. DO OUTRO LADO, POSICIONAVA-SE O ESTADO, QUE PRETENDIA UMA ENDOUTRINAÇÃO, BASEADA NA INCULCAÇÃO DE UMA DETERMINADA MEMÓRIA COLETIVA, QUE POSSIBILITASSE UMA UNIFORMIDADE EM TODO O PAÍS. ENTRE OS OBJETIVOS PRETENDIDOS, BUSCAVA SALVAR A UNIDADE NACIONAL.

TEIXEIRA (1976) POR SUA VEZ AFIRMA QUE A EDUCAÇÃO É O INSTRUMENTO DA DEMOCRACIA. ESTA EDUCAÇÃO, ENTRETANTO, QUE TINHA COMO FUNÇÃO A ESTRUTURAÇÃO DA DEMOCRACIA POLÍTICA E ECONÔMICA, NÃO FOI ORGANIZADA NO DEVIDO TEMPO AQUI NO BRASIL. OUTROS PROBLEMAS CONSIDERADOS DE CUNHO MAIS URGENTE RELEGARAM-NA PARA SEGUNDO PLANO, CONSIDERADO-A COMO UM PROBLEMA MERAMENTE TÉCNICO.

ESTE AUTOR DEFENDIA A EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA E PARA UMA VIDA DIGNA PARA TODOS OS BRASILEIROS. A EDUCAÇÃO BRASILEIRA, ENTRETANTO, NO ENSINO SECUNDÁRIO E SUPERIOR, CONSISTIA EM “ESCOLAS DE MODELOS RÍGIDOS E UNIFORME, IMPOSTAS PELA LEGISLAÇÃO FEDERAL (...) OS PROGRAMAS SÃO OFICIAIS, UNIFORMES E RÍGIDOS (...) ATÉ SE CONSTITUÍREM EM VERDADEIRAS CAMISAS DE FORÇA PARA A ELABORAÇÃO DE LIVROS DIDÁTICOS” (TEIXEIRA, 1976, P.168-169). ESTE IMPASSE ,MARCOU A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL CRIANDO UMA PERMANENTE TENSÃO ENTRE ESTAS DUAS INSTITUIÇÕES, ESTADO E ESCOLA. A EDUCAÇÃO ACABOU SE TORNANDO PRIVILÉGIO DE UMA PEQUENA MINORIA EM DETRIMENTO DOS DEMAIS.

O SISTEMA DE ENSINO NO BRASIL REPÚBLICA, TEM ORIGEM HISTÓRICA, CULTURAL E PEDAGÓGICA EM MODELOS INSTITUCIONAIS

EUROPEUS, MAIS PRECISAMENTE NA FRANÇA. A DEPENDÊNCIA QUE SE ESTABELECEU SOBRE NOSSO SISTEMA EDUCACIONAL CONTRIBUIU PARA CONSERVÁ-LO SELETIVO E DE ELITE.

SEGUNDO SAVIANI (1987), AS SOLUÇÕES APRESENTADAS - SALVO RARAS EXCEÇÕES- FORAM COPIADAS OU IMPROVISADAS SEM LEVAR EM CONTA A REALIDADE NACIONAL, CARACTERIZANDO ASSIM A FALTA DE PLANEJAMENTO QUE ACABA POR ENFRAQUECER AS ESPERANÇAS DEPOSITADAS NA EDUCAÇÃO. O PRESSUPOSTO DA INEXISTÊNCIA DE UM SISTEMA EDUCACIONAL ADEQUADO À EDUCAÇÃO E ÀS EXIGÊNCIAS DA NOSSA REALIDADE EXISTENCIAL, SEGUNDO O AUTOR, “SE ASSENTA NA CONSTATAÇÃO DE QUE A TÔNICA DAS CRÍTICAS A EDUCAÇÃO BRASILEIRA FORMULADAS INCLUSIVE E DE MODO ESPECIAL PELOS PRÓPRIOS EDUCADORES, ESTAVA NA IMPORTAÇÃO E IMPROVISAÇÃO” (P.2).

A EMERGÊNCIA DOS ESTADOS NACIONAIS AO LONGO DO SÉCULO XIX, DE ACORDO COM SAVIANI (1997), SE DEU EM PARALELO A IMPLANTAÇÃO DOS SISTEMAS NACIONAIS DE ENSINO NÃO SÓ NA EUROPA, COMO TAMBÉM EM PAÍSES DA AMÉRICA LATINA COMO A ARGENTINA, O CHILE E O URUGUAI, COM O INTUITO DE ERRADICAR O ANALFABETISMO E UNIVERSALIZAR A INSTRUÇÃO POPULAR. O BRASIL, POR RETARDAR ESSA INICIATIVA, ACABOU POR ACUMULAR UM DÉFICIT HISTÓRICO IMENSO NO QUE TANGE A QUESTÃO EDUCACIONAL, CONTRASTANDO VISIVELMENTE COM OS DEMAIS PAÍSES CITADOS, QUE INSTALARAM SEUS RESPECTIVOS SISTEMAS NACIONAIS DE ENSINO, QUE IA AO ENCONTRO DA REALIDADE DE CADA NAÇÃO.

FOI SOMENTE NA DÉCADA DE 30 QUE A QUESTÃO COMEÇOU A SER LEVANTADA E DISCUTIDA COM MAIOR ÊNFASE NO BRASIL, COM O “MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA”. EM 1932, ESTE MANIFESTO, DIRIGIDO AO POVO E AO GOVERNO, CONCLAMA POR UMA ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NO ÂMBITO NACIONAL. COM A CONSTITUIÇÃO DE 1934,

A COMPETÊNCIA DA UNIÃO PARA LEGISLAR SOBRE AS DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL MARCARÁ PRESENÇA NA VIGA MESTRA DA NOSSA ORDENAÇÃO JURÍDICA, A INDICAR A NECESSIDADE DE NORMAS

COMUNS A TODA NAÇÃO, ORIENTANDO A ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO EM TODO O PAÍS, TAMBÉM EM TERMOS COMUNS, ISTO É, COMO UM SISTEMA EDUCACIONAL (IBID., P.205)

ATÉ ENTÃO, AS RESISTÊNCIAS ARISTOCRÁTICAS PRESENTES EM NOSSA HISTÓRIA, SEGUNDO TEIXEIRA (1994) NÃO PERMITIRAM QUE O PROJETO DA ESCOLA PÚBLICA, DA “EDUCAÇÃO COMUM”, QUE PRECONIZAVA A FORMAÇÃO DO POVO BRASILEIRO DE MANEIRA GERAL SE CONCRETIZASSE INTEGRALMENTE. ISSO SE DEVIA ÀS CONDIÇÕES SÓCIO-CULTURAIS HERDADAS DO IMPÉRIO, E A FALTA DE UM SISTEMA EDUCACIONAL PRÓPRIO, PERDURANDO O DUALISMO SOCIAL DE FAVORECIDOS E DESFAVORECIDOS NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO, QUE IA AO ENCONTRO DOS INTERESSES DOS GRUPOS DA ELITE ECONÔMICA E POLÍTICA.

PROVA DISSO É QUE A ESCOLA COMUM, AS QUAIS TODOS OS BRASILEIROS TERIAM DIREITO NUNCA CHEGOU DE FATO A SER PARA TODOS. MESMO NAS ESCOLAS PÚBLICAS O CURRÍCULO E O PROGRAMA ERAM DIRECIONADOS PARA A CHAMADA ELITE, QUE OCUPOU POR LONGO PERÍODO A PRÓPRIA “ESCOLA PRIMÁRIA PÚBLICA” (TEIXEIRA, 1994, P.57). SEGUNDO ESTE AUTOR, TODAS AS ESCOLAS BRASILEIRAS, COM EXCEÇÃO DAS “ESCOLAS PROFISSIONAIS”, FORAM IMBUÍDAS DO ESPÍRITO DE EDUCAÇÃO DA ELITE. ESPÍRITO ESTE ARRAIGADO EM NOSSA SOCIEDADE, AGRAVADO EM CONSEQÜÊNCIA DO PRECONCEITO EM RELAÇÃO AO TRABALHO MANUAL, DEIXADO PELA ESCRAVIDÃO.

NESTE CONTEXTO, “A POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA, ACABA DEFLAGRANDO DINÂMICAS PRÓPRIAS, QUE ESCAPAM AO CONTROLE DO ESTADO, TRANSFORMANDO-SE NA POLÍTICA DE DIFERENTES GRUPOS DE INTERESSE E PERMITINDO QUE UNS CONTROLEM O PROCESSO, TEMPORARIAMENTE, EM DETRIMENTO DE OUTROS” (FREITAG, 1987, P.11). POR CONTA DISSO, DE ACORDO COM A AUTORA, O ACELERADO DESENVOLVIMENTO DO SETOR PRIVADO ACABA POR TRANSFORMAR A EDUCAÇÃO EM MERCADORIA, DISTANTE DA IDÉIA DE INSTRUMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO DE UMA CONSCIENTIZAÇÃO CRÍTICA, QUE HAVERIA DE CULMINAR EM UMA FORMAÇÃO EDUCACIONAL SUBSTANTIVA. NO

PERÍODO VARGAS, POR EXEMPLO, O NÍVEL MÉDIO PASSOU A SER UMA BARREIRA INTRANSPONÍVEL PARA ALUNOS PERTENCENTES ÀS CLASSES DE BAIXA RENDA, SENDO QUE APENAS 50% DAS VAGAS OFERECIDAS NESTE GRAU DE ENSINO ERAM PÚBLICAS. ESTE QUADRO ALTEROU-SE SOMENTE NA DÉCADA DE SESENTA EM FAVOR DO ENSINO PÚBLICO.

DE ACORDO COM TEIXEIRA (1994), O PROCESSO DE EXPANSÃO EDUCACIONAL, A PARTIR DE ENTÃO, É VISIVELMENTE ACENTUADO QUANDO PASSAMOS A ANALISAR O ENSINO MÉDIO. A PARTIR DE 1960, O SISTEMA REGULAR DE ENSINO TEVE UM ELEVADO ÍNDICE DE CRESCIMENTO, NO ENTANTO, O NÚMERO DA POPULAÇÃO ESCOLARIZÁVEL NO ENTÃO DENOMINADO SEGUNDO GRAU ERA MUITO BAIXO, NÃO ULTRAPASSANDO OS 14,67%. ALÉM DISSO PERSISTIA O PROBLEMA DA EVASÃO ESCOLAR, UM ÍNDICE ELEVADÍSSIMO QUE ULTRAPASSAVA OS 50% DOS QUE INGRESSARAM NA PRIMEIRA SÉRIE DO SEGUNDO GRAU E NÃO CHEGAVA À SEGUNDA SÉRIE.

NAS DÉCADAS DE 60 E 70, DEVIDO AO GRANDE DESENVOLVIMENTO DA INDUSTRIALIZAÇÃO EM TODA A AMÉRICA LATINA, A POLÍTICA EDUCACIONAL VIGENTE BUSCOU PRIORIZAR NO ENSINO MÉDIO (ANTIGO SEGUNDO GRAU), A FORMAÇÃO DE INDIVÍDUOS CAPACITADOS PARA A UTILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS TECNOLÓGICOS OU PARA A DIREÇÃO DOS PROCESSOS PRODUTIVOS. NA DÉCADA DE 70 ESTA TENDÊNCIA LEVOU O BRASIL A PROPOR MEDIDAS EDUCACIONAIS (AS QUAIS NÃO LOGRARAM ÊXITO) QUE CULMINARIA NA PROFISSIONALIZAÇÃO COMPULSÓRIA, VISANDO TAMBÉM A DIMINUIÇÃO DA DEMANDA EM RELAÇÃO AO ENSINO SUPERIOR (PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS, 1999, P.15).

SE NO BRASIL DA DÉCADA DE 60, DADOS APONTAM PARA UM BAIXÍSSIMO ÍNDICE DE ALUNOS NO ENSINO MÉDIO, HOVE UMA GRANDE EXPANSÃO A PARTIR DA DÉCADA DE 80. DE 1988 A 1997, O CRESCIMENTO DA DEMANDA SUPEROU SIGNIFICATIVAMENTE O NÚMERO DE MATRÍCULAS EXISTENTES ATÉ ENTÃO. NO DECORRER DE UM ANO, DE ACORDO COM DADOS CONSTANTES NOS PCNS DE 1996 A 1997, OS NÚMEROS DE MATRÍCULAS NO ENSINO MÉDIO CRESCERAM 11,6% (IBID., P.16).

CONSIDERANDO, NO ENTANTO, A POPULAÇÃO DE 15 A 17 ANOS, O ÍNDICE DE ESCOLARIZAÇÃO NO ENSINO MÉDIO NÃO ULTRAPASSA 25%. ISSO DEIXA O BRASIL EM SITUAÇÃO DE INFERIORIDADE EM RELAÇÃO ATÉ MESMO A PAÍSES DA AMÉRICA LATINA. PROVA DISSO É QUE NOS PAÍSES DO CONE SUL O ÍNDICE DE ESCOLARIZAÇÃO NESTE MESMO NÍVEL, ALCANÇA DE 55% A 60% DA POPULAÇÃO NESTA FAIXA-ETÁRIA INDICADA ACIMA, ENQUANTO QUE NA MAIORIA DOS PAÍSES DE LÍNGUA INGLESA, ALCANÇA CERCA DE 70% (IDEM).

Cabe ressaltar aqui que a nova LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), muda a identidade estabelecida para o Ensino Médio referida anteriormente na Lei n.5.692/71, segundo a qual este grau de ensino caracterizava-se pela dupla função de preparar o educando para uma profissão técnica e prosseguir os estudos. Na nova Lei, o Ensino Médio é visto como parte da educação escolar e, é dever do Estado oferecê-lo a todos que desejarem. De acordo com o Art. 1º e 2º da Lei n.º 9394/96 o Ensino Médio, sendo parte da educação escolar “deverá vincular-se ao mundo do trabalho e a prática social”. Fica claro com isso que este, como última etapa da educação básica com caráter geral, visa a preparação e orientação do educando enquanto um sujeito apto a produzir conhecimento e a participar do mundo do trabalho e da política, desenvolvendo-se como cidadão.

Na formação do aluno, além da aquisição de conhecimentos básicos, deve haver uma preparação científica que o capacite para utilizar toda a tecnologia relativa à sua área de atuação, propondo-se assim uma formação geral no nível do Ensino Médio. Estes são os princípios gerais de reformulação do Ensino Médio expressos na nova LDB. (p.15-16).

PARA ALARGAR A ABORDAGEM SOBRE O ENSINO MÉDIO, FAZ-SE MISTER INSERI-LO NUM CONTEXTO MAIS ABRANGENTE QUE ENVOLVE DEMANDAS DE SETORES ECONÔMICOS BEM COMO AS POLÍTICAS DE ESTADO. FILMUS (2002) AFIRMA QUE, PARA OS PAÍSES DA AMÉRICA LATINA, O ENSINO MÉDIO DESDE QUE SE ORIGINOU ATÉ MEADOS DO SÉCULO XX, TEM COMO FINALIDADE MAIOR, A FORMAÇÃO DAS ELITES PARA O ACESSO AO NÍVEL SUPERIOR.

A INDUSTRIALIZAÇÃO E AS MEDIDAS DE SUBSTITUIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES, PRINCIPALMENTE NA ARGENTINA, BRASIL E MÉXICO, QUE É IMPULSIONADA COM A CRISE ECONÔMICA DA DÉCADA DE 30 E QUE GANHA INTENSIDADE NO PÓS-GUERRA, É O SETOR MAIS MODERNO DA ECONOMIA E

O MAIOR DEMANDANTE DE EMPREGO, COM MÃO-DE-OBRA QUALIFICADA. A EDUCAÇÃO QUE ATÉ ENTÃO TEM COMO PROPÓSITO A CENTRALIDADE POLÍTICA QUE VISA A MANUTENÇÃO DE UM GRUPO RESTRITO DE ELITE POLÍTICA-ADMINISTRATIVA, PASSA A TER UMA FUNÇÃO FUNDAMENTAL PARA A ECONOMIA QUE É A FORMAÇÃO DE TRABALHADORES. COM ISSO O ESTADO INVESTE NA EXPANSÃO DO ENSINO MÉDIO ATENDENDO AS EXIGÊNCIAS DA NOVA ERA ECONÔMICA, DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL. ESSAS EXIGÊNCIAS SENDO ATENDIDAS, ACABARAM POR GERAR UMA EXPANSÃO DA COBERTURA EDUCATIVA DIRETAMENTE RELACIONADA COM A MOBILIDADE SOCIAL QUE ESTEVE EM ASCENDÊNCIA ATÉ OS ANOS 70.

ESSA REALIDADE COMEÇA A APRESENTAR MUDANÇAS A PARTIR DOS ANOS 70 QUANDO A OFERTA DE EGRESSOS DO ENSINO MÉDIO PASSA A SUPERAR A DEMANDA DO MERCADO POR MÃO-DE-OBRA. “UM SETOR DOS QUE TERMINAM O ENSINO MÉDIO COMEÇA A SER SUBUTILIZADO PARA AS TAREFAS QUE DESEMPENHA, DANDO INÍCIO A UM PROCESSO DE QUEDA NAS TAXAS DE RENDIMENTO DA EDUCAÇÃO” (FILMUS, 2002, P.38). PARA O MERCADO, ENTRETANTO, ESSA QUEDA DE QUALIDADE NESSE NÍVEL DE ENSINO NÃO REPRESENTA MAIORES PROBLEMAS NEM TAMPOUCO COMPROMETE A PRODUTIVIDADE, NA MEDIDA EM QUE OS TRABALHADORES QUALIFICADOS NO ENSINO MÉDIO JÁ PERDEM ESPAÇO NO CENTRO DOS SETORES MODERNOS, PARA PROFISSIONAIS COM UM GRAU MAIOR DE QUALIFICAÇÃO. TAL REALIDADE ACABOU GERANDO UM CONTÍNUO PROCESSO DE EXCLUSÃO DAS CLASSES MENOS FAVORECIDAS, QUE NÃO POSSUÍAM CONDIÇÕES ECONÔMICAS PARA PROSSEGUIR COM OS ESTUDOS.

PARA OS TRABALHADORES QUALIFICADOS NO ENSINO MÉDIO, ESSA EXCLUSÃO ESTÁ DIRETAMENTE LIGADA AO TRABALHO, POIS O CERTIFICADO DO MESMO APRESENTA PERDA RELATIVA DE VALOR NO MERCADO, NA MEDIDA EM QUE VAI “AMPLIANDO A DISTÂNCIA EM RELAÇÃO AO NÍVEL DE RENDIMENTO DAQUELES COM ESCOLARIDADE SUPERIOR. (...) HOUVE DETERIORAÇÃO DO RETORNO DA EDUCAÇÃO (REMUNERAÇÃO ADICIONAL POR ANO DE ESTUDO) NO ENSINO FUNDAMENTAL E NO MÉDIO, ENQUANTO HOUVE AUMENTO DESTA RETORNO NO ENSINO SUPERIOR” (Abramovay; Castro, 2003, P.158).

A CONTÍNUA “TENDÊNCIA À DETERIORAÇÃO DAS VANTAGENS AGREGADAS PELO ENSINO MÉDIO QUANTO À REMUNERAÇÃO DOS TRABALHADORES” (IDEM), ACENTUA O CETICISMO DE AGENTES ESCOLARES EM RELAÇÃO A POSSIBILIDADE DE UMA MAIOR CONTRIBUIÇÃO DA ESCOLA DE ENSINO MÉDIO PARA A INSERÇÃO DOS JOVENS NO MERCADO DE TRABALHO. ESSA REALIDADE PODE VIR A AFETAR O PLANO DAS EXPECTATIVAS DOS JOVENS EM RELAÇÃO AO MUNDO DO TRABALHO, UM DOS PONTOS EM QUE O ENSINO MÉDIO ATUA TÃO DECISIVAMENTE, E A LONGO PRAZO APRESENTAR DADOS NEGATIVOS A RESPEITO DA ESCOLA E CONSEQÜENTEMENTE DESSE NÍVEL DE ENSINO.

2.4 – DADOS GERAIS SOBRE A EDUCAÇÃO NO BRASIL

NO CENÁRIO BRASILEIRO, DOS 53 MILHÕES DE ESTUDANTES IDENTIFICADOS PELO IBGE, NO CENSO DEMOGRÁFICO DE 2000, A MAIORIA CONCENTRA-SE NO ENSINO FUNDAMENTAL, CERCA DE 63,4%, SEGUIDOS PELO ENSINO MÉDIO COM APROXIMADAMENTE 15,5% DE ALUNOS. EM TERMOS ABSOLUTOS O CENSO APONTA QUE APROXIMADAMENTE 84% DA POPULAÇÃO COM 5 ANOS OU MAIS DE IDADE SÃO ALFABETIZADAS, EM CONTRASTE COM UM PERCENTUAL DE 16% DO TOTAL GERAL DA POPULAÇÃO ACIMA DE CINCO ANOS DE IDADE QUE NÃO SÃO ALFABETIZADOS. COMO SE PODE DEPREENDER, ENTRETANTO, ESTE É UM PERCENTUAL EXTREMAMENTE ALTO SE COMPARARMOS AO NÚMERO DE HABITANTES NO BRASIL, POIS O MESMO EQUIVALE A 24 MILHÕES DE BRASILEIROS QUE NÃO POSSUEM UMA DAS CONDIÇÕES PRIMORDIAIS PARA SEREM CIDADÃOS PARTICIPANTES NO INTERIOR DE UMA SOCIEDADE LETRADA. ESTA REALIDADE DE EXCLUSÃO SOCIAL APRESENTA COMO BASE A EXCLUSÃO ESCOLAR EM TODOS OS NÍVEIS DE ENSINO.

EM DADOS PRELIMINARES MAIS RECENTES (OS ÚLTIMOS DO CENSO ESCOLAR 2004) DIVULGADOS PELO INEP, TEMOS NO BRASIL, EM TODOS OS NÍVEIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA 55 MILHÕES DE ESTUDANTES E, DESSE TOTAL 88% ESTÃO EM ESCOLAS PÚBLICAS. OS RESULTADOS APONTAM QUE SÃO MANTIDAS ALGUMAS TENDÊNCIAS DE ANOS ANTERIORES. FOI REGISTRADA

QUEDA NA MATRÍCULA DO ENSINO FUNDAMENTAL, EXPANSÃO NO NÚMERO DE ALUNOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL E DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, ESPECIALMENTE NO ENSINO MÉDIO E, AVANÇO SIGNIFICATIVO NO PROCESSO DE INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS EM CLASSES COMUNS. O ENSINO MÉDIO REGULAR APRESENTOU CRESCIMENTO NO NÚMERO DE ESTUDANTES, AINDA QUE NUMA TAXA MENOR QUE A DO PERÍODO ANTERIOR.

O ENSINO FUNDAMENTAL QUE CONTA COM 34 MILHÕES DE ALUNOS, TEVE UM DECRÉSCIMO DE 1,2% NO NÚMERO DE MATRÍCULAS, TENDÊNCIA VERIFICADA DESDE 1999. ESSA SITUAÇÃO OCORRE DEVIDO A TRÊS FATORES: A CORREÇÃO DO FLUXO ESCOLAR, A TAXA DE 97,2% DE CRIANÇAS DE 7 A 14 ANOS ATENDIDAS NAS ESCOLAS E A QUEDA NA TAXA DE NATALIDADE DA POPULAÇÃO, SEGUNDO DADOS DE 2003, DO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). NO ENSINO MÉDIO REGULAR FORAM REGISTRADOS 9,2 MILHÕES DE MATRÍCULAS, APRESENTANDO UM ACRÉSCIMO DE 1% EM RELAÇÃO A 2000. REGISTROU-SE CRESCIMENTO NAS REGIÕES NORTE, NORDESTE E CENTRO-OESTE, E ESTABILIDADE NO NÚMERO DE JOVENS NESTE GRAU DE ENSINO NAS REGIÕES SUL E SUDESTE.

2.5 – SANTA CATARINA NO CONTEXTO

FIORI (1991), DESCREVE SOBRE O PANORAMA GERAL DA INSTRUÇÃO PÚBLICA EM SANTA CATARINA NO INÍCIO DO PERÍODO REPUBLICANO, AFIRMANDO QUE O MESMO APRESENTAVA CARACTERÍSTICAS TÃO DESOLADORAS COMO NAS DEMAIS REGIÕES DO BRASIL, SITUAÇÃO ESTA QUE ERA RECONHECIDA PELO PRÓPRIO GOVERNO.

PREDOMINAVA NESTE PERÍODO A MENTALIDADE DE CRIAR ESCOLAS VOLTADAS A ATENDER MAIS A QUANTIDADE DE ALUNOS DO QUE PROPRIAMENTE A QUALIDADE DO ENSINO MINISTRADO. DE ACORDO COM FIORI, UM DOS PROBLEMAS DE MAIOR ENVERGADURA NO ÂMBITO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA EM SANTA CATARINA, "ERA A INCOMPETÊNCIA DA GRANDE MAIORIA DO CORPO DOCENTE" (FIORI, 1991, P.78).

REFORMAR A INSTRUÇÃO E REORGANIZAR O ENSINO PÚBLICO CATARINENSE TORNOU-SE, ENTÃO, UMA DAS METAS DA AÇÃO POLÍTICA DO CORONEL JOSÉ DE OLIVEIRA RAMOS, QUE ASSUMIU O CARGO DE GOVERNADOR DO ESTADO EM 28 DE SETEMBRO DE 1910. ESTE PROCESSO DE REFORMA E REORGANIZAÇÃO DO ENSINO SEGUIU AS DIRETRIZES DA INSTRUÇÃO PÚBLICA DE SÃO PAULO, QUE TINHA SOB ORIENTAÇÃO O PROFESSOR PAULISTA ORESTES GUIMARÃES. O MODELO PAULISTA DE EDUCAÇÃO PÚBLICA FOI SEGUIDO EM SANTA CATARINA ATÉ MEADOS DA DÉCADA DE 1940. FOI DECISIVA, ENTRETANTO, A ATUAÇÃO GOVERNAMENTAL DE VIDAL RAMOS — 1910 A 1914 — PARA A EDUCAÇÃO CATARINENSE, DA QUAL SEU GOVERNO É CONSIDERADO O GRANDE REFORMADOR (IBID., P.80).

AS BASES DO SISTEMA DE ENSINO PÚBLICO ESTADUAL, DE MODELO PAULISTA, LANÇADAS POR ORESTES GUIMARÃES, FORAM DECISIVAS PARA SANTA CATARINA, QUE ADOTOU A LINHA GERAL DESSA POLÍTICA E FILOSOFIA EDUCACIONAL, A QUAL TEVE FORTE PRESENÇA NA EDUCAÇÃO PÚBLICA CATARINENSE, PERDURANDO POR MAIS DE CINQUENTA ANOS.

CONTUDO, ESSA AFIRMATIVA NÃO IMPEDE O RECONHECIMENTO DE IMPORTANTES FATOS EDUCACIONAIS QUE OCORRERAM NESSE MEIO SÉCULO, COMO A REORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, CONCRETIZADA NO ANO DE 1935 E CONHECIDA COMO "REFORMA TRINDADE". ESSA REESTRUTURAÇÃO DO ENSINO FOI FRUTO DO CONTEXTO POLÍTICO E EDUCACIONAL GERADO PELA REVOLUÇÃO DE 1930, ENDOSSANDO NOVA POLÍTICA DE ASSIMILAÇÃO CULTURAL MEDIANTE A AÇÃO DA ESCOLA (IBID., P.119).

A REORGANIZAÇÃO DE 1935, DO ENSINO CATARINENSE, CONCRETIZOU-SE EM CONSONÂNCIA COM O MOMENTO HISTÓRICO, INSPIRADO NAS DIRETRIZES TRAÇADAS PELO VI CONGRESSO DE EDUCAÇÃO QUE SE REALIZOU EM FORTALEZA. ESSA NOVA REFORMA, ENTRETANTO, SOFREU SIGNIFICATIVA INFLUÊNCIA DO SISTEMA DE ENSINO DO DISTRITO FEDERAL, QUE HAVIA SIDO REMODELADO NO ANO DE 1928 POR FERNANDO AZEVEDO (IBID., P.121).

NA DÉCADA DE 40, É O ASSUNTO ESCOLA NOVA QUE IMPLICA EM NOVAS MUDANÇAS E ADAPTAÇÕES PARA O SISTEMA EDUCACIONAL, QUE

PARECIA ESTAR MUITO AQUÉM DO PRECONIZADO POR ESTA NOVA CONCEPÇÃO DE ENSINO, SEGUNDO A QUAL A ESCOLA DEVERIA RESPEITAR E INCENTIVAR A INDIVIDUALIDADE DO ALUNO QUE PASSARIA A SER NÃO MAIS UM AGENTE PASSIVO, MAS UM AGENTE ATIVO DO ENSINO. PELO DECRETO Nº 2991 DE 28 DE ABRIL DE 1944

A ESCOLA NOVA DEVERIA SER POSTA EM PRÁTICA PELOS PROFESSORES, IMEDIATAMENTE, REVOGADAS AS DISPOSIÇÕES EM CONTRÁRIO. ESTE FATO FEZ COM QUE SE PUDESSE AFIRMAR QUE A RENOVAÇÃO PEDAGÓGICA DO ENSINO PÚBLICO CATARINENSE, FRUTO DO MOVIMENTO DA ESCOLA NOVA, TEVE COMO APOIO BÁSICO UM DISPOSITIVO DE CUNHO CENTRALISTA E AUTORITÁRIO, QUE NÃO AVALIOU A REAL SITUAÇÃO DO ENSINO (FIORI, 1991, P.126-27).

ESTA INSTITUIÇÃO DA ESCOLA NOVA VIA DECRETO, SEGUNDO A AUTORA, DEIXA CLARO A INTENÇÃO DO ESTADO DE ESTAR EM SINTONIA COM AS DEMAIS INSTITUIÇÕES FEDERAIS. EXPLICITA TAMBÉM O DESEJO DE SE IDENTIFICAR COM CONCEPÇÕES EDUCACIONAIS BÁSICAS, QUE TINHAM O AVAL DOS ÓRGÃOS DO GOVERNO FEDERAL.

ENTRE OS ANOS DE 1940 A 1950, COM O PROFESSOR ELPÍDIO BARBOSA À FRENTE DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO, OCORRE UMA NOVA REESTRUTURAÇÃO DO ENSINO PÚBLICO EM SANTA CATARINA. DECISIVAS INOVAÇÕES OCORRERAM APÓS A IMPLANTAÇÃO DESSA REFORMA (CONHECIDA COMO REFORMA ELPÍDIO BARBOSA), PASSANDO PELA REORGANIZAÇÃO DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO EM 1961, A APROVAÇÃO DO SISTEMA ESTADUAL DE ENSINO ATÉ A INSTALAÇÃO DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO.

NOS PRIMÓRDIOS DA DÉCADA DE 70, ENTROU EM VIGOR O 1º PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO INTRODUZINDO UMA NOVA ESTRUTURA ESCOLAR ATRAVÉS DA REORGANIZAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA. DENTRE ESTAS MUDANÇAS ESTÁ INCLUSA A EXTINÇÃO DOS ENTÃO TRADICIONAIS GRUPOS ESCOLARES QUE PASSAM A DENOMINAR-SE ESCOLAS BÁSICAS, NAS QUAIS ERA MINISTRADA A EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL QUE ABARCAVA OITO ANOS DE ESCOLARIDADE CONTÍNUA, QUE DEVERIA SER IGUALMENTE OBRIGATÓRIA E GRATUITA. ESTE PLANO

ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, SEGUIA AS DIRETRIZES NACIONAIS, AGORA DO AUTORITARISMO BUROCRÁTICO MILITAR, SEGUINDO IGUALMENTE A NOVA LDB.

TODA ESTA REFORMA DO ENSINO, SEGUNDO FIORI (1991), OCASIONOU MODIFICAÇÕES SIGNIFICATIVAS EM ASPECTOS TAIS COMO CRIAÇÃO DE NOVOS CARGOS, REFORMULAÇÃO DOS CURRÍCULOS E PROGRAMAS, AUMENTO QUANTITATIVO ORÇAMENTÁRIO DESTINADO À EDUCAÇÃO, DENTRE OUTROS. CONCOMITANTE A ESTE PROCESSO, A SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, À FRENTE DA ADMINISTRAÇÃO DO ENSINO PÚBLICO, VIVENCIOU INÚMEROS PROBLEMAS ADVINDOS DO CRESCIMENTO ORGANIZACIONAL, SENDO QUE AUMENTOU CONSIDERAVELMENTE O NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS, DESDE O CORPO DOCENTE ATÉ O QUADRO ADMINISTRATIVO. ESTE FATOR É DECORRENTE DENTRE OUTRAS VARIÁVEIS, DA ILUSÃO DA POSSIBILIDADE DE ASCENSÃO SOCIAL VIA EDUCAÇÃO, DA GRATUIDADE DO ENSINO E DO AUMENTO DA POPULAÇÃO ESCOLAR QUE BUSCAVA CUMPRIR A OBRIGATORIEDADE DE OITO ANOS DE ESTUDO.

CONSTA NA PROPOSTA CURRICULAR DE SANTA CATARINA (1998), QUE COM A REDEMOCRATIZAÇÃO POLÍTICA EM ANDAMENTO NO BRASIL A PARTIR DE 1985, É RETOMADO UM MOVIMENTO DE DISCUSSÃO EDUCACIONAL, REPRIMIDO NOS ÚLTIMOS ANOS DE DITADURA. FORAM INTROJETADOS TEXTOS LIGADOS A UM PENSAMENTO MAIS SOCIAL NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO, O QUE ACARRETOU EM SIGNIFICATIVAS MUDANÇAS NESSE MEIO, DESPERTANDO UMA DISCUSSÃO ABERTA SOBRE DETERMINADA LINHA DE PENSAMENTO QUE ATÉ ENTÃO ERA REPRIMIDA.

O PENSAR A EDUCAÇÃO SOB UMA ÓTICA HISTÓRICO-CULTURAL NESTE PERÍODO (DÉCADA DE 80), PERPASSAVA PELOS TEXTOS DE ANTONIO GRAMSCI (1891-1937) E DEMAIS TEÓRICOS QUE COMPARTILHAVAM DAS MESMAS IDÉIAS, OS QUAIS ENCONTRARAM DIVULGADORES E INTÉRPRETES DENTRE ALGUNS PENSADORES BRASILEIROS DO MEIO EDUCACIONAL. O PENSAR A EDUCAÇÃO

NUMA ÓTICA HISTÓRICO-CULTURAL, NO BRASIL, (...), ESTÁ FORTEMENTE MARCADO PELA COMPREENSÃO DA LIGAÇÃO DA EDUCAÇÃO COM A POLÍTICA E DA CONSEQÜENTE IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO DAS CAMADAS POPULARES COMO UM DOS CAMINHOS PARA A CRIAÇÃO DE UMA NOVA HEGEMONIA, LIGADA AOS SEUS INTERESSES (PROPOSTA CURRICULAR DE SANTA CATARINA, 1998, P.10).

ESSE PENSAMENTO QUE ATÉ ENTÃO SE ENCONTRAVA NA CLANDESTINIDADE, PASSOU A TER LEGITIMIDADE INSTITUCIONAL. O MOVIMENTO DOS EDUCADORES EM PROL DE UMA NOVA PERSPECTIVA CURRICULAR ENCONTROU APOIO OFICIAL NO PERÍODO ENTRE 1987 E 1991. FOI NESSE CENÁRIO QUE SE ELABOROU A PRIMEIRA EDIÇÃO DA PROPOSTA CURRICULAR DE SANTA CATARINA, SOB COORDENAÇÃO DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, COM A CONTRIBUIÇÃO DE PROFESSORES DE TODAS AS REGIÕES DO ESTADO E CONSULTORES DE UNIVERSIDADES DE DIVERSAS PARTES DO BRASIL (IDEM, P. 10/11).

A PUBLICAÇÃO DA PROPOSTA CURRICULAR LEVA AOS EDUCADORES, AMPLAS CONTRIBUIÇÕES PARA AS DISCUSSÕES DOS CONTEÚDOS QUE FAZEM PARTE DO TRABALHO DE TODOS OS PROFESSORES, EM CADA ESCOLA DE SANTA CATARINA, NOS NÍVEIS MÉDIO E FUNDAMENTAL. EM TERMOS EDUCACIONAIS O ESTADO CATARINENSE, VIVENCIOU PROFUNDAS E DECISIVAS MODIFICAÇÕES NO DECORRER DOS PERÍODOS HISTÓRICOS QUE NOS PRECEDEM, MARCANDO OS CAMINHOS E DESCAMINHOS DA EDUCAÇÃO, NAS DIVERSAS REGIÕES DE ACORDO COM SUAS PECULIARIDADES.

EM SE TRATANDO DO ENSINO MÉDIO, DE ACORDO COM A SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, EM SANTA CATARINA O MESMO É MANTIDO POR DUAS REDES; “A OFICIAL, COMPOSTA POR ESCOLAS ESTADUAIS, FEDERAIS E MUNICIPAIS E A PARTICULAR, COMPOSTA POR ESCOLAS MANTIDAS POR INSTITUIÇÕES PRIVADAS” (SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, 1980, P.26).

ATUALMENTE O ESTADO OFERECE O ENSINO MÉDIO NOS SEUS 293 MUNICÍPIOS E ENTRE 1999 E 2001 HOUVE UMA EXPANSÃO DE 19% NAS VAGAS PARA O PERÍODO DIURNO. DE ACORDO COM O CENSO ESCOLAR 2000/2002, SANTA CATARINA TEM O MAIOR ÍNDICE DE MATRÍCULA EM TODOS OS NÍVEIS E MODALIDADES DE ENSINO, SE COMPARADO AOS DADOS DO

BRASIL. NO ENSINO MÉDIO, A TAXA DE ATENDIMENTO DO ESTADO EM 2001 ERA DE 50,75% ENQUANTO QUE BRASIL ERA DE 35,13%. HOUE UM AUMENTO SIGNIFICATIVO DO NÚMERO DE ALUNOS ATENDIDOS NO PERÍODO ENTRE 1996 A 2002, PASSANDO RESPECTIVAMENTE DE 179,765 PARA 274,669, APRESENTANDO ASSIM UM CRESCIMENTO DE 52,79% NO PERÍODO.

DE ACORDO COM A SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, O AUMENTO DO INGRESSO E PERMANÊNCIA DOS ALUNOS DO ENSINO MÉDIO EM SANTA CATARINA SE DEU “EM FUNÇÃO DO ESFORÇO IMPLEMENTADO NO REORDENAMENTO, PROVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS E FINANCEIROS, CRIAÇÃO E MELHORIA DOS ESPAÇOS FÍSICOS ESCOLARES E A ADEQUAÇÃO DE RECURSOS MATERIAIS” (SESC, 2002, P.71). OUTRO FATOR QUE CONTRIBUI POSITIVAMENTE, É “O PROJETO ESCOLA JOVEM”, QUE PREVÊ UMA AMPLA REFORMA NO ENSINO MÉDIO PARA MELHORAR A ESTRUTURA DAS ESCOLAS E AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS, BEM COMO AUMENTAR O OFERTA DE VAGAS E DIMINUIR A EVASÃO ESCOLAR.

ESSE PLANO DE ENSINO MÉDIO (PEM) E O PLANO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL (PEP) FORAM ELABORADOS ATRAVÉS DE CONVÊNIO COM O GOVERNO FEDERAL, COM APOIO DO BANCO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO (BID), COM VISTAS A IMPLANTAÇÃO DA REFORMA DO ENSINO MÉDIO PROPOSTA PELO MEC NAS UNIDADES DA REDE ESTADUAL. O OBJETIVO MAIOR DESSE PROJETO, É AUMENTAR A OFERTA DE VAGAS, EM ESPECIAL NO PERÍODO DIURNO, EM PARALELO A MELHORIA DA QUALIDADE DE ENSINO E A ESTRUTURA FÍSICA DAS ESCOLAS, BEM COMO DIMINUIR O ÍNDICE DE REPROVAÇÃO E ABANDONO ESCOLAR.

O REORDENAMENTO DA REDE DE ESCOLAS DO ENSINO MÉDIO JÁ APRESENTA RESULTADOS POSITIVOS. ATÉ 1999, ESSE GRAU DE ENSINO OCUPAVA AS MESMAS UNIDADES ESCOLARES DO ENSINO FUNDAMENTAL, NOS HORÁRIOS OCIOSOS, QUE ERA BASICAMENTE NO PERÍODO NOTURNO, ISSO INCLUÍA ESCOLAS MUNICIPAIS E PRÉDIOS ALUGADOS. A EXPANSÃO DA OFERTA DE VAGAS DIURNAS VEM SE DANDO COM A AMPLIAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO DAS UNIDADES ESCOLARES JÁ EXISTENTES E COM NOVAS CONSTRUÇÕES, ALÉM DE READEQUAÇÃO DO ESPAÇO UTILIZADO PELO ENSINO FUNDAMENTAL. “O REORDENAMENTO AINDA PRETENDE DAR

ÀS ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO UM PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO COM IDENTIDADE PRÓPRIA, UM SISTEMA DE GESTÃO DIFERENCIADA E UM ORÇAMENTO ESPECÍFICO” (SECRETARIA ESTADUAL DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO, 2002, P.30), BUSCANDO ATINGIR O MODELO DE “ESCOLA IDEAL”. VALE FRISAR, QUE ESTA É UMA FALA OFICIAL E, NOSSO OBJETIVO NÃO É DE MODO ALGUM CONSTATAR A VERACIDADE DESTAS INFORMAÇÕES *IN LOCO*.

2.6 – CARACTERIZANDO NOSSO UNIVERSO DE ESTUDO

AS MUDANÇAS SÓCIO-ECONÔMICAS E CULTURAIS, PRESENCIADAS NA SOCIEDADE BRASILEIRA NAS ÚLTIMAS DÉCADAS, TÊM ESTREITA RELAÇÃO COM O CRESCIMENTO DAS MATRÍCULAS NO ENSINO MÉDIO. SEGUNDO O INEP (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS), AS MESMAS SE CONCENTRAM NAS REDES ESTADUAIS E NO PERÍODO NOTURNO. OS GRUPOS SOCIAIS ATÉ ENTÃO EXCLUÍDOS ESTÃO CONTINUANDO OS ESTUDOS OU RETORNANDO À ESCOLA, DEVIDO À IMPORTÂNCIA DA ESCOLARIDADE FRENTE ÀS EXIGÊNCIAS DO MUNDO DO TRABALHO. A GRANDE MAIORIA DOS ALUNOS DA REDE PÚBLICA, É ORIGINÁRIA DE FAMÍLIAS COM RENDA MENSAL INFERIOR A SEIS SALÁRIOS MÍNIMOS.

PODEMOS AFIRMAR, COM BASE EM DADOS LEVANTADOS PREVIAMENTE JUNTO À SECRETARIA DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA VERÔNICA SÊNEM (2004), SER A REALIDADE DOS EDUCANDOS SOBRE OS QUAIS ESTAREMOS NOS VOLTANDO QUANDO DA REALIZAÇÃO DE NOSSOS ESTUDOS, CARACTERISTICAMENTE SEMELHANTE À EXPOSTA ACIMA.

OS JOVENS EM QUESTÃO, FREQUENTAM O ÚLTIMO ANO DO ENSINO MÉDIO, NO MUNICÍPIO DE GALVÃO, REGIÃO OESTE DE SANTA CATARINA. FAZEM PARTE DE UM CONTINGENTE POPULACIONAL ESTIMADO EM 4200 HABITANTES, DENTRE OS QUAIS, APROXIMADAMENTE 23% FREQUENTAM A ESCOLA, DIVIDINDO-SE ENTRE A MUNICIPAL “ARNALDO FRANCISCO DOS SANTOS” (EM TORNO DE 9%) E A ESTADUAL “ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA VERÔNICA SÊNEM” (14% DO TOTAL DE ALUNOS DO MUNICÍPIO). É JUNTO A UM GRUPO DE EDUCANDOS DESTA INSTITUIÇÃO (ESTADUAL), QUE ESTAREMOS DESENVOLVENDO NOSSA PESQUISA.

A MESMA, ESTÁ SITUADA A RUA D. PEDRO I N.220 E, É MANTIDA PELO ESTADO DE SANTA CATARINA E ADMINISTRADA PELA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO. A REFERIDA ESCOLA, FOI INICIALMENTE ESCOLA ISOLADA MUNICIPAL, DA QUAL NÃO HÁ REGISTROS OU DADOS SOBRE SEU INÍCIO. EM 1962, PASSOU A GRUPO ESCOLAR DE GALVÃO, JÁ NA ÉPOCA, PERTENCENDO AO ESTADO COM O DECRETO N° 1253/62. NO MESMO ANO PASSOU A GRUPO ESCOLAR “OSNI DE MEDEIROS RÉGIS”. EM 1971 HOUE A JUNÇÃO DE GRUPO ESCOLAR COM O GINÁSIO NORMAL LUIZ LUNARDI, TRANSFORMANDO-SE EM ESCOLA BÁSICA PROFESSOR “OSNI DE MEDEIROS RÉGIS”. PELO DECRETO N.923/88 DE 23/11/88, PASSOU A DENOMINAR-SE “ESCOLA BÁSICA VERÔNICA SÊNEM”. ATUALMENTE, EM VIRTUDE DA PORTARIA E/017/SED (SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO), DE 28/03/2000 PASSOU A DENOMINAR-SE “ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA VERÔNICA SÊNEM”.

A INSTITUIÇÃO ATENDE ALUNOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL, ENSINO FUNDAMENTAL, MÉDIO E MÉDIO PROFISSIONALIZANTE- MAGISTÉRIO COM HABILITAÇÃO EM EDUCAÇÃO INFANTIL E SÉRIES INICIAIS. O ENSINO MÉDIO COMEÇOU A SER ATENDIDO PELA EDUCAÇÃO PÚBLICA, NO MUNICÍPIO DE GALVÃO, SOMENTE A PARTIR DO ANO DE 1989, ATÉ ENTÃO ERA ATENDIDO PELA REDE PRIVADA.

O Ensino Médio, com duração mínima de três anos, de acordo com o Projeto Político Pedagógico (PPP, 2004) tem como finalidade:

- A CONSOLIDAÇÃO E O APROFUNDAMENTO DO CONHECIMENTO ADQUIRIDO NO ENSINO FUNDAMENTAL, POSSIBILITANDO O PROSSEGUIMENTO DE ESTUDOS;
- O APRIMORAMENTO DO EDUCANDO COMO PESSOA, INCLUINDO A FORMAÇÃO POLÍTICA, MORAL E ÉTICA, O DESENVOLVIMENTO DA AUTONOMIA INTELCTUAL E DO PENSAMENTO CRÍTICO, PROMOVEDO A SOCIALIZAÇÃO DO SABER E DO PODER;
- A COMPREENSÃO DOS FUNDAMENTOS CIENTÍFICO-TECNOLÓGICOS DOS PROCESSOS PRODUTIVOS, RELACIONANDO A TEORIA COM A PRÁTICA, NO ENSINO DE CADA DISCIPLINA” (PPP, 2004, P.5).

OS OBJETIVOS DA UNIDADE ESCOLAR, A PARTIR DO PLANEJAMENTO GERAL E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL, VISAM SUA AÇÃO EDUCATIVA FUNDAMENTADA NOS PRINCÍPIOS DA UNIVERSALIZAÇÃO DA IGUALDADE,

DE ACESSO E PERMANÊNCIA, DA OBRIGATORIEDADE E DA GRATUIDADE ESCOLAR. A REFERIDA INSTITUIÇÃO, DE ACORDO COM O PPP, BUSCA POR UMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE, DEMOCRÁTICA, PARTICIPATIVA E COMUNITÁRIA, COMO ESPAÇO DE SOCIALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO EDUCANDO, COM VISTAS A PREPARÁ-LO PARA O EXERCÍCIO DE DIREITOS E O CUMPRIMENTO DE SEUS COMPROMISSOS NO CONVÍVIO COM A SOCIEDADE, ENTENDIDO PELA INSTITUIÇÃO COMO SINÔNIMO DE CIDADANIA E QUALIFICAÇÃO PARA O TRABALHO COM PLURALISMO DE IDÉIAS E CONCEPÇÕES PEDAGÓGICAS (IBID., P.10).

ATUALMENTE A ESCOLA BÁSICA VERÔNICA SÊNEM POSSUI UM TOTAL DE 616 ALUNOS, DENTRE OS QUAIS 241 ESTÃO MATRICULADOS E CURSANDO O ENSINO MÉDIO, NOS PERÍODOS MATUTINO, VESPERTINO E NOTURNO. DISTINTOS NÍVEIS SÓCIO-ECONÔMICO E CULTURAL ABARCAM O CONTINGENTE DE ALUNOS, CARACTERIZADOS PRINCIPALMENTE COMO FILHOS DE PEQUENOS AGRICULTORES, PECUARISTAS, ARRENDATÁRIOS, MEEIROS, ASSALARIADOS, FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS E DESEMPREGADOS. APENAS UMA PEQUENA MINORIA É DE FILHOS DE MICRO-EMPRESÁRIOS E GRANDES PROPRIETÁRIOS RURAIS, DESFRUTANDO ASSIM DE MELHORES CONDIÇÕES ECONÔMICAS (DADOS FORNECIDOS PELA SECRETARIA DA ESCOLA EM 2004).

DE ACORDO COM OS DADOS DA SECRETARIA DA ESCOLA, DENTRE OS ALUNOS, APROXIMADAMENTE 80% TÊM ACESSO SOMENTE A LEITURA QUE É OFERECIDA PELA BIBLIOTECA ESCOLAR OU EM SALA DE AULA E, UMA ÍNFIMA MINORIA DISPÕE DOS AVANÇOS TECNOLÓGICOS (COMPUTADOR, INTERNET, FAX, TELEFONE, ETC.). A ORIGEM ÉTNICA DOS EDUCANDOS EM QUESTÃO É RESULTANTE DE UMA MISCIGENAÇÃO DE RAÇAS, CARACTERISTICAMENTE COMPATÍVEL COM A HISTÓRIA DA COLONIZAÇÃO DE TODO O BRASIL. OS MESMOS SÃO DE PREDOMINÂNCIA CABOCLA⁵, SEGUIDA DE ITALIANA E ALEMÃ COM A PRESERVAÇÃO DE ALGUNS HÁBITOS E TRADIÇÕES, PRINCIPALMENTE CABOCLAS E GAÚCHAS, POIS GRANDE PARTE DAS FAMÍLIAS PROCEDE DO RIO GRANDE DO SUL . EM

⁵ São denominados caboclos, indivíduos de cor escura, mestiços de brancos com índios.

TERMOS DE RELIGIOSIDADE, HÁ PREDOMINÂNCIA CATÓLICA APOSTÓLICA ROMANA (94% DOS ENTREVISTADOS), HAVENDO SEGUIDORES DE OUTRAS RELIGIÕES COMO ASSEMBLÉIA DE DEUS, DEUS É AMOR, CATÓLICA BRASILEIRA, EVANGELHO QUADRANGULAR E LUZ DA VERDADE.

O CORPO DOCENTE NO ANO DE 2004, ESTÁ CONSTITUÍDO POR 31 PROFESSORES (APENAS DOIS DO SEXO MASCULINO), DOS QUAIS 23 SÃO EFETIVOS E 8 ACTS (ADMITIDOS POR CARÁTER TEMPORÁRIO). QUANTO À FORMAÇÃO DOS MESMOS, TEMOS A SEGUINTE REALIDADE: 1 PROFESSOR COM MESTRADO CONCLUÍDO EM CIÊNCIAS SOCIAIS E 1 CURSANDO MESTRADO EM LINGUÍSTICA, 21 SÃO ESPECIALISTAS, 5 SÃO GRADUADOS, 2 ESTÃO CURSANDO A GRADUAÇÃO E APENAS 1 PROFESSOR COM NÍVEL MÉDIO (PPP⁶, 2004, P.3).

O grupo que fará parte de nosso universo de pesquisa, está dividido em duas turmas, contabilizando um total de 50 alunos. Uma delas estuda no período matutino e a outra frequenta o período noturno, completando assim, ao final de 2004, o último ano do Ensino Médio.

2.7 – ASPECTOS HISTÓRICOS E FÍSICOS DE GALVÃO

O município de Galvão apresenta características peculiares na história de sua formação, sobre a qual estaremos discorrendo brevemente na sequência, com o intuito de melhor situar o leitor, histórica e geograficamente.

A EVOLUÇÃO CRONOLÓGICA DA REGIÃO QUE ENVOLVE O ATUAL MUNICÍPIO DE GALVÃO, PERPASSA PELA PERTENÇA DO MESMO AO ESTADO DO PARANÁ ABARCADO SUCESSIVAMENTE PELOS MUNICÍPIOS DE GUARAPUAVA, PALMAS E CLEVELÂNDIA. QUANDO PASSOU A SER TERRITÓRIO CATARINENSE PERTENCEU PRIMEIRAMENTE A CHAPECÓ E EM MOMENTO POSTERIOR A XAXIM, ATÉ A SUA EMANCIPAÇÃO POLÍTICA. EM SE TRATANDO DE AUTORIDADE MAIOR PERTENCEU INICIALMENTE À PROVÍNCIA DE SÃO PAULO E, A PARTIR DE 1853 À PROVÍNCIA DO PARANÁ.

SEGUNDO FOLADOR (1992), O POVOAMENTO DO OESTE CATARINENSE E DO SUDOESTE DO PARANÁ SE DEU EM TORNO DE DOIS PONTOS PRINCIPAIS

QUE ENGLOBALAM A ROTA SUL, PARTINDO DE GUARAPUAVA E PALMAS, INCLUINDO CLEVELÂNDIA SEGUINDO RUMO AO RIO GRANDE DO SUL. A ROTA OESTE SAÍA DOS MESMOS PONTOS, AVANÇANDO RUMO AO BARRACÃO DA ARGENTINA. NA BASE DAS PRIMEIRAS INCURSÕES DO HOMEM BRANCO NESTA REGIÃO, EXISTE UM DENOMINADOR COMUM QUE É A TOPOGRAFIA DO SOLO EXPLORADO E OCUPADO. NO SEGMENTO OESTE, NOS ATUAIS LIMITES POLÍTICO-ADMINISTRATIVO DOS DOIS ESTADOS, ESTÁ UM DIVISOR DAS ÁGUAS QUE AFLUEM AO IGUAÇÚ E AO URUGUAI, LOCAL ONDE SE ABRIU O PRIMEIRO E MAIS ANTIGO CAMINHO UTILIZADO PARA A COLONIZAÇÃO DO OESTE DE SANTA CATARINA E SUDOESTE DO PARANÁ (IDEM:P.15).

A ENTRADA DOS PRINCIPAIS MORADORES EM GALVÃO SE FEZ ATRAVÉS DO EIXO OESTE, DESCENDO A SERRA DA FARTURA. IGNORA-SE A DATA EXATA DO FATO, MAS EXISTE A POSSIBILIDADE DE ISSO TER OCORRIDO NO PERÍODO DA GUERRA DO PARAGUAI (1865/1879). DURANTE ESSE CONFLITO ESTACIONARAM EM CLEVELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, SOLDADOS DA GUARDA NACIONAL PARA VIGIAR AS FRONTEIRAS DO BRASIL. O PROLONGAMENTO DA GUERRA TRANSFORMOU OS ACAMPAMENTOS MILITARES EM ARRAIAL, LUGAREJO ONDE OS HABITANTES SE AGLOMERAVAM FORMANDO UMA ESPÉCIE DE ALDEIA QUE POSTERIORMENTE TRANSFORMOU-SE EM MUNICÍPIO.

COM O TÉRMINO DO CONFLITO, AS FORÇAS REMANESCENTES OU DESMOBILIZADAS, ENGROSSARAM A POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO PARANAENSE, ENTÃO BOA VISTA E, SE LANÇARAM A OCUPAÇÕES TERRITORIAIS NOS CAMPOS E MATAS CIRCUNVIZINHOS. TERIA ENTÃO CHEGADO A ESTE LOCAL, DE ACORDO COM FOLADOR (1992), A FAMÍLIA GALVÃO, PRESSUPOSTAMENTE DE ORIGEM BRASILEIRA (OU CABOCLA COMO SE DIZ NA REGIÃO), “BATIZANDO” POSTERIORMENTE O LUGAR QUE PASSARAM A RESIDIR, DESBRAVANDO-O E O TRANSFORMANDO EM UMA GRANDE FAZENDA, A “FAZENDA GALVÃO”, DE ONDE SE ORIGINOU O NOME

⁶ Estatuto que determina as regras de funcionamento da Escola de Educação Básica Verônica Sênem.

DO MUNICÍPIO, QUE NESTE MOMENTO HISTÓRICO PERTENCIA AO ESTADO DO PARANÁ.

CABE RESSALTAR AQUI, QUE GALVÃO FEZ PARTE DA REGIÃO ONDE OCORREU A GUERRA DO CONTESTADO A QUAL ENVOLVEU OS ESTADOS DO PARANÁ E SANTA CATARINA. DA REFERIDA GUERRA RESULTOU UM SALDO DE APROXIMADAMENTE 6000 CAMPONESES MORTOS EM CONFRONTOS COM O EXÉRCITO E BANDOS DE JAGUNÇOS CHEFIADOS POR CORONÉIS, NUMA LUTA QUE SE ARRASTOU DE 1912 ATÉ 1916.

SEGUNDO O SOCIÓLOGO ÁLVARO DE VITA (1999), O QUE HOUE FOI UMA CRISE NO SISTEMA DE DOMINAÇÃO DOS CORONÉIS, PROVOCADA PELA ALOCAÇÃO DE NOVAS FORÇAS ECONÔMICAS E SOCIAIS, ORIUNDAS DO DESENVOLVIMENTO DA ORDEM CAPITALISTA, TENDO COMO RESULTADO CONFLITOS PELA POSSE DA TERRA. NO INÍCIO DO SÉCULO XX, GRANDES EMPRESAS CAPITALISTAS COMANDADAS POR UM GRUPO NORTE-AMERICANO PASSARAM A SE INFILTRAR NOS SERTÕES DOS REFERIDOS ESTADOS, COM INTERESSES AUDACIOSOS QUE PERPASSAVAM POR PROJETOS DE COLONIZAÇÃO (ENVOLVENDO A ESPECULAÇÃO COM TERRAS), ATÉ A EXPLORAÇÃO DE MADEIRA E A CONSTRUÇÃO DE UMA ESTRADA DE FERRO LIGANDO SÃO PAULO E RIO GRANDE DO SUL, PASSANDO PELA REGIÃO DO CONTESTADO.

A COMPANHIA RESPONSÁVEL PELA CONSTRUÇÃO DA ESTRADA DE FERRO, POR MEDIDA DE SEGURANÇA PASSOU A EXPULSAR ANTIGOS MORADORES DA ÁREA⁷, DANDO MARGEM A UMA INSURREIÇÃO DOS SERTANEJOS ESPOLIADOS NAS SUAS TERRAS E NA SUA SEGURANÇA. NA RAIZ DOS ACONTECIMENTOS DO CONTESTADO, ALÉM DOS CONFLITOS PELA POSSE DA TERRA HÁ OUTRO ASPECTO A CONSIDERAR. SEGUNDO VITA (1999), ESTE ENVOLVE O RECRUTAMENTO PARA A CONSTRUÇÃO DA ESTRADA DE FERRO, DE MILHARES DE TRABALHADORES DE VÁRIAS CAPITAIS DO PAÍS. ISSO DEU MARGEM À INTRODUÇÃO NO MUNDO RURAL DE SANTA CATARINA E PARANÁ, DE NOVAS RELAÇÕES DE TRABALHO, O TRABALHO

⁷ A empresa conseguiu do governo federal a concessão de uma área de terras devolutas equivalente a 9Km de cada lado da estrada, onde residiam posseiros, antigos moradores dessas terras, e que nelas se dedicavam à criação de gado, à extração de erva-mate ou à roça de subsistência (VITA, 1999, p.72).

ASSALARIADO E, EM PARALELO A ISSO, NOVAS MODALIDADES DE CONTROLE SOBRE TODOS OS TRABALHADORES, ACIRRANDO OS CONFLITOS ESPECIALMENTE NA REGIÃO CONTESTADA QUE NO MOMENTO ERA PALCO DE GRANDES TENSÕES.

A SITUAÇÃO NO LOCAL ERA UMA CONSTANTE DE TENSÕES QUE SE AGRAVOU COM O TÉRMINO DA CONSTRUÇÃO DA ESTRADA, POIS A EMPRESA RESPONSÁVEL PELA CONTRATAÇÃO DOS TRABALHADORES NÃO CUMPRIU O ACORDO DE LEVÁ-LOS DE VOLTA A SEU LUGAR DE ORIGEM. ASSIM SENDO OS MESMOS PERMANECERAM NA REGIÃO DO CONTESTADO SEM DESTINO CERTO, JUNTANDO-SE AO NUMEROSO CONTINGENTE DE SERTANEJOS DESALOJADOS E “DESENCANTADOS” COM O MUNDO, POIS VIRAM SE DILUIR OS LAÇOS DE PATERNALISMO QUE OS MANTINHA PRESOS AOS CORONÉIS. NESTE CONTEXTO OS SERTANEJOS REAGIRAM A CRISE DA DOMINAÇÃO CORONELÍSTICA “PROMOVENDO UM REENCANTAMENTO DO MUNDO COM BASE EM CRENÇAS MILENARISTAS” (VITA, 1999, P.74). CRENÇAS ESSAS QUE OS IMPULSIONAVA A LUTAR POR UMA “TERRA PROMETIDA”, OU TERRA SAGRADA.

O MOVIMENTO ERA CHEFIADO PELO MONGE JOSÉ MARIA, LIDERANÇA RELIGIOSA ENTRE OS SERTANEJOS, QUE APÓS SUA MORTE PASSOU A SER ENDEUSADO POIS SEUS SEGUIDORES ACREDITAVAM QUE ELE VOLTARIA COM UM EXÉRCITO PODEROSO, O QUAL FARIA TRIUNFAR A “LEI DE DEUS”, ASSIM ELES TERIAM DE VOLTA SUAS TERRAS. A PEDIDO DOS CORONÉIS, ENTRETANTO, HOUVE INTERVENÇÃO DAS TROPAS DO EXÉRCITO PARA DISPERSAR OS SERTANEJOS, RESULTANDO NO MASSACRE DE MUITOS REBELDES. AS LUTAS E MASSACRES PERDURARAM POR LONGO TEMPO E, TIVERAM UM FIM SOMENTE EM 1915, COM A ENTRADA NO CONFLITO DE 7000 SOLDADOS DO EXÉRCITO, AUXILIADOS POR JAGUNÇOS PAGOS PELOS CORONÉIS. SOMENTE EM 1916 O ÚLTIMO CHEFE REBELDE FOI CAPTURADO E TEVE FIM ESTE CONFLITO SOCIAL NO CAMPO, QUE COMO O DE CANUDOS (SÉCULO XIX) FOI BARBARAMENTE REPRIMIDO PELO GOVERNO DA REPÚBLICA.

A REGIÃO ONDE TEVE LUGAR A GUERRA CAMPONESA, ABARCAVA OS SERTÕES ENTRE O MUNICÍPIO DE CURITIBANOS EM SANTA CATARINA E,

PALMAS, NO PARANÁ. SEUS LIMITES ERAM DISPUTADOS PELOS DOIS ESTADOS, DAÍ A DENOMINAÇÃO DE CONTESTADO, QUE TEVE ESTE CONFLITO DEFLAGRADO NO INÍCIO DO SÉCULO XX, MARCANDO A HISTÓRIA POLÍTICA E DA OCUPAÇÃO TERRITORIAL DO OESTE CATARINENSE. O TERRITÓRIO QUE HOJE FORMA O MUNICÍPIO DE GALVÃO, PORTANTO, PERTENCEU AO PARANÁ COMO TODO O OESTE CATARINENSE, MAIS PRECISAMENTE AO MUNICÍPIO DE CLEVELÂNDIA ATÉ O ANO DE 1916, QUANDO EM VIRTUDE DO TÉRMINO DA GUERRA DO CONTESTADO, FORAM TRAÇADOS OS LIMITES ENTRE OS ESTADOS DO PARANÁ E SANTA CATARINA.

EM 1959 FOI CRIADO O DISTRITO DE GALVÃO, TENDO COMO SEDE O LOCAL CONHECIDO POR CAMPINA DA SAUDADE, ASSIM DENOMINADO PELO FATO DE EXISTIR UM PEQUENO DESCAMPADO PRÓXIMO AO RIO SAUDADES, QUE CORTA O ATUAL MUNICÍPIO. ASSIM GALVÃO COMEÇA SUA HISTÓRIA POLÍTICA E ADMINISTRATIVA, SENDO ELEVADO À CATEGORIA DE MUNICÍPIO PELA LEI ESTADUAL N° 864/62, DE 14 DE DEZEMBRO DE 1962, OCORRENDO SUA INSTALAÇÃO EM 07 DE ABRIL DE 1963 (FOLADOR, 1992, P.61).

2.8 – ASPECTOS SÓCIO ECONÔMICOS

CONFORME RELATO DE FOLADOR (1992), A PRIMEIRA ATIVIDADE ECONÔMICA DO OESTE CATARINENSE E SUDOESTE DO PARANÁ, NOS PRIMÓRDIOS DE SUA OCUPAÇÃO PELO HOMEM BRANCO, FOI A CRIAÇÃO DE GADO, POIS A REGIÃO, DEVIDO AOS CAMPOS, FAVORECIA SOMENTE À PECUÁRIA. NAS PRINCIPAIS ROTAS DE OCUPAÇÃO, PROLIFERARAM AS ESTÂNCIAS E FAZENDAS, ONDE A REGRA ERA A GRANDE PROPRIEDADE COM ALGUNS POUCOS PEÕES, E O FAZENDEIRO OU ESTANCIEIRO DENOMINAVA-SE O “CORONEL” DO LUGAR. A AGRICULTURA ERA DE SUBSISTÊNCIA, VISANDO SUPRIR AS NECESSIDADES BÁSICAS DA ECONOMIA FAMILIAR, QUE POR CONTA DISSO MANTINHA INCÓLUME AS FLORESTAS, QUE SERVIAM DE BARREIRA NATURAL CONTRA INVASORES QUE BUSCAVAM A CONQUISTA DO TERRITÓRIO.

EM PARALELO A PECUÁRIA DESENVOLVIA-SE A EXTRAÇÃO DE ERVAMATE, EXISTENTE EM GRANDE ABUNDÂNCIA NO SEU ESTADO NATIVO, A QUAL, PREPARADA EM “MANJOLOS”, MOVIMENTAVA BONS NEGÓCIOS. A CRIAÇÃO DE MUARES, PARA FORMAR AS “TROPAS DE CARGUEIROS”, ERA INTENSAMENTE DESENVOLVIDA POR SER O ÚNICO MEIO DE TRANSPORTE NESTE PERÍODO. NA REGIÃO OESTE DE SANTA CATARINA E SUDOESTE DO PARANÁ, MANTEVE-SE ESTA ESTRUTURA ECONÔMICA E SOCIAL POR LONGA DATA, DESDE A FUNDAÇÃO DO MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA EM 1819 ATÉ A CHEGADA DO CAMINHÃO NAS DÉCADAS DE 1930 E 1940.

A PARTIR DE 1900, DE ACORDO COM FOLADOR (1992), TEM INÍCIO A CONQUISTA DAS TERRAS E MATOS NO OESTE CATARINENSE, PELOS COLONOS DE ORIGEM ALEMÃ E ITALIANA, VINDOS DO RIO GRANDE DO SUL. UMA NOVA FASE ECONÔMICA SE INICIA NA REGIÃO, ONDE A PRODUÇÃO AGRÍCOLA E A EXTRAÇÃO DE MADEIRA VÃO ASSUMINDO PROPORÇÕES CADA VEZ MAIS VULTUOSAS. AS FLORESTAS CEDIAM LUGAR ÀS LAVOURAS DE MILHO, FEIJÃO E ARROZ. A PRODUÇÃO DE GRÃOS FAVORECIA A CRIAÇÃO DE SUÍNOS, QUE FOI SE TORNANDO UMA DAS PRINCIPAIS ATIVIDADES ECONÔMICAS, JUNTAMENTE COM A EXTRAÇÃO DE MADEIRA E A PRODUÇÃO AGRÍCOLA DE MODO GERAL.

A IMIGRAÇÃO GAÚCHA PARA AS TERRAS AGRICULTÁVEIS DO PARANÁ E OESTE DE SANTA CATARINA CONSTITUIU-SE NO MOVIMENTO MIGRATÓRIO MAIS RELEVANTE DO BRASIL MODERNO. A AGRICULTURA BRAÇAL PRATICADA PELOS IMIGRANTES ANTES DA MECANIZAÇÃO E DO USO DOS FERTILIZANTES, FOI A RESPONSÁVEL PELO DESENVOLVIMENTO DA PEQUENA PROPRIEDADE, CARACTERÍSTICA PREDOMINANTE ATÉ OS DIAS ATUAIS NOS MUNICÍPIOS DESTA REGIÃO, COMO É O CASO DE GALVÃO.

Galvão, como vimos é um município de fronteira, bem pequeno em termos populacionais (4235 hab.), que está na mesorregião do Oeste Catarinense, mais precisamente na microrregião de Xanxerê, Estado de Santa Catarina. Com pequena área territorial, apresenta razoável densidade demográfica, mas baixa taxa de urbanização e taxa de crescimento negativo de -3,67%. O percentual de população até 19 anos é significativo (41,8%), o que impõe grandes desafios para a atual administração municipal. De acordo com

dados da Fundação Abrinq (2002),⁸ Galvão apresenta um alto índice em relação aos serviços de saúde, com menor pontuação nas áreas de habitação, educação e renda. Indicadores do PPAC (Programa Prefeito Amigo da Escola) apontam ainda, que a taxa de escolarização líquida do município é de 96,2% e, mesmo se aproximando da média do nível nacional, ela se encontra abaixo do desejável que seria de 99,5%. Isso significa que há crianças e adolescentes fora da escola. Nesse sentido, é importante investigar melhor os dados próprios para a área da educação.

Quanto ao aspecto econômico, podemos contextualizar Galvão como sendo essencialmente agrícola. Dados fornecidos pela Secretaria do Estado da Fazenda (2004), informam que a agricultura representa 78% do movimento econômico do município. Com 653 propriedades rurais, apenas duas consideradas latifúndio e as demais pequenas propriedades, abrange uma área de 14379,9 hectares de terra onde são cultivados produtos como milho e soja em maior escala, seguidos por trigo, fumo e feijão. Há criação de gado leiteiro e de corte, suínos e aves. O trabalho nas propriedades é executado basicamente com mão de obra familiar.

A indústria e o comércio, por sua vez, são responsáveis por 22% do movimento econômico do município, distribuídos em 78 unidades comerciais de pequeno e médio porte. Na indústria, com apenas 9 unidades, trabalham pessoas do ramo moveleiro(2), de metalurgia (1), laticínio (1), têxtil (2), moinho (1) e madeireira (1), sendo o comércio um pouco mais diversificado (Secretaria do Estado da Fazenda, 2004).

É nesta realidade que estão inseridos os jovens educandos que são objeto de nossa investigação. No próximo capítulo estaremos adentrando na discussão que açambarca a temática democracia, cultura política e cidadania, com vistas a seqüência do embasamento teórico que dará suporte para uma posterior análise dos dados colhidos através de pesquisa empírica.

⁸ Este é um parecer técnico do ano de 2002, indicado pela Fundação Abrinq através do PPAC (Programa Prefeito Amigo da Criança), por intermédio do qual é feito um mapa sobre os dados gerais do município, principalmente no que se refere a criança e ao adolescente.

3 – DEMOCRACIA, CULTURA POLÍTICA E CIDADANIA

3.1 – A QUESTÃO TEÓRICA

OS ESTUDOS CONTEMPORÂNEOS SOBRE A DEMOCRATIZAÇÃO DA AMÉRICA LATINA, DE UMA MANEIRA GERAL APRESENTAM SITUAÇÕES DE CONFRONTOS ENTRE OS REGIMES DITATORIAL E DEMOCRÁTICO, REVELANDO A AMBIGÜIDADE E COMPLEXIDADE DOS PROCESSOS DE TRANSIÇÃO POLÍTICA. PROCESSOS ESTES QUE CAUSAM TRANSFORMAÇÕES NA ESTRUTURA ECONÔMICA E SOCIAL, NOS REGIMES POLÍTICOS, NAS RELAÇÕES ENTRE ESTADO E SOCIEDADE CIVIL BEM COMO NO SISTEMA EDUCACIONAL.

NO BRASIL, ESTUDOS CLÁSSICOS RELATAM SOBRE NOSSO PASSADO COLONIAL, MARCADO PELO CARÁTER AUTORITÁRIO DAS RELAÇÕES POLÍTICAS E SOCIAIS. ESTE MODELO HISTÓRICO-SOCIAL QUE NOS FOI LEGADO, AINDA SE FAZ SENTIR NOS IMPEDIMENTOS E RESISTÊNCIAS AOS INÚMEROS ESFORÇOS PARA SE CONSTITUIR UMA NOVA SOCIEDADE CIVIL DEMOCRATIZADA. ESTA CULTURA BRASILEIRA, DE CUNHO AUTORITÁRIO, DESENVOLVEU-SE A PARTIR DE UMA IDEOLOGIA QUE SE CONSOLIDOU COM O PASSAR DO TEMPO “COMO A VIGA MESTRA DE UM SISTEMA POLÍTICO-CULTURAL DE LONGA DURAÇÃO” (MOTA, 2000, P.25).

UMA PROVA DISSO É A OBRIGATORIEDADE DO VOTO QUE,

DENOTA O AUTORITARISMO POR PARTE DE QUEM FAZ AS LEIS NO PAÍS E AO MESMO TEMPO MANTÉM A GARANTIA DOS VOTOS PARA AS ELITES RURAIS BRASILEIRAS, PRINCIPALMENTE NO NORDESTE, QUE EM TROCA DE FAVORES AVILTANTES- O PRÓPRIO ATO DE LEVAR OS ELEITORES DE CARRO AO LOCAL DE VOTAÇÃO, POR EXEMPLO- TÊM GARANTIDOS VOTOS PRECIOSOS (SILVA, 1994, P.120).

A LITERATURA BRASILEIRA É EXTREMAMENTE RICA NO DETALHAMENTO DE COMO UMA CULTURA POLÍTICA E CÍVICA FOI CONSTRUÍDA A PARTIR DE SÍMBOLOS DE GRANDEZA E RIQUEZA, BEM COMO DE HERÓIS NACIONAIS, QUE SEGUNDO CHAUI (2000), FORAM FORJADOS PARA QUE SE DESENVOLVESSE UMA IDENTIDADE NACIONAL, UM CONCEITO DE NAÇÃO, EM UMA SOCIEDADE PAUTADA POR UMA PROFUNDA

DESIGUALDADE SOCIAL. ESTE SUBTERFÚGIO UTILIZADO PELO ESTADO, FOI ANTES DE TUDO UMA MANEIRA DE OBTER A LEALDADE DOS CIDADÃOS, MOBILIZÁ-LOS E TORNÁ-LOS PACÍFICOS PARA COM ISSO “DAR Á DIVISÃO ECONÔMICA, SOCIAL E POLÍTICA A FORMA DA UNIDADE INDIVISA” (IDEM, P.17).

HISTORICAMENTE A FORMA MAIS INTENSA DE UNIDADE E DE ENVOLVIMENTO DOS BRASILEIROS COM O ESTADO, FOI A QUE SE DEU DURANTE A GUERRA CONTRA O PARAGUAI. ATÉ ENTÃO, SEGUNDO CARVALHO (2003), O PATRIOTISMO TINHA SIGNIFICADO RESTRITO PARA GRANDE PARTE DA POPULAÇÃO, QUE DESCONHECIAM O SENTIMENTO DE PERTENCIMENTO A UMA PÁTRIA COMUM E SOBERANA. NO BRASIL, ESTA GUERRA FOI UM FATOR IMPORTANTE PARA O DESENVOLVIMENTO DE UMA IDÉIA DE NAÇÃO, PARA A CRIAÇÃO DE UMA IDENTIDADE NACIONAL. ”PARA MUITOS BRASILEIROS, A IDÉIA DE PÁTRIA NÃO TINHA MATERIALIDADE, MESMO APÓS A INDEPENDÊNCIA (...). A GUERRA VEIO ALTERAR A SITUAÇÃO. DE REPENTE HAVIA UM ESTRANGEIRO INIMIGO QUE, POR OPOSIÇÃO, GERAVA O SENTIMENTO DE IDENTIDADE BRASILEIRA” (CARVALHO, 2003, P.38).

NESSE CASO É O ESTADO EXERCENDO SEU PODER ATRAVÉS DA GUERRA. PARA GUIBERNAU (1996), O IDEALISMO POLÍTICO, DE MANEIRA GERAL, EXIGE QUE HAJA GUERRAS. À ELA SÃO ATRIBUÍDAS FUNÇÕES BÁSICAS COMO A RESOLUÇÃO DOS CONFLITOS QUE “NATURALMENTE” SURGEM ENTRE ESTADOS INDEPENDENTES, ELA É UM REMÉDIO PARA A DESUNIÃO NACIONAL E CONSTITUI UM INSTRUMENTO PARA A CRIAÇÃO DE NOVOS ESTADOS. A GUERRA POR EXCELÊNCIA

ES UNA MEDICINA SEVERA PARA REMEDIAR LA DESUNIÓN NACIONAL Y LA DECADENCIA DEL PATRIOTISMO (...) UNA Y OTRA VEZ SE HA DEMOSTRADO QUE ÚNICAMENTE EN LA GUERRA UN PUEBLO SE CONVIERTE PROPIAMENTE EN UN PUEBLO. SÓLO EN LA REALIZACIÓN COMÚN DE ACTOS HEROICOS EN BENEFICIO DE LA PATRIA UNA NACIÓN CONSIGUE SU UNIDAD VERDADERA Y ESPIRITUAL” (TRITSCHKE APUD. GUIBERNAU, 1996, P.16).

SÃO ABUNDANTES AS TEORIAS SOBRE O CARÁTER POLÍTICO DO NACIONALISMO E DA CRIAÇÃO DE UMA IDENTIDADE NACIONAL, DE UMA

IDÉIA DE NAÇÃO. GUIBERNAU, DEFINE, A NAÇÃO “COMO UN GRUPO HUMANO CONSCIENTE DE FORMAR UNA COMUNIDAD, QUE COMPARTE UNA CULTURA COMÚN, ESTÁ LIGADO A UN TERRITORIO CLARAMENTE DELIMITADO, TIENE UN PASADO COMÚN Y UN PROYETO COLECTIVO PARA EL FUTURO Y REIVINDICA EL DERECHO A LA AUTODETERMINACIÓN” (GUIBERNAU, 1996, P.58). PARA ESTE AUTOR A NAÇÃO AÇAMBARCA BASICAMENTE CINCO DIMENSÕES, SENDO ELAS A PSICOLÓGICA, A CULTURAL, A TERRITORIAL, A HISTÓRICA E A POLÍTICA. JUNTAS ELAS FORMAM A IDÉIA DE GRUPO, A IDÉIA DE IDENTIDADE COLETIVA.

O AUTOR ENFATIZA, PORÉM, O CARÁTER ESPECÍFICO DE NAÇÃO DIFERENCIANDO-A TANTO DE ESTADO COMO DE ESTADO - NAÇÃO. COM ESTA POSTURA O MESMO DEFINE NACIONALISMO “COMO EL SENTIMIENTO DE PERTENENCIA A UNA COMUNIDAD CUYOS MIEMBROS SE IDENTIFICAN CON UN CONJUNTO DE SÍMBOLOS, CREENCIAS Y FORMAS DE VIDA CONCRETOS, Y MANIFESTAN LA VOLUNTAD DE DECIDIR SOBRE SU DESTINO POLÍTICO COMÚN” (GUIBERNAU, 1996, P.58).

Estado-nação, por sua vez, é definido pelo autor como um “fenómeno moderno, caracterizado por la formación de un tipo de estado que posee el monopolio de lo que define como el uso legítimo de la fuerza dentro de un territorio delimitado e, que busca conseguir la unidad de la población sujeta a su gobierno mediante la homogeneización” (Idem). Com esta finalidade o Estado – nação desenvolve uma cultura através de símbolos e valores comuns, a fim de restabelecer ou criar tanto tradições quanto mitos.

SÃO APONTADAS, A PARTIR DESSAS DEFINIÇÕES, AS PRINCIPAIS DIFERENÇAS ENTRE UMA NAÇÃO E UM ESTADO-NAÇÃO, QUANDO OS DOIS NÃO COINCIDEM E, SEGUNDO O AUTOR, ISSO QUASE NUNCA ACONTECE. AS SEGUINTE DIFERENÇAS SÃO ATRIBUÍDAS ÀS DISTINTAS DEFINIÇÕES:

MIENTRAS QUE LOS MIEMBROS DE UNA NACIÓN SON CONSCIENTES DE FORMAR UNA COMUNIDAD, EL ESTADO-NACIÓN SE ESFUERZA POR CREAR UNA NACIÓN Y DESARROLLAR UN SENTIDO DE COMUNIDAD A PARTIR DE ELLA; MIENTRAS QUE LA NACIÓN DISFRUTA DE UNA CULTURA, UNOS VALORES Y UNOS SÍMBOLOS COMUNES, EL ESTADO-NACIÓN SE MARCA COMO OBJETIVO LA CREACIÓN DE LOS MISMOS. LOS MIEMBROS DE UNA NACIÓN PUEDEN FIJAR SU VISTA EN EL PASADO Y RECONOCER UNA HISTORIA COMPARTIDA; SI LOS INTEGRANTES DE UN ESTADO-NACIÓN REALIZAN UN EJERCICIO SIMILAR PUEDEN ENCONTRAR UN CUADRO VACÍO – PORQUE DICHO ESTADO-NACIÓN SIMPLEMENTE NO EXISTÍA EN EL PASADO-, O UNA IMAGEN FRAGMENTADA Y DIVERSA COMO PRODUCTO DE LOS

DISTINTOS GRUPOS ÉTNICOS, NACIONES, O PARTES DE LAS MISMAS QUE SE DESARROLLARON EN SU ACTUAL TERRITORIO (IBID., P.58-59).

GUIBERNAU AFIRMA QUE OS INDIVÍDUOS QUE FORMAM UMA NAÇÃO, DESENVOLVEM UM SENTIDO DE PÁTRIA E SE SENTEM SIMULTANEAMENTE LIGADOS A UM TERRITÓRIO. O ESTADO-NAÇÃO, POR SUA VEZ, PODE RESULTAR DE UM TRATADO OU MESMO DE VONTADES POLÍTICAS QUE EM DETERMINADO MOMENTO OPTAM POR TRAÇAR SUAS FRONTEIRAS.

HOBBSAWN (1990), POR SUA VEZ, SUMARIZA SUA POSIÇÃO EM RELAÇÃO A ESTA TEMÁTICA, NÃO CONSIDERANDO NAÇÃO COMO UMA ENTIDADE SOCIAL ORIGINÁRIA OU ESTÁTICA. SEGUNDO ELE, “A ‘NAÇÃO’ PERTENCE EXCLUSIVAMENTE A UM PERÍODO PARTICULAR E HISTORICAMENTE RECENTE. ELA É UMA ENTIDADE SOCIAL APENAS QUANDO RELACIONADA A CERTA FORMA DE ESTADO TERRITORIAL MODERNO, O ‘ESTADO-NAÇÃO’; E NÃO FAZ SENTIDO DISCUTIR NAÇÃO E NACIONALIDADE FORA DESTA RELAÇÃO” (P.19).

O autor afirma ainda que, “as nações, postas como modos naturais ou divinos de classificar os homens, como destino político... inerente, são um mito; o nacionalismo, que às vezes toma culturas preexistentes e as transforma em nações, algumas vezes as inventa” (Idem). Com isso, enfatiza ser uma realidade a questão do artefato e da engenharia social como elementos usados propositadamente na formação das nações. Este processo era desenvolvido visando à transformação social, na grande maioria dos casos via escolarização em massa. Os Estados e regimes reforçavam a idéia de patriotismo com um apelo a sentimentos ligados a símbolos e heróis da comunidade imaginária.

Carvalho (1999) destaca que “a manipulação do imaginário social é particularmente importante em momentos de mudança política e social, na redefinição de identidades coletivas” (p.11). A vasta reprodução simbólica da revolução francesa foi para os republicanos brasileiros, um modelo inspirador. O uso da simbologia, de acordo com o autor, tornava-se primordial para a legitimação do novo regime republicano.

EM PERÍODOS HISTÓRICOS QUE ABRANGE OS SÉCULOS XIX E XX, ESSA MANIPULAÇÃO DO IMAGINÁRIO, COM FORTE APELO À SIMBOLOGIA, A PALAVRA ESCRITA E FALADA, IMAGENS E RITUAIS, SEGUNDO CARVALHO (1990), CONSISTIA, NUMA TENTATIVA DE POPULARIZAR A REPÚBLICA E

TORNÁ-LA AMADA. ISTO SE DEU SOB FORTE INFLUÊNCIA DA TERCEIRA REPÚBLICA FRANCESA⁹ POIS AS IDÉIAS CIRCULARAM DA EUROPA (MAIS ESPECIFICAMENTE DA FRANÇA) PARA O BRASIL, ONDE FORAM REPRODUZIDAS DE ACORDO COM NOSSA CONJUNTURA HISTÓRICA PARTICULAR, COM SENTIDO DE CRIAR UM NOVO IMAGINÁRIO, COMO FATOR DE COESÃO E COERÇÃO SOCIAL E, DAR LEGITIMIDADE AO REGIME REPUBLICANO.

PARA CARVALHO, O IMAGINÁRIO SOCIAL SE CONSTITUI E SE EXPRESSA TAMBÉM ATRAVÉS DE IDEOLOGIAS E UTOPIAS E, POR MEIO DELE É POSSÍVEL ATINGIR A CABEÇA E O CORAÇÃO DE UM POVO. ATRAVÉS DELE (IMAGINÁRIO), É QUE “AS SOCIEDADES DEFINEM SUAS IDENTIDADES E OBJETIVOS, DEFINEM SEUS INIMIGOS, ORGANIZAM SEU PASSADO, PRESENTE E FUTURO” (CARVALHO, 1990, P.10). NA MEDIDA EM QUE O ESTADO TENHA ÊXITO EM ATINGIR O IMAGINÁRIO DA POPULAÇÃO, ESTÁ DE POSSE DE UM ELEMENTO PODEROSO DE PROJEÇÃO DE INTERESSES E MEDOS COLETIVOS. PODE SOBREMANEIRA, MODELAR CONDUTAS E DIFUNDIR UMA DETERMINADA CULTURA CÍVICA E POLÍTICA COMO UMA ARMA A FAVOR DA AGREGAÇÃO DE VALORES, QUE DARÁ SUSTENTAÇÃO E CREDIBILIDADE AO REGIME POLÍTICO VIGENTE.

A SOCIEDADE BRASILEIRA, NA ANÁLISE DE CHAUI (2000), MARCADA PELO COLONIALISMO ESCRAVISTA, FOI DESENVOLVIDA HIERARQUICAMENTE NO ÂMBITO SOCIAL, O QUE DETERMINOU UMA ESTRUTURA FORTEMENTE VERTICALIZADA EM TODOS OS SEUS ASPECTOS. AS RELAÇÕES NELA IMBRICADAS SÃO, EXPLICITAMENTE ENTRE UM SUPERIOR QUE MANDA E UM INFERIOR QUE OBEDECE.

AS DIFERENÇAS E ASSIMETRIAS SÃO SEMPRE TRANSFORMADAS EM DESIGUALDADES QUE REFORÇAM A RELAÇÃO MANDO-OBEDIÊNCIA. (...) AS RELAÇÕES ENTRE OS QUE SE JULGAM IGUAIS SÃO DE PARENTESCO, ISTO É, DE CUMPLICIDADE OU DE COMPADRIO; E ENTRE OS QUE SÃO VISTOS COMO DESIGUAIS O RELACIONAMENTO ASSUME A FORMA DE FAVOR, DA CLIENTELA, DA TUTELA OU DA COOPTAÇÃO (CHAUI, 2000, P.89).

⁹ “A Revolução Francesa, em suas várias fases, tornou-se um exemplo clássico de tentativa de manipular os sentimentos coletivos no esforço de criar um novo sistema político, uma nova sociedade, um homem novo. Mirabeau disse-o com clareza: ‘não basta mostrar a verdade, é necessário fazer com que o povo a ame, é necessário apoderar-se da imaginação do povo’” (CARVALHO, 1990, p.11)

PARA ESTA AUTORA, QUANDO A DESIGUALDADE É ASSIM FORTEMENTE ACENTUADA, AS RELAÇÕES SOCIAIS ASSUMEM NA SUA MAIS NÍTIDA EXPRESSÃO, UMA FORMA DE OPRESSÃO FÍSICA E PSÍQUICA, ONDE A DIVISÃO DAS CLASSES DÁ-SE DE MANEIRA NATURAL VIA PRÁTICAS OCULTAS DE EXPLORAÇÃO, DISCRIMINAÇÃO E DE DOMINAÇÃO. A SOCIEDADE BRASILEIRA É, POIS, HISTORICAMENTE ESTRUTURADA:

SOB O SIGNO DA NAÇÃO UNA E INDIVISA, SOBREPOSTA COMO UM MANTO PROTETOR QUE RECOBRE AS DIVISÕES REAIS QUE A CONSTITUEM.(...) PORQUE TEMOS O HÁBITO DE SUPOR QUE O AUTORITARISMO É UM FENÔMENO POLÍTICO QUE, PERIODICAMENTE, AFETA O ESTADO, TENDEMOS A NÃO PERCEBER QUE É A SOCIEDADE BRASILEIRA QUE É AUTORITÁRIA E QUE DELA PROVÊM AS DIVERSAS MANIFESTAÇÕES DO AUTORITARISMO POLÍTICO (IBID., P.90).

MARILENA CHAUI, SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA, VÍTOR NUNES LEAL, CAIO PRADO JÚNIOR, E TANTOS OUTROS, ATRAVÉS DE SEUS RELATOS, DEIXARAM BASTANTE CLARO COMO SE DESENVOLVEU E SE MANTEVE NO BRASIL UMA CULTURA POLÍTICA CARACTERISTICAMENTE AUTORITÁRIA. DESENHAM ASSIM, UM CENÁRIO EXCLUDENTE, MARCADO PELA AUSÊNCIA DE UM VERDADEIRO ESPAÇO PÚBLICO DE INTERLOCUÇÃO POLÍTICA, ESTRUTURADO A PARTIR DAS RELAÇÕES PRIVADAS, MARCADAS PELO MANDO E OBEDIÊNCIA. UM CENÁRIO ONDE PREDOMINA A INDISTINÇÃO ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO, O QUAL TEM SUA ORIGEM HISTÓRICA PRÉ-DETERMINADA E QUE, DO PONTO DE VISTA ECONÔMICO ENFATIZA O ALARGAMENTO DO ESPAÇO PRIVADO ENQUANTO QUE DO PONTO DE VISTA DOS DIREITOS, REFORÇA O ENCOLHIMENTO DO ESPAÇO PÚBLICO (CHAUI, 2000).

NESTE CONTEXTO, TORNA-SE PERTINENTE MOSTRAR COMO A LITERATURA SOBRE CULTURA POLÍTICA, PODE AUXILIAR NA COMPREENSÃO SOBRE A SOCIEDADE BRASILEIRA, QUE UMA DAS VERTENTES TEÓRICAS DA HISTÓRIA ANALISA, ASSENTA-SE SOBRE VIGOROSOS ANTECEDENTES DE AUTORITARISMO SÓCIO - POLÍTICO E CULTURAL.

3.2 – CULTURA POLÍTICA E DEMOCRATIZAÇÃO

UMA DAS TENDÊNCIAS MARCANTES DENTRO DA TEORIA DA CULTURA POLÍTICA QUE VEM SE DESENVOLVENDO COM GRANDE ÊNFASE NAS ÚLTIMAS DÉCADAS É AQUELA QUE BUSCA INVESTIGAR A INFLUÊNCIA DAS ORIENTAÇÕES POLÍTICAS SUBJETIVAS PARA O FORTALECIMENTO DAS CHAMADAS NOVAS DEMOCRACIAS OU REGIMES DEMOCRÁTICOS EM PROCESSO DE CONSOLIDAÇÃO.

O conceito de cultura política é amplamente discutido e utilizado pelas ciências sociais contemporâneas. Esta temática está correlacionada à discussão sobre padrão associativo da população de um dado país e a idéia de construção democrática. A primeira tentativa de formulação sistemática de um programa de pesquisas tendo a cultura política como objeto central data da década de 1960, apesar da lista de antecedentes deste tipo de preocupação ser bastante longa, se estendendo de Platão a Tocqueville, passando por Montesquieu (BAQUERO,1997; RIBEIRO,2002).

Contemporaneamente, a referência básica para esta dimensão subjetiva dos fenômenos políticos é *The Civic Culture*, um clássico trabalho de Gabriel Almond e Sidney Verba. O conceito de cultura política desenvolvido por estes autores, envolve as atitudes dos indivíduos em relação ao sistema político, bem como as suas orientações acerca do papel que devem desempenhar na sociedade. Na forma como foi introduzido e posteriormente utilizado na ciência política, este conceito tem como principal argumento à tese de que os valores, conhecimentos e crenças políticas dos indivíduos são fundamentais para a configuração de qualquer sistema político (RIBEIRO, 2002; BAQUERO, 2004; AVRITZER,1995).

ALMOND E VERBA (CITADO POR AVRITZER,1995), EM SUA CONCEITUAÇÃO, AGREGAM UM CONJUNTO DE ORIENTAÇÕES SUBJETIVAS, QUE PODERIAM EXPLICAR AS MOTIVAÇÕES SUBJACENTES ÀS AÇÕES PRATICADAS PELOS ATORES TENDO COMO REFERÊNCIA OS OBJETOS POLÍTICOS. DO PONTO DE VISTA DE BAQUERO (2004),

HÁ UM CONSENSO QUE CONVERGE PARA A IDÉIA DE QUE A CONSTRUÇÃO DEMOCRÁTICA DE UMA NAÇÃO VAI ALÉM DE MEROS PROCEDIMENTOS E ENVOLVE FATORES DE NATUREZA SUBJETIVA (...) A IDÉIA DE QUE PARA

OBTER SOLIDEZ DEMOCRÁTICA NUMA NAÇÃO É IMPERATIVO O DESENVOLVIMENTO DE NORMAS E VALORES DE CONFIANÇA RECÍPROCA (...) NO QUE DIZ RESPEITO ÀS INSTITUIÇÕES DA DEMOCRACIA REPRESENTATIVA” (Baquero, 2004, P.126).

A VALIDADE EXPLICATIVA QUE ENVOLVE O TERMO CULTURA POLÍTICA SE ENCONTRA NO FATO DE QUE AS ORIENTAÇÕES SUBJETIVAS TÊM UM ALTO PODER DE INFLUÊNCIA SOBRE A CONFIGURAÇÃO E O FUNCIONAMENTO DESTES OBJETOS POLÍTICOS PARA OS QUAIS SE DIRIGEM, QUE PODEM SER O SISTEMA POLÍTICO EM SUA TOTALIDADE, AS ESTRUTURAS DE INCORPORAÇÃO DE DEMANDAS INDIVIDUAIS E COLETIVAS, AS ESTRUTURAS ADMINISTRATIVAS QUE SÃO RESPONSÁVEIS POR RESPONDER A ESTAS DEMANDAS E O PRÓPRIO INDIVÍDUO E SEU PAPEL POLÍTICO DENTRO DO SISTEMA (Kuschnir; Carneiro, 1999, P.231).

ESTE CONCEITO, DE ACORDO COM AVRITZER, CUMPRE O PAPEL DE TRAÇAR UM PARALELO ENTRE AS CHAMADAS CULTURAS POLÍTICAS DEMOCRÁTICAS E AS FRAGMENTADAS, SENDO ESTA ÚLTIMA CONSIDERADA POSTERIORMENTE A BASE DAS ATITUDES ANTIDEMOCRÁTICAS, MAIS ESPECIFICAMENTE NOS PAÍSES DITO NÃO OCIDENTAIS. O CONCEITO DE CULTURA POLÍTICA, TAL COMO ARGUMENTA AVRITZER, É VÁLIDO TAMBÉM, PARA EXPLICITAR AQUILO QUE FICOU CONHECIDO COMO “CULTURA CÍVICA”, A QUAL FOI DEFINIDA POR ALMOND E VERBA COMO UMA CULTURA PLURALISTA, QUE TEM COMO BASE A COMUNICAÇÃO E A PERSUAÇÃO, UMA CULTURA QUE É AO MESMO TEMPO DE CONSENSO E DE DIVERSIDADE QUE PERMITE A MUDANÇA, PORÉM COM MODERAÇÃO. “AO DEFINIR A CULTURA CÍVICA OS AUTORES PROCURARAM LEVANTAR OS PRESSUPOSTOS CULTURAIS QUE ESTARIAM NA BASE DO COMPORTAMENTO DOS INDIVÍDUOS NAS DEMOCRACIAS CONTEMPORÂNEAS” (AVRITZER, 2004, P.1).

DENTRO DESTA PERSPECTIVA, É SIGNIFICATIVO FAZERMOS NO BRASIL, PESQUISAS SOBRE O CARÁTER DA CULTURA POLÍTICA, RELACIONANDO-A SEMPRE COM A POSSIBILIDADE DE FORTALECIMENTO DO REGIME DEMOCRÁTICO IMPLANTADO NO PAÍS HÁ ALGUMAS DÉCADAS. SEGUNDO CAPELATO (1998), HÁ DE SE LEVAR EM CONTA, PORÉM, QUE A

CULTURA POLÍTICA BRASILEIRA ESTÁ INTIMAMENTE RELACIONADA ÀS REPRESENTAÇÕES POLÍTICAS “CONSTITUÍDAS POR IMAGENS, SÍMBOLOS, MITOS E UTOPIAS” (P.26). UMA CULTURA POLÍTICA IMPREGNADA PELA CONSTRUÇÃO DE UM IMAGINÁRIO QUE SEMPRE OBJETIVOU A REAFIRMAÇÃO DO CONTROLE SOCIAL, COM VISTAS A DOTAR O ESTADO DE UMA LEGITIMIDADE CAPAZ DE SACRALIZAR OS DISPOSITIVOS DE DOMINAÇÃO E COERÇÃO.

CHAUÍ (1993) DEFINE O PERFIL POLÍTICO DA SOCIEDADE BRASILEIRA ELENANDO ALGUNS ELEMENTOS QUE CARACTERIZAM NOSSA ORGANIZAÇÃO SOCIAL COMO NEGADORA DOS VALORES DEMOCRÁTICOS. DENTRE ESTES ELEMENTOS A AUTORA DESTACA A INDISTINÇÃO ENTRE O ESPAÇO PÚBLICO E O PRIVADO. A NEGAÇÃO DE DIREITOS DE CIDADANIA, EXPLICITADO POR UMA SITUAÇÃO CAÓTICA DE EXTREMA DESIGUALDADE SÓCIO-ECONÔMICA, QUE OBRIGA A GRANDE MAIORIA DA POPULAÇÃO, PRIVAR-SE DA UTILIZAÇÃO DE BENS DE CONSUMO INDIVIDUAIS E COLETIVOS ESSENCIAIS A VIDA. APONTA, AINDA, PARA A FALTA DE REAL IGUALDADE JURÍDICA, ACOBERTADA POR UM FORMALISMO LEGAL SEGUNDO O QUAL TODOS SÃO IGUAIS PERANTE A LEI, IGNORANDO A GRITANTE DESIGUALDADE E DIVERSIDADE QUE MARCA O CENÁRIO NACIONAL.

ESTA GAMA DE PROBLEMAS ESTRUTURAIS TRAZ EM SI UM CONJUNTO DE VALORES QUE CONFIGURAM UMA DETERMINADA CULTURA POLÍTICA PERCEPTÍVEL EM PRÁTICAS COTIDIANAS. A TÃO CONHECIDA FRASE PRESENTE NO DISCURSO E NA PRÁTICA DA CULTURA POLÍTICA BRASILEIRA, ANALISADA POR DAMATTA (1979), “VOCÊ SABE COM QUEM ESTÁ FALANDO?”, É UM DENTRE OS INFINDÁVEIS EXEMPLOS DE EXPLICITAÇÃO DE VALORES ENRAIZADOS EM NOSSA ORGANIZAÇÃO SOCIAL, QUE É HIERARQUIZADA E DESIGUAL, DANDO MARGEM À NEGAÇÃO DA CIDADANIA, ONDE OS DIREITOS SÃO PRIVILÉGIOS DAS CLASSES MAIS ABASTADAS.

PARA REIS (2002), “O FOSSO SOCIAL QUE HERDAMOS DA LONGA EXPERIÊNCIA ESCRAVISTA NÃO É, POR SI MESMO, PROPENSO A PRODUZIR UMA DISPOSIÇÃO REIVINDICANTE OU INCONFORMISTA, É ANTES

FAVORÁVEL À PRESERVAÇÃO DA PSICOLOGIA CONFORMISTA EM QUE O POVÃO HUMILDE CONHECE SEU LUGAR” (P.27). COMO RESULTADOS NA ATUALIDADE TÊM UMA SUPERAÇÃO APENAS PARCIAL DOS MECANISMOS DE UMA SOCIEDADE ESCRAVISTA E ARISTOCRÁTICA QUE SE MANTEVE POR LONGA DATA NO BRASIL. A ESTRUTURA SOCIAL DESIGUAL PRODUZ UMA EXPECTATIVA EM QUE ÀS PESSOAS EM POSIÇÃO DE DESVANTAGEM, NÃO ASPIREM POR MELHORIAS OU MESMO POR UM ESPAÇO MAIS AMPLO DE PARTICIPAÇÃO, CONTRIBUINDO COM ISSO PARA A MANUTENÇÃO DE UMA CULTURA POLÍTICA QUE VAI DE ENCONTRO AOS IDEAIS DE UMA SOCIEDADE DEMOCRÁTICA.

A relativa resistência deste padrão de cultura política pouco favorável à consolidação do regime democrático, é confirmada por pesquisas recentes. José Murilo de Carvalho, através de aplicação de *surveys*, nos mostra alguns dados que denunciam o olhar pessimista da população brasileira sobre as instituições sociais existentes, bem como sobre a relevância de seu papel enquanto atores políticos. A passividade do brasileiro, característica apontada com maior ênfase pelos entrevistados nesta pesquisa, de acordo com Carvalho, torna clara a definição dos indivíduos como “não-cidadãos”, ou seja, de uma população que sofre e se resigna às decisões de uma minoria que decide sobre assuntos e questões públicas. ”O povo se vê como vítima, como paciente e não como agente da história” (CARVALHO, 1998, p.14).

Isso tem a ver, sobretudo, com a falta de sentimento cívico ou pode ainda, ser entendido como uma baixa eficácia política subjetiva em paralelo a um sentimento generalizado de desconfiança entre a população entrevistada. Esta situação, pode colocar em risco a consolidação do regime político democrático, uma vez que autores que trabalham o conceito de cultura política consideram central para o funcionamento desse sistema de governo, a confiança nos concidadãos.

Há segundo Carvalho, uma estreita vinculação entre confiança mútua e democracia. Dentro da visão anglo-saxônica de cidadania, é fundamental que haja cooperação, capacidade de organização e de ação coletiva. Torna-se evidente, portanto, que sem confiança no próximo não há a menor possibilidade de ação organizada. A pesquisa realizada por Carvalho (1998) aponta para um índice baixíssimo de confiabilidade dos jovens entre 16 e 24 anos. Dentre os entrevistados, 74% não confiam em seus concidadãos, contra uma ínfima minoria de 25% que confiam. O autor chama a atenção para esse resultado, afirmando que o mesmo não traz boas notícias para o futuro da democracia.

Baquero, afirma que tal situação tem gerado infindáveis preocupações nos meios acadêmicos e políticos, se estendendo igualmente no tocante ao nível declinante do engajamento dos jovens em relação às questões políticas. "A constatação dos baixos níveis de participação desse segmento populacional na política formal é alarmante e tem sido corroborada por numerosas pesquisas empíricas" (BAQUERO, 2004, p.121).

Tais pesquisas levam a estabelecer uma idéia de que os jovens das últimas décadas (o autor se refere às últimas três décadas) fazem parte de um contingente populacional "antipolítico". A ênfase das teorias clássicas e modernas tem recaído sobre a importância da confiança dos cidadãos nas instituições, no sistema político e nos governantes para que um sistema democrático efetivo alcance estabilidade e legitimidade. Na análise de Baquero (2004), são grandes as possibilidades de a democracia apresentar *déficits* quando da ausência desses fatores. Sendo assim, a participação e o interesse (ou não) dos jovens no campo da política, é um indicativo da efetividade ou não do regime político democrático em longo prazo (Ibid, p.123).

No Brasil, são abundantes as evidências empíricas sobre o distanciamento e o ceticismo das pessoas em relação à política. Os sentimentos, valores e crenças dos brasileiros nesta dimensão, de acordo com os autores arrolados acima, apontam para a permanência de uma cultura política de cunho autoritário com vínculos fortíssimos a uma história recente, que deixa um legado negativo da política. Entretanto, esta postura é alvo de dissenso entre teóricos que tratam desta questão. Para confirmar essa afirmativa, buscamos em alguns autores posições e argumentos que refutam essa visão pessimista sobre a apatia dos cidadãos brasileiros em relação a política, ao mesmo tempo em que os mesmos apontam para mudanças substantivas que são um marco da transformação social que se configurou em nossa sociedade a partir do término do regime militar.

3.3 – COMPORTAMENTO POLÍTICO E CULTURAL: FORTES INDÍCIOS DE MUDANÇAS

Lamounier (1991), dentre outros, destaca uma possibilidade de mudança do padrão de comportamento arrolado acima, afirmando que nos últimos anos algo de inovador tem sido presenciado no que se refere à configuração da cultura política brasileira. Através de

observações este pesquisador chegou a conclusões que divergem do estereótipo “autoritário” e “antipolítico” desenvolvido por diversos autores.

SEGUNDO LAMOUNIER (1991), COMO PADRÃO MÉDIO, OS BRASILEIROS SE POSICIONAM DE UMA FORMA ABERTAMENTE DEMOCRÁTICA EM RELAÇÃO AOS TEMAS POLÍTICOS CENTRAIS, PAUTADOS POR IDÉIAS COMO LIBERDADE, PLURALISMO E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA. ESTE AUTOR APONTA PARA O DESEJO DE TRANSFORMAÇÃO POR PARTE DA SOCIEDADE CIVIL, QUE TEM COMO PRINCIPAL IMPULSO UMA ACENTUADA REJEIÇÃO A UM PASSADO RECENTE, QUE FOI MARCADO PELO ARBÍTRIO E AUSÊNCIA DE DIREITOS.

Moisés (1995) chama a atenção para esta mudança nos padrões de comportamento político dos brasileiros. De acordo com o mesmo, o processo de transição democrática no Brasil, culminou em uma forte oposição ao regime autoritário. Simultaneamente serviu para destacar as virtudes da democracia entre ampla camada da população. Esta mudança, segundo o autor, deveu-se principalmente a experiência do terror do Estado despótico, a crise econômica, que além de afetar as camadas populares atingiu as classes médias e as elites econômicas, assim como a emergência de movimentos democráticos de massa.

AS INOVAÇÕES QUE COMEÇAM A DESPONTAR NO CENÁRIO POLÍTICO BRASILEIRO NAS DÉCADAS DE 70E80 SÃO MARCADAS POR MOVIMENTOS SOCIAIS QUE SE OPÕEM AOS MOVIMENTOS ANTERIORES AO GOLPE MILITAR DE 1964, CARACTERIZADOS PELA TUTELA E PELO CLIENTELISMO. OS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS, COMO O NOVO SINDICALISMO URBANO, O MOVIMENTO ECOLÓGICO, OS MOVIMENTOS FEMINISTAS, SETORES DE MOVIMENTOS DE JOVENS, AS CEBS- COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE ORGANIZADAS POR ADEPTOS DA IGREJA CATÓLICA -, AS ONGS (ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS), DENTRE OUTROS, SE APRESENTAM COM DISCURSOS E PRÁTICAS QUE DESAFIAM AS ESTRUTURAS TRADICIONAIS TRAZENDO PROPOSTAS DE NOVOS VALORES E PRÁTICAS POLÍTICAS (SANTOS, 1995; SADER, 1988; SILVA, 1994).

A PARTIR DESSA NOVA REALIDADE, NASCEM E GANHAM FORÇA OS MOVIMENTOS QUE BUSCAM POR UMA MAIOR PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NAS QUESTÕES QUE DIZEM RESPEITO À VIDA COLETIVA. OS MOVIMENTOS SOCIAIS, ENQUANTO PRÁTICAS POLÍTICAS COM VISTAS AO DESENVOLVIMENTO DE UM PROJETO DE MUDANÇAS SÓCIOPOLÍTICAS E CULTURAIS REPRESENTAM UMA MULTIPLICIDADE DE REDES DE RELAÇÕES

SOCIAIS ENTRE MEMBROS DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA. ISSO IMPLICA NA AMPLIAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DA MESMA, NA MEDIDA EM QUE SE INSTITUCIONALIZAM AS ESFERAS PÚBLICAS COM EFETIVO PODER DE DECISÃO (SCHERER-WARREN, 1999). NESTE QUADRO SE FORTALECEM AS LUTAS EM DEFESA DE UMA REFORMA POLÍTICA QUE VÁ AO ENCONTRO DE UM REGIME DE RESPEITO ÀS MINORIAS, QUE COMBINE O SISTEMA DEMOCRÁTICO REPRESENTATIVO COM O PARTICIPATIVO, ONDE OS DIREITOS A CIDADANIA SÃO AMPLAMENTE DEFENDIDOS (SANTOS, 1999).

SANTOS E AVRITZER MOSTRAM QUE NO BRASIL PÓS-AUTORITÁRIO EMERGIRAM DIVERSAS FORMAS DE PARTICIPAÇÃO, MAS IMPRETERIVELMENTE FOI O ORÇAMENTO PARTICIPATIVO (O.P.) QUE ADQUIRIU PROEMINÊNCIA AUMENTANDO A PARTICIPAÇÃO DE DIVERSOS ATORES, ATRAVÉS DESSE ARRANJO PARTICIPATIVO. OS ATORES DEIXAM CLARO COMO, “NO CASO BRASILEIRO, A MOTIVAÇÃO PELA PARTICIPAÇÃO É PARTE DE UMA HERANÇA COMUM DO PROCESSO DE DEMOCRATIZAÇÃO QUE LEVOU ATORES SOCIAIS DEMOCRÁTICOS, ESPECIALMENTE AQUELES ORIUNDOS DO MOVIMENTO COMUNITÁRIO, A DISPUTAREM O SIGNIFICADO DO TERMO PARTICIPAÇÃO” (SANTOS; AVRITZER, 2003, P.65).

CABE AQUI DESTACAR QUE APESAR DA ENORME HETEROGENEIDADE QUE MARCA ESTES MOVIMENTOS E ESSAS NOVAS FORMAS DE PARTICIPAÇÃO, PODEMOS ENUMERAR, ENTRE MUITAS, ALGUMAS CARACTERÍSTICAS QUE INDICAM UMA APROXIMAÇÃO ENTRE OS MESMOS. TEMOS UMA BUSCA PELA AUTONOMIA, A AUTO-ORGANIZAÇÃO E PRINCIPALMENTE SUA VALORIZAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DE BASE. DIANTE DAS FORMAS POLÍTICAS TRADICIONAIS, MARCADAS POR UMA VISÃO TOTALMENTE ELETISTA E HIERARQUIZADA, SEGUNDO A QUAL AS CLASSES POPULARES DEVERIAM SER TUTELADAS POR NÃO POSSUÍREM CAPACIDADE PARA SE AUTOGOVERNAR, ESTAS INOVAÇÕES REPRESENTAM UMA IMPLOÇÃO DOS PADRÕES VIGENTES (SILVA, 1994).

A predominância, porém, de uma ou outra destas perspectivas discutidas acima, ainda que de forma excessivamente resumidas, dificilmente podem ser questionadas sem a realização de estudos mais amplos sobre esta questão tão complexa. Acreditamos que as divergências em torno destas conclusões servem como um alerta sobre a necessidade de novas pesquisas no que tange o processo de democratização no Brasil, sobremaneira sob uma

perspectiva que incorpore nas análises políticas, uma atenção especial sobre a inter-relação entre as crenças e orientações políticas dos indivíduos e algumas instituições de socialização, sem as quais não seria possível agregar símbolos e valores que dizem respeito ao conjunto da sociedade.

PARECE BASTANTE CLARO O QUÃO PERTINENTE É NESTE CONTEXTO DISCUTIR A TEORIA DEMOCRÁTICA, SENDO QUE A MESMA É O FIO CONDUTOR PARA COMPREENDERMOS UM POUCO MELHOR A RELAÇÃO ENTRE AS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO E O GRANDE FENÔMENO POLÍTICO DOS ANOS 80 NO BRASIL: O PROCESSO DE TRANSIÇÃO PARA A DEMOCRACIA.

3.4 – TEORIZAÇÕES ACERCA DA DEMOCRACIA

O SÉCULO XX FOI EFETIVAMENTE DE INTENSO DEBATE EM TORNO DA TEMÁTICA DEMOCRACIA. TORNA-SE EVIDENTE QUE A UTILIZAÇÃO DESTA PALAVRA (DEMOCRACIA) ABRANGE UM CONJUNTO BASTANTE DÍSPAR TANTO DE SITUAÇÕES QUANTO DE INSTITUIÇÕES POLÍTICAS, SEM QUE OS INTERLOCUTORES CHEGUEM A UM CONSENSO SOBRE SEUS SIGNIFICADOS.

Prova disso, é que debatedores de orientações intelectuais distintas no interior da academia, tornam explícita a falta de sincronismo quando se trata da denominação sobre se os países pretensamente democráticos cumprem as exigências básicas necessárias para serem considerados como tais, sobretudo na sua vertente liberal (realista), que objetiva formular um conceito operacional e preciso desta forma de governo.

As teorias filiadas à tradição liberal restringem a democracia ao seu aspecto representativo, enquadrando-a dentro do escopo do processo de conquista do poder estatal, sobretudo em seu aspecto eleitoral. No centro da formulação teórica realista, está de forma bastante clara a intenção de autores como SCHUMPETER (1961), MOSCA (1992), DAHL (1989), SARTORI (1994), dentre outros, de abolir de vez qualquer idéia de participação mais intensa e direta das massas nas deliberações de assuntos públicos, como um critério definidor do governo democrático, uma vez que a participação popular é vista por estes, com extrema desconfiança.

Estes teóricos sustentam o caráter formal e fundam uma concepção hegemônica da democracia a qual tem como principais elementos a

contradição entre mobilização e institucionalização (...) a valorização positiva da apatia política (DOWNS, 1956) uma idéia muito salientada por Schumpeter, para quem o cidadão comum não tinha capacidade ou interesse político senão para escolher líderes aos quais caberia tomar as decisões (1942, p.269); a concentração do debate democrático na questão dos desenhos eleitorais das democracias (LIJPHART, 1984); o tratamento do pluralismo como forma de incorporação partidária e

disputa entre elites (DAHL, 1956;1971) e a solução minimalista para o problema da participação pela via da discussão das escalas e da complexidade(BOBBIO,1986; DAHL, 1991)” (SANTOS; AVRITZER, 2003, p.41-42).

Para esta vertente teórica, a grande problemática a partir da qual é necessário redefinir o conceito clássico de democracia, é a questão da participação política. A mesma é vista como necessariamente desigual e limitada em função das desigualdades existentes quando se trata do acesso à informação e a influência sobre o governo (DOWNS, 1999), bem como o controle sobre a definição dos assuntos públicos e as possibilidades organizacionais (OLSON, 1999), em virtude, entre outras coisas, da amplidão do espaço/tempo sociais, bem como da inaptidão das massas em opinar sobre questões mais complexas.

Teóricos como Mcpherson (1987) e Pateman (1992), posicionam-se como defensores da democracia com base na radicalização dos processos de participação e deliberação. Eles vêem a extensão da participação popular como algo positivo e exequível, não se restringindo ao ato de votar em representantes para ocuparem postos no aparato estatal, ao contrário, eles defendem a existência de espaços, institucionais ou não, em que os cidadãos exerçam ativamente influência e tomem parte das decisões que irão afetar suas vidas. Acreditam que uma participação mais ampla que abranja as mais diversas dimensões da vida política, teria inúmeras vantagens.

Em comum, eles crêem no poder educativo do engajamento da população referente às questões públicas. Tal envolvimento despertaria por assim dizer, o “espírito público” dos cidadãos, na medida em que a solução dos problemas que lhes afetam diretamente se daria de forma mais eficaz a partir de seu interesse e engajamento. Concomitante a essas vantagens, a participação impediria que as decisões públicas fossem monopolizadas por uma minoria politicamente ativa, pervertendo assim o princípio democrático. Por fim, a criação de canais de acesso à participação popular daria voz a muitos grupos que, de outra maneira, jamais participariam do processo político para além do ato de votar na escolha de seus representantes.

Macpherson considera que a democracia participativa não é um modelo tão sólido como os precedentes.

Ela começou com o lema dos movimentos estudantis da Nova Esquerda, ocorridos na década de 60. Difundiu-se pela classe trabalhadora naquela mesma década e na seguinte, sem dúvida em conseqüência da crescente insatisfação entre trabalhadores fabris e de escritório e dos sentimentos mais generalizados de alienação que então entraram em moda nos temas de sociólogos, técnicos em administração, comissões de inquérito governamentais e jornalistas populares (MACPHERSON, 1978, p.97).

Na década de 60, a idéia de uma maior participação dos cidadãos nas decisões governamentais foi largamente difundida, o que levou os governos¹⁰ a posicionarem-se, ao menos verbalmente a favor de uma participação popular mais ampla, fortalecendo a idéia de um sistema de governo mais participativo.

Macpherson aponta para a exigência de um sistema de maior participação política para que uma sociedade se torne mais “equânime e mais humana”(p.98). Chama a atenção, entretanto, para o problema da dimensão da participação numa sociedade moderna de alguns milhões de pessoas. Nesse sentido deixa claro que, no âmbito nacional é imprescindível que haja certo tipo de sistema representativo, sendo inviável uma democracia completamente direta.

A iniciativa popular poderia certamente formular claras questões sobre certos assuntos simples, por exemplo, pena de morte ou legislação sobre tóxicos, sobre aborto - questões que exigem respostas simples, sim ou não. Mas (...) a iniciativa popular não poderia formular adequadas questões sobre os grandes problemas inter-relacionados de política social ou econômica em geral. Isso teria de ficar a cargo de algum órgão governamental (MACPHERSON, 1978, p.101).

Sendo assim, nada pode ser feito sem políticos eleitos e, a democracia representativa se faz, portanto, necessária, uma vez que nem mesmo a tecnologia eletrônica pode possibilitar a democracia direta. Apesar dos avanços do computador e das telecomunicações acenarem, a princípio, com a possibilidade de uma maior participação dos indivíduos nas questões públicas, essa idéia encontra uma barreira intransponível, que é a formulação das questões, exigência de qualquer processo decisório.

Poder-se-ia argumentar que é tecnicamente plausível atingir toda a população com um computador instalado em cada casa, dotado de botões para múltiplas escolhas quando das consultas sobre as mais diversas questões de interesse da comunidade. Macpherson afirma, porém, que é inevitável que o organismo governamental decida sobre as questões a serem feitas em nossas complexas sociedades atuais, haja vista a impossibilidade de grupos de cidadãos formularem questões suficientemente específicas para dar diretriz ao governo. Desta forma, mesmo com a participação popular, caberia ao governo tomar muitas decisões sendo, portanto, inviável a democracia participativa em grande escala (MACPHERSON, 1978).

Para Torres (2001), as teorias da democracia se ocupam em identificar os níveis de participação e representação bem como as fontes de poder, em nações governadas por um sistema político democrático. Estas mesmas teorias, entretanto, “não foram capazes de

¹⁰ Macpherson (1978) cita como exemplo disso os programas de ação comunitária inaugurados pelo Governo Federal dos Estados Unidos em 1964, que falavam de “participação máxima plausível dos residentes de regiões e membros dos grupos atendidos” (p.97).

impedir a sistemática exclusão de grandes segmentos do universo de cidadãos” (p.17). Isto porque, contemporaneamente a democracia assumiu sua forma como:

um conjunto de regras, procedimentos e instituições que permitem o mais amplo envolvimento dos cidadãos, não nos assuntos políticos como tais, mas na relação dos representantes, que são os únicos que podem tomar decisões políticas. O conjunto inclui um governo eleito, eleições livres e limpas, sufrágio universal; liberdade de consciência, informação e expressão; o direito de todos os adultos de se oporem aos seus governos e de defenderem cargos; e o direito de formar associações independentes (HELD Apud TORRES, 2001, p.17).

Este autor chama a atenção para uma realidade na qual a democracia formal e a substantiva diferem drasticamente entre si. Ele aponta ainda, para a ineficiência das teorias para “distinguir as raízes da democracia representativa (baseada nos conceitos de igualdade e representação, equidade e igualdade) dos princípios fundamentais que articulam a sociedade capitalista” (Idem). Isto porque, pela sua própria definição, o capitalismo clama para si diferenciações em poder e política e, através de hierarquias e interesses competitivos alimenta a desigualdade na busca incessante do lucro.

Os conceitos de natureza política, como podem perceber, é alvo de dissenso nas teorias que deles tratam. Naturalmente os fatos denegam em certa medida os conceitos formulados no nível das categorias analíticas. O conceito de democracia acima discutido, por exemplo, vem sofrendo inúmeros constrangimentos diante de uma realidade amplamente marcada pelas crescentes desigualdades na distribuição de capitais simbólicos e materiais. Todavia esta temática está vinculada a participação política, que no caso brasileiro, pesquisas empíricas demonstram um elevado crescimento. Há de se levar em conta, porém, que esta participação não se dá nas mesmas proporções entre os diferentes estratos da população (AVRITZER, 1996). Isso demanda o debate do tema, fator primordial para as análises da qualidade da democracia.

Discussões desta natureza são, portanto, extremamente pertinentes, haja vista que o tema da democracia se tornou nas últimas décadas o centro das atenções de inúmeros cientistas políticos. Os mesmos afirmam ser necessários entender o papel que o ator social desenvolve para se ter uma maior compreensão sobre o processo da construção democrática em um dado país.

A literatura aponta para a necessidade de se realizar investigações, levando em conta não somente as dimensões econômicas e sociais, mas, sobretudo voltar a atenção à questão do comportamento e da cultura política dos agentes, reunindo subsídios para um melhor entendimento sobre a relação entre esta variável e a consolidação democrática, especialmente nos países em processo de democratização como é o caso do Brasil (BAQUERO, 1997). Isso porque, a cultura política é uma variável relevante na medida em que expressa uma relação considerável entre a opinião, os sentimentos e crenças da população e a importância desses

fatores para a implantação, consolidação e estabilidade de um regime político democrático (MOISÉS, 1995).

Tanto no Brasil como na América Latina e Leste da Europa, segundo Avritzer (1995), a discussão sobre democratização, incluindo a categoria cultura política, passou a ser o grande fenômeno político a partir dos anos 80. As chamadas teorias da transição para a democracia foram então consagradas, como uma das abordagens mais pertinentes e bem-sucedidas acerca da questão. Arroladas a esta discussão, temos análises do funcionamento da democracia brasileira a partir desta década (80), que apontam para algumas características presentes nas práticas cotidianas, tais como:

a persistência de um comportamento não-democrático das elites políticas, que continuam seguindo estratégias patrimonialistas ou corporativistas; a dissociação entre as práticas políticas democráticas no nível da institucionalidade política e a persistência de práticas não-democráticas no nível micro; e a não aceitação da cidadania civil e social que se traduziria na rejeição ou desconhecimento dos avanços constitucionais nesse campo, assim como na impossibilidade de um pacto social (AVRITZER, 1995, p.109).

ESTE AUTOR APONTA IGUALMENTE, PARA A NECESSIDADE DE PROBLEMATIZAR AS DIFERENTES FORMAS COM QUE OS ATORES POLÍTICOS INCORPORAM A INSTITUCIONALIDADE VIGENTE. CHAMA A ATENÇÃO PARA A EXISTÊNCIA DE UMA CULTURA POLÍTICA NÃO-DEMOCRÁTICA ENTRELAÇADA COM A INSTITUCIONALIDADE DEMOCRÁTICA NA MEDIDA EM QUE

A AÇÃO COTIDIANA DE ATORES POLÍTICOS RELEVANTES TAIS COMO GOVERNANTES, MEMBROS DO SISTEMA JUDICIÁRIO E DA PRÓPRIA POLÍCIA NÃO SE ORIENTAM PELA NORMATIVIDADE EXISTENTE(...) PODEMOS, PORTANTO, SUPOR A EXISTÊNCIA DE DUAS CULTURAS POLÍTICAS E APONTAR A DISPUTA ENTRE ELAS NO INTERIOR DO SISTEMA POLÍTICO, NA MEDIDA EM QUE CERTOS ATORES DEFENDEM A OPERAÇÃO DE INSTITUIÇÕES COMO O GOVERNO, O JUDICIÁRIO E A POLÍCIA À MARGEM DA INSTITUCIONALIDADE DEMOCRÁTICA (IBID, P.113).

AS OBSERVAÇÕES DESTE AUTOR SOBRE CULTURA POLÍTICA FUNDAMENTAM SUA CRÍTICA À TEORIA DAS TRANSIÇÕES. DE ACORDO COM SUA ANÁLISE, ESTA TEORIA, POR SER INDIVIDUALISTA NA SUA CONCEPÇÃO, NÃO ENTENDE A DEMOCRACIA COMO UM MECANISMO QUE COORDENA AÇÕES POLÍTICAS EM PERMANENTE CONFLITO. PARA AVRITZER, “O QUE A TEORIA DA TRANSIÇÃO NÃO PERCEBE É O SISTEMA DE NORMAS E REGRAS DA AÇÃO POLÍTICA QUE GUIA ATORES EM DIFERENTES SITUAÇÕES” (IDEM), E EM DIFERENTES PAÍSES, COM REALIDADES POLÍTICAS E SOCIAIS DISTINTAS. APONTA MAIS ESPECIFICAMENTE PARA A DIFERENCIAÇÃO

ENTRE PAÍSES RECENTEMENTE DEMOCRATIZADOS DAQUELES COM UMA VASTA E ININTERRUPTA TRADIÇÃO DEMOCRÁTICA.

FRENTE ÀS DIFICULDADES DE COMPREENSÃO ACERCA DO PROCESSO DE DEMOCRATIZAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DAS NOVAS DEMOCRACIAS E, O DESENVOLVIMENTO DE UMA CULTURA POLÍTICA HEGEMÔNICA, A ÊNFASE TEM SE DIRECIONADO PARA O CIDADÃO E, O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DE SUA PERSONALIDADE POLÍTICA VIA INSTITUIÇÕES SOCIALIZADORAS COMO A FAMÍLIA E A ESCOLA. NESSE CONTEXTO, TRATA-SE DE PERCEBER A INFLUÊNCIA FORMAL E INFORMAL DESSAS INSTITUIÇÕES NO PROCESSO DE INCORPORAÇÃO DE UMA CULTURA POLÍTICA DEMOCRÁTICA, ÀS PRÁTICAS COTIDIANAS DOS AGENTES POLÍTICOS, BEM COMO O SIGNIFICADO ATRIBUÍDO POR ELES À DEMOCRACIA.

3.5 – O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES: FAMÍLIA E ESCOLA

PODEMOS ENTENDER A SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA COMO UM PROCESSO DE APRENDIZAGEM QUE TEM INÍCIO AINDA NA INFÂNCIA. É A PARTIR DA INSTITUIÇÃO FAMILIAR QUE AS CRIANÇAS COMO NOVOS MEMBROS DA SOCIEDADE, INTERNALIZAM REPRESENTAÇÕES E ADQUIREM UM COMPORTAMENTO SOCIAL QUE DE ACORDO COM ALGUNS TEÓRICOS (Bourdieu; Passeron, 1982), ESTÁ NO PRINCÍPIO DA ESTRUTURAÇÃO DAS EXPERIÊNCIAS ESCOLARES. E, É JUSTAMENTE SOBRE ESTES VALORES INTERNALIZADOS PELA CRIANÇA QUE A ESCOLA TRABALHA, VISANDO REFORÇÁ-LOS ATRAVÉS DA AÇÃO PEDAGÓGICA, OU INCULCAR NOVOS VALORES DE MODO A REPRODUZIR UMA CULTURA POLÍTICA COMPATÍVEL COM A ESTRUTURA E O REGIME VIGENTE EM DETERMINADA SOCIEDADE (Almond; Powell, 1972).

NO ÂMBITO SOCIAL, A ESCOLA É UM LOCAL DE TRANSMISSÃO DE UM SABER SISTEMATIZADO E LEGITIMADO SOCIALMENTE. ELA OCUPA UM ESPAÇO RELEVANTE A PARTIR DO MOMENTO EM QUE DESEMPENHA SUA FUNÇÃO IDEOLÓGICA ENQUANTO INSTITUIÇÃO SOCIALIZADORA, TRANSMISSORA DE UMA CULTURA POLÍTICA RECONHECIDA COMO LEGÍTIMA DENTRO DO CONTEXTO GERAL DE UMA DETERMINADA NAÇÃO (Althusser, 1969; Baquero, 1997).

BAQUERO (1997) E DAHL (1997) RESSALTAM IGUALMENTE QUE AS ATITUDES POLÍTICAS BEM COMO OS VALORES CÍVICOS, DESENVOLVIDOS NA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA, SÃO SIGNIFICATIVAS NO PROCESSO DE FORMAÇÃO DA IDENTIDADE SOCIAL DOS INDIVÍDUOS, ATRIBUINDO GRANDE ÊNFASE À IMPORTÂNCIA DA SOCIALIZAÇÃO PRECOCE. SENDO ASSIM, AS CRENÇAS PARA COM OS OBJETOS POLÍTICOS SÃO ADQUIRIDAS NAS PRIMEIRAS DUAS DÉCADAS DE VIDA DE UMA PESSOA, PERÍODO EM QUE SE É MAIS RECEPTIVO A ELAS, PODENDO VIR A MUDAREM POSTERIORMENTE. ENTRETANTO, QUANDO SE ULTRAPASSA ESTE PERÍODO AS PESSOAS TÊM UMA VISÃO MAIS CRISTALIZADA E SUAS CRENÇAS SÃO MAIS ESTÁVEIS.

NO PERÍODO DE RECEPTIVIDADE, OCORRE UM PROCESSO DE AQUISIÇÃO DE CRENÇAS GRADUAL E CONTÍNUO QUE POSSIBILITA UM APERFEIÇOAMENTO ATRAVÉS DO COSTUME, POR ISSO, A IMPORTÂNCIA DAS INSTITUIÇÕES DE SOCIALIZAÇÃO COMO A ESCOLA É INQUESTIONÁVEL. SERIA ERRADO SUPOR, ENTRETANTO, QUE AS CRENÇAS POLÍTICAS ADQUIRIDAS E CRISTALIZADAS PERMANECERÃO IMUTÁVEIS QUANDO O PERÍODO INICIAL DA SOCIALIZAÇÃO DOS JOVENS FOR TRANSPOSTO (Dahl, 1997).

ESSAS MUDANÇAS PODEM VIR A OCORRER POSTERIORMENTE, NA MEDIDA EM QUE NOVAS CRENÇAS PREENCHAM O ESPAÇO DEIXADO PELA PERDA DAS ANTIGAS. TOMEMOS COMO EXEMPLO O CASO CITADO POR DAHL, DOS ESTUDANTES NORTE-AMERICANOS QUE FORAM SOCIALIZADOS NA CRENÇA SOBRE A ALTA EFICÁCIA GOVERNAMENTAL. EXPECTATIVAS CONFIANÇAS COMO ESSAS DAS CRIANÇAS NORTE-AMERICANAS, PODEM SER (E FORAM) REVERTIDAS NEGATIVAMENTE, POIS, “QUANDO OS JOVENS SE VIRAM DIANTE DO FRACASSO DO GOVERNO NO TRATAMENTO DOS PROBLEMAS CRUCIAIS DE RAÇA, POBREZA E GUERRA, ALGUNS PERDERAM A CONFIANÇA NO SISTEMA E TORNARAM-SE ALIENADOS, CÍNICOS OU RADICAIS” (DAHL, 1997, P.144-145).

SÃO, PORÉM, INÚMEROS OS FATORES QUE INFLUENCIAM O CONTEÚDO DAS CRENÇAS INDIVIDUAIS QUE NA MAIS TENRA IDADE UMA PESSOA ADQUIRE E VAI ASSIMILANDO DURANTE O PERÍODO DE

RECEPTIVIDADE. O FATOR PRINCIPAL (Dahl, 1997), DIZ RESPEITO À INTENSIDADE A QUE UMA PESSOA FICA SUBMETIDA A UMA DETERMINADA VISÃO POLÍTICA, DE QUE MANEIRA ESTA VISÃO LHE É PASSADA, BEM COMO A INFLUÊNCIA QUE A INSTITUIÇÃO E OS AGENTES EXERCEM SOBRE A MESMA.

SENDO ASSIM, UMA DETERMINADA CRENÇA POLÍTICA ADQUIRE MAIOR OU MENOR ACEITAÇÃO DEPENDENDO ENTRE OUTRAS COISAS DO PRESTÍGIO QUE DESFRUTAM JUNTO A SEUS RECEPTORES, OS DEFENSORES DA MESMA. DESTA FORMA, SE OS AGENTES DE INSTITUIÇÕES SOCIALIZADORAS COMO A ESCOLA, POSSUEM CREDIBILIDADE E INFLUÊNCIA PERANTE OS ESTUDANTES, A CULTURA POLÍTICA TRANSMITIDA ESTARÁ REPRODUZINDO SOBRE ELAS ORIENTAÇÕES SUBJETIVAS EM RELAÇÃO AOS OBJETOS POLÍTICOS, QUE PODEM SER CONDIZENTES OU NÃO COM O REGIME POLÍTICO DEMOCRÁTICO (Dahl, 1997; Baquero, 1997; Chilcote, 1998).

CONCRETAMENTE, CABE TAMBÉM À ESCOLA DESEMPENHAR A FUNÇÃO QUE COMPREENDE A PREPARAÇÃO DA CRIANÇA PARA QUE ESTA EXERÇA SUA FUTURA ATIVIDADE PROFISSIONAL, BEM COMO ENSINAR OS VALORES CÍVICOS COMO O AMOR À PÁTRIA E O RESPEITO AOS SÍMBOLOS NACIONAIS, LEVANDO OS INDIVÍDUOS E SE TORNAREM ADEPTOS OU NÃO DE UM DETERMINADO REGIME. NO BRASIL, APÓS A PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA, A EDUCAÇÃO CÍVICA FOI PROMOVIDA PELO ESTADO, VIA TEXTOS ESCOLARES.

ESSA PRÁTICA, VOLTADA PARA A REAFIRMAÇÃO DO CONTROLE SOCIAL, ERA ALTAMENTE PERSUASIVA, VISANDO SENSIBILIZAR OS RECEPTORES PARA FUTURAS PRÁTICAS POLÍTICAS DE SUSTENTAÇÃO DO PODER, COM VISTAS À POPULARIZAÇÃO DO NOVO REGIME. “É PROVÁVEL QUE ESSA LITERATURA CÍVICA TENHA PENETRADO NA ESCOLA PRIMÁRIA E SE TORNADO RESPONSÁVEL PELA DIFUSÃO DO MOTIVO EDÊNICO NO IMAGINÁRIO POPULAR BRASILEIRO. O CERTO É QUE CRIOU RAÍZES PROFUNDAS” (CARVALHO, 1999, P.5). ISSO FAZ RESSALTAR O PAPEL DA ESCOLA, NA HISTÓRIA POLÍTICO-EDUCACIONAL BRASILEIRA, ENQUANTO INSTITUIÇÃO QUE EXERCE UM PAPEL PRIMORDIAL NA FORMAÇÃO DAS

ORIENTAÇÕES POLÍTICAS SUBJETIVAS COMO TAMBÉM DA EDUCAÇÃO CÍVICA DOS ATORES SOCIAIS (Lenhard, 1985; Baquero, 1997).

A escola, através de sua ação pedagógica é primordialmente um valor supremo enquanto instituição, na medida em que, através do processo de socialização e aprendizagem influencia consideravelmente o comportamento político dos educandos. Isso pode vir a lhes proporcionar uma vida comunitária em continuidade com a vida doméstica, de modo a estimulá-los psicologicamente, discipliná-los na internalização e adesão a um conjunto de valores, que do ponto de vista da consolidação democrática, são fatores fundamentais (BOURDIEU; PASSERON, 1982; ALMOND; POWELL, 1972).

DURKHEIM (1984), EM PERÍODO HISTÓRICO PRECEDENTE, RESSALTA QUE É A ESCOLA QUEM PREPARA O INDIVÍDUO PARA INGRESSAR NAS MAIS VARIADAS ESFERAS DA VIDA SOCIAL, SERVINDO DE INTERMEDIÁRIA ENTRE A MORAL AFETIVA DA FAMÍLIA E A MORAL MAIS INDIVIDUALISTA QUE REGE A SOCIEDADE CIVIL. ESTA INSTITUIÇÃO É ENCARREGADA DE TRANSMITIR E INTERNALIZAR HÁBITOS E NORMAS, AÇÃO QUE NA PERSPECTIVA DURKHEIMIANA, PODE SER ENTENDIDA COMO UMA FUNÇÃO DE HOMOGENEIZAÇÃO. ISSO SE DÁ NA MEDIDA EM QUE “CERTO NÚMERO DE IDÉIAS, DE SENTIMENTOS E PRÁTICAS SÃO INCULCADOS EM TODAS AS CRIANÇAS, INDISTINTAMENTE, QUALQUER QUE SEJA A CATEGORIA SOCIAL A QUE PERTENÇAM” (P.15).ESSE PROCESSO CONTRIBUI PARA A SOCIALIZAÇÃO DE UMA CULTURA DOMINANTE, QUE PERTENCE A UMA DETERMINADA CLASSE SOCIAL DETENTORA DO PODER POLÍTICO, TORNANDO-A TAMBÉM IDEOLOGICAMENTE DOMINANTE, DEPENDENDO DO PODER DE COERÇÃO E DA EFICÁCIA DO TRABALHO DE TODA A EQUIPE PEDAGÓGICA DA ESCOLA.

DE ACORDO COM ALGUNS TEÓRICOS DAS CIÊNCIAS SOCIAIS COMO ROBERT DAHL (1997), MARCELO BAQUERO (1997), RUDOLF LENHARD (1985), GUILHERMO O'DONNELL (1988), ALMOND E POWELL (1972), DENTRE OUTROS, A FORMAÇÃO DA CULTURA POLÍTICA E DO DESENVOLVIMENTO DA CIDADANIA DEPENDE DE ALGUMAS INSTITUIÇÕES QUE TRANSMITAM AS ORIENTAÇÕES SOBRE AS PRÁTICAS POLÍTICAS AOS INDIVÍDUOS, SENDO A ESCOLA UM ESPAÇO PRIVILEGIADO PARA TAL FEITO. DO PONTO DE VISTA DA CONSOLIDAÇÃO DEMOCRÁTICA, AS ESCOLAS SÃO OS ESPAÇOS DE SOCIALIZAÇÃO E EDUCAÇÃO POLÍTICAS MAIS FACILMENTE CONTROLÁVEIS PELO ESTADO, SENDO POR ISSO, FUNDAMENTAIS PARA DISSEMINAR

CRENÇAS E VALORES QUE SÃO INDISPENSÁVEIS QUANDO SE TRATA DE CRIAR CONDIÇÕES QUE LEVEM A LEGITIMIDADE E CREDIBILIDADE DO REGIME POLÍTICO VIGENTE.

A ESCOLA TEM GRANDE PARCELA DE CONTRIBUIÇÃO EM RELAÇÃO À FORMAÇÃO CÍVICA E POLÍTICA DAS NOVAS GERAÇÕES E, É TIDA COMO RESPONSÁVEL POR POSSIBILITAR O ACESSO À APROPRIAÇÃO DE CONCEITOS E PRÁTICAS IMPRESCINDÍVEIS ÀS NOVAS DEMANDAS SOCIAIS E POLÍTICAS. A EDUCAÇÃO POLÍTICA, ENTRETANTO, É UM PROCESSO COMPLEXO QUE PERDURA POR TODA A VIDA E OCORRE ATRAVÉS DE MUITAS INSTITUIÇÕES (FAMÍLIA, ESCOLA, O PRÓPRIO SISTEMA POLÍTICO, ENTRE OUTROS), VARIANDO OS TIPOS DE EXPERIÊNCIAS DE ACORDO COM OS DESÍGNIOS DE CADA QUAL. “OS INDIVÍDUOS APRENDEM ORIENTAÇÕES POLÍTICAS, DE MODO INTENCIONAL, EM CLASSES DE CIVISMO, MAS TAMBÉM APRENDEM ATRAVÉS DE OUTRAS EXPERIÊNCIAS QUE NÃO TEM O OBJETIVO DE SE CONSTITUIR EM LIÇÕES SOBRE POLÍTICA, COMO QUANDO OS JOVENS OUVEM OS PAIS DISCUTINDO POLÍTICA OU QUANDO OBSERVAM A AÇÃO DO SISTEMA POLÍTICO” (BAQUERO, 2004, P.50).

ALMOND E POWELL (1972), TAMBÉM REAFIRMAM A IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA E DA ESCOLA, PORÉM, DESTACAM QUE NÃO SÃO APENAS OS ESPAÇOS DE SOCIALIZAÇÃO INFANTIL QUE FORMAM AS ORIENTAÇÕES SUBJETIVAS DOS INDIVÍDUOS. DEVEM SER LEVADOS EM CONTA OS AMBIENTES SOCIALIZADORES QUE FAZEM PARTE DA VIDA ADULTA, COMO O LOCAL DE TRABALHO, OS SINDICATOS, OS CLUBES SOCIAIS, OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA, ENTRE OUTROS. OS MESMOS ACRESCENTAM, ENTRETANTO, QUE NENHUM CIDADÃO SUPERA INTEGRALMENTE TODOS OS EFEITOS DE SUA SOCIALIZAÇÃO PRIMÁRIA E, DEVE-SE A ISSO, A QUESTÃO DA LENTIDÃO NA MUDANÇA DAS CULTURAS POLÍTICAS. AFIRMAM AINDA, QUE DIFICILMENTE MUDA O FUNCIONAMENTO DAS AGÊNCIAS DE SOCIALIZAÇÃO, PARTICULARMENTE A DA FAMÍLIA, TORNANDO-SE DIFÍCIL ATÉ MESMO PARA AS ESCOLAS SUBSTITUIR OU INTERNALIZAR NOVOS VALORES ÀQUELES QUE OS JOVENS JÁ TRAZEM CONSIGO DESDE O PRIMEIRO ESTÁGIO DE SUA EXISTÊNCIA.

A SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA DESENVOLVEU AO LONGO DO TEMPO OUTRAS INSTITUIÇÕES (ALGUMAS BREVEMENTE REFERENDADAS NESTE TEXTO), COM O INTUITO DE INTEGRAR OS INDIVÍDUOS À COLETIVIDADE E ÀS QUESTÕES POLÍTICAS DE MANEIRA GERAL. NO ENTANTO, DE ACORDO COM ALMOND E POWELL (1972), MESMO OS CIDADÃOS MAIS SECULARIZADOS PODEM SENTIR-SE INFLUENCIADOS POR UMA IDEOLOGIA FAMILIAR QUE JUNTAMENTE COM A ESCOLA, SÃO MECANISMOS BÁSICOS E EFICIENTES DE SOCIALIZAÇÃO E FORMAÇÃO POLÍTICA. É IMPORTANTE DESTACAR QUE É A PRÓPRIA SOCIEDADE QUE RECORRE A ESCOLA PARA EDUCAR POLITICAMENTE OS JOVENS E PASSAR ADIANTE SUA CULTURA, PERPETUANDO-A ATRAVÉS DAS NOVAS GERAÇÕES (LENHARD, 1985).

3.6 – OS JOVENS ENQUANTO ATORES POLÍTICOS

OS TRABALHOS ACADÊMICOS QUE TEM COMO OBJETO DE ESTUDO OS JOVENS, SEGUNDO SPOSITO (2002), NÃO ATINGEM MAIS DE 4,4% DO TOTAL DAS INVESTIGAÇÕES DESENVOLVIDAS POR PESQUISADORES INSERIDOS NOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO NA ÁREA DE EDUCAÇÃO NO BRASIL, NUM PERÍODO DE QUASE DUAS DÉCADAS (ENTRE 1980 A 1998). SEGUNDO O AUTOR, OS ESTUDOS VOLTADOS PARA A TEMÁTICA QUE ENVOLVE A EDUCAÇÃO DOS JOVENS, PASSARAM A TER UM CRESCIMENTO MAIS SIGNIFICATIVO A PARTIR DOS ÚLTIMOS ANOS DA DÉCADA DE 90 E, CHEGOU A ATINGIR 5,5% DA PRODUÇÃO DISCENTE NACIONAL (P.49).

RUTE BAQUERO AFIRMA QUE, O TEMA “JOVEM E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA”, BASTANTE PRESENTE NA PRODUÇÃO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS NO BRASIL, NA DÉCADA DE 60, DEFINITIVAMENTE NOS ÚLTIMOS TEMPOS NÃO TEM PRESENÇA MARCANTE NO ÂMBITO DOS ESTUDOS EDUCACIONAIS SOBRE JUVENTUDE “TENDO SIDO LOCALIZADOS SOMENTE 23 TRABALHOS, NO PERÍODO 1980-1998 (...) DESTAQUE-SE QUE TRABALHOS DESSA NATUREZA ESTÃO AUSENTES NO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1980-1984, NOS PRIMEIROS ANOS DE REDEMOCRATIZAÇÃO DA VIDA NACIONAL” (BAQUERO, 2004, P.49).

ESSA REALIDADE SERVE PARA REFORÇAR UM CONSENSO JÁ EXISTENTE ENTRE TEÓRICOS QUE CHAMAM A ATENÇÃO PARA A NECESSIDADE DE SE INVESTIGAR A IMPORTÂNCIA DO PAPEL DESENVOLVIDO PELO ATOR POLÍTICO, PARA QUE HAJA UMA MAIOR COMPREENSÃO DOS DILEMAS PELOS QUAIS PASSA UMA NAÇÃO NO PERCURSO DA CONSTRUÇÃO DEMOCRÁTICA. CONSIDERANDO O COMPORTAMENTO DOS INDIVÍDUOS NO NÍVEL MICRO, BUSCA-SE ADICIONAIS QUE POSSAM DAR SUBSÍDIOS PARA UMA ANÁLISE NO NÍVEL MACRO. POR CONTA DISSO, SÃO INCENTIVADOS ESTUDOS QUE ANALISEM O PAPEL QUE OS GRUPOS SOCIAIS DESEMPENHAM NO INTERIOR DE UMA SOCIEDADE. SEGUNDO BAQUERO (1997), APESAR DE NÃO SER RECENTE, ESTA QUESTÃO É POUCO INVESTIGADA NA AMÉRICA LATINA. A IMPORTÂNCIA DE TAIS INVESTIGAÇÕES É REFORÇADA, SOBRETUDO, EM CONTEXTOS COMO O DA SOCIEDADE BRASILEIRA, EM FRANCO PROCESSO DE CONSOLIDAÇÃO DEMOCRÁTICA.

Uma das questões em pauta no Brasil atualmente se refere à atitude dos cidadãos em relação à democracia, uma vez que a história política é marcada por longos períodos de ditadura, herdados de um passado escravocrata sobre o qual foi fundada a nossa sociedade (O'DONNELL, 1988). É pertinente, portanto, saber quais os elementos que compõem a cultura política das novas gerações, uma vez que esta é uma variável explicativa fundamental para os fenômenos políticos.

NESTE CONTEXTO, ACREDITAMOS SER DE FUNDAMENTAL IMPORTÂNCIA ANALISAR O PAPEL DESEMPENHADO PELAS INSTITUIÇÕES RESPONSÁVEIS PELA DISSEMINAÇÃO DO SISTEMA DE CRENÇAS E VALORES POLÍTICOS A PARTIR DO QUAL OS INDIVÍDUOS SE ORIENTAM EM RELAÇÃO AO SISTEMA CONCRETO. ESSAS AGÊNCIAS DE SOCIALIZAÇÃO, EM ESPECIAL A FAMÍLIA E A ESCOLA, DEVEM SER CONSIDERADAS COMO FUNDAMENTAIS NA DEFINIÇÃO DE UM DETERMINADO CARÁTER EM NOSSA CULTURA POLÍTICA, POIS SÃO ELAS QUE CUMPREM A FUNÇÃO FUNDAMENTAL DE TRANSMITIR E SEDIMENTAR OS SENTIMENTOS DE APOIO E/OU CRÍTICA AO REGIME POLÍTICO VIGENTE.

Callan (2002) ¹¹ afirma que uma “educação cidadã” está diretamente ligada aos “processos de ensino e aprendizagem que fluem das virtudes, do conhecimento e das capacidades de que as pessoas precisam para manter (e aperfeiçoar) a democracia liberal” (p.154). O mesmo atribui à escola o papel da educação cidadã na socialização política da juventude atual. Por educação política define “o que é ensinado e aprendido sobre política nas escolas, e por “socialização política” os modos pelos quais todas as instituições sociais afetam a formação de atitudes cívicas, comportamento e crenças“ (Ibid., p.163).

Para Callan, mesmo quando as escolas realizam um excelente papel na educação política, e segundo ele em geral elas não realizam, as mesmas têm seus esforços frustrados por culturas “que exalam o comunismo egoísta, que reduzem complexas questões de debate público em *slogans* rivais e encorajam um cinismo fácil sobre o governo” (Idem). Entretanto ele acredita que as escolas podem desempenhar um papel extremamente valioso ao instigar os estudantes a pensar sobre o complexo contexto em que estão inseridos e no qual sua identidade política é formada. Este autor é otimista quanto ao sucesso em educação política, e afirma que “esta nunca será parcial e irregular”.

Com uma postura diferenciada, encontramos em Sartori (1999), estudos que comprovam que a escola está sendo de certa forma suprimida na sua função educativa, mediante a todo esse progresso tecnológico repleto de tentáculos atrativos (com grande ênfase para a televisão). Longe de atribuir a estes meios televisivos um papel educativo, o autor está constatando, a partir de pesquisas feitas em alguns países como Itália e Estados Unidos, que dentre os jovens na faixa etária entre os 15 e 24 anos, apenas uma ínfima parcela de 18% compra um jornal diariamente¹². Sendo assim, mais de 80% deles sabe de política somente o que vê pela televisão, o que para o autor não significa nada em termos de percepção.

O MESMO AFIRMA QUE A IMAGEM NÃO POSSUI A CAPACIDADE DE, POR SI SÓ, DAR INTELIGIBILIDADE ÀS EXPLICAÇÕES E COMENTÁRIOS QUE SÃO PASSADOS ATRAVÉS DO VÍDEO SOBRE OS INÚMEROS ASSUNTOS QUE NELE VINCULAM. SÉRIOS PROBLEMAS SÃO CAUSADOS À DEMOCRACIA PELO FATO DE A EDUCAÇÃO POLÍTICA E A INFORMAÇÃO ESTAREM NAS MÃOS DE

¹¹ Eamonn Callan é professor de Educação na Universidade de Stanford. Suas pesquisas giram em torno de educação moral e cívica e justiça social na política educacional.

¹² Essa visão pessimista do autor, não leva em conta, que não comprar jornal não significa não ler jornal. Nem tampouco considera que não ler jornal não significa que é somente pela televisão que os jovens podem ter acesso às informações sobre política, isso pode perfeitamente ser viabilizado com

MEIOS DE COMUNICAÇÃO COMO A TELEVISÃO. O RETROCESSO QUALITATIVO CAUSADO EM TERMOS DE CAPACIDADE DE ABSTRAÇÃO, CULMINA NUM EMPOBRECIMENTO DE COMPREENSÃO, REVELANDO UM VAZIO CULTURAL E UMA IMENSA DESATENÇÃO E IGNORÂNCIA DAS ÚLTIMAS GERAÇÕES DE JOVENS EM RELAÇÃO ÀS QUESTÕES POLÍTICAS. DESTA FORMA NÃO PODEMOS ESPERAR QUE SE CONSOLIDE UM SISTEMA DEMOCRÁTICO DELIBERATIVO COM A PARTICIPAÇÃO POPULAR, ONDE SE FUNDEM ENTRE SI ELEMENTOS DE UMA DEMOCRACIA DIRETA E ELEMENTOS DE UMA DEMOCRACIA REPRESENTATIVA (SARTORI, 1999, P.154), POIS A MESMA DEPENDE DO INTERESSE E DA INFORMAÇÃO DOS CIDADÃOS SOBRE POLÍTICA.

PARA, NO ENTANTO, SE APREENDER SATISFATORIAMENTE A GAMA DE VALORES QUE NORTEIA O COMPORTAMENTO E AS CRENÇAS POLÍTICAS COMPARTILHADOS POR UM GRUPO DE EDUCANDOS, POR NÓS PESQUISADOS, NOS PARECE UM PROCEDIMENTO ADEQUADO AVERIGUAR A EXISTÊNCIA OU NÃO DE UMA MENTALIDADE DEMOCRÁTICA ENTRE ELAS. ESSE PROCEDIMENTO SE DÁ, TENDO EM VISTA A IMPORTÂNCIA DE SE ESTABELECEMOS ENTRE AS NOVAS GERAÇÕES, SÍMBOLOS CAPAZES DE GERAR CONHECIMENTOS E AVALIAÇÕES QUE SE COMPATIBILIZEM COM A DEMOCRACIA.

TRATA-SE POR MEIO DO PRESENTE ESTUDO, DE PROCURAR ENTENDER COMO ESTE GRUPO DE JOVENS EDUCANDOS EM QUESTÃO SE ENTENDE COMO ATORES POLÍTICOS E SE POSICIONAM DIANTE DE TEMAS COMO ESTADO, EDUCAÇÃO, CIDADANIA, DEMOCRACIA, PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E CIVISMO. A QUESTÃO QUE PRETENDEMOS LEVANTAR AQUI NÃO DIZ RESPEITO APENAS AO CONJUNTO DE REPRESENTAÇÕES QUE COMPÕEM A CULTURA POLÍTICA DESTES GRUPO ESPECÍFICO. INTERESSA-NOS, TAMBÉM, AFERIR O GRAU DE INFLUÊNCIA QUE A ESCOLA EXERCE SOBRE O MESMO, OU SEJA, ATÉ QUE PONTOS ESTES JOVENS ATRIBUEM A ESTA INSTITUIÇÃO DE SOCIALIZAÇÃO O PAPEL EDUCATIVO, QUANDO SE TRATA DE ASSUNTOS REFERENTES A CIVISMO, POLÍTICA E CIDADANIA, UMA VEZ QUE TEÓRICOS

conversa entre amigos, pelo rádio, e principalmente através da escola, que segundo Sartori, não

COMO SARTORI, AFIRMAM QUE A ATUAL CULTURA JUVENIL É AUDIOVISUAL E, “OS PAIS ESTÃO EM DEBANDADA E A ESCOLA TAMBÉM” (IBID., P.146).

influencia de maneira significativa na educação política dos adolescentes por ele pesquisados.

4 – JUVENTUDE, CULTURA POLÍTICA E EDUCAÇÃO: ANÁLISE DOS DADOS

Neste capítulo, estaremos inicialmente abordando a análise de autores como Sousa (1999), Frigotto (2004) e Kehl (2004), para uma reflexão sociológica de juventude e melhor contextualização do presente trabalho, uma vez que nosso estudo é voltado para um grupo etário que se encaixa nesta categoria. Num segundo momento, através de resultados de pesquisas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto Cidadania (IC), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílio (PNAD), procuraremos situar os jovens entre 15 e 24 anos no cenário nacional. Na seqüência, por meio de um amplo painel, são mapeadas as características sócio-culturais dos 50 educandos que compõem o universo pesquisado pela autora. Vale especificar que este número abrange o total de alunos que no ano de 2004, concluiu o Ensino Médio na Escola de Educação Básica Verônica Sênem,¹³ no município de Galvão, região oeste de Santa Catarina.

Apresentam-se diferentes indicadores para traçar o perfil dos jovens pesquisados, cuja influencia da escola na sua preparação para o exercício da cidadania e formação dos conceitos e valores políticos, são objeto desse estudo. A análise, além desses fatores, também estará especificando características sociodemográficas e filiação religiosa dos alunos, a ocupação e grau de escolaridade dos pais, a fim de uma caracterização mais geral dos referidos jovens.

4.1 – JUVENTUDE: DE QUEM SE TRATA?

O tema sobre o qual nos ocupamos nesta análise é complexo e controverso desde o início, haja vista, entre outras, a dificuldade de precisar o que é juventude, seja por razões históricas, sociais e culturais.

Alguns autores como os supra citados, dentre outros, reiteram a impossibilidade de um conceito unívoco de juventude alertando assim para a necessidade de não tomá-lo de forma rígida. “O conceito de juventude é bem elástico: dos 18 aos 40 anos, todos os adultos são *jovens*.”¹⁴ A juventude é um estado de espírito, é um jeito de corpo, é um sinal de saúde e disposição, é um perfil do consumidor, uma fatia do mercado onde todos querem se incluir” (KEHL, 2004, p.89-90).

¹³ Todos os dados da referida escola constam no primeiro capítulo da dissertação.

¹⁴ O grifo é do autor.

Frigotto (2004) assinala que seria mais adequado falarmos em juventudes, por tratar-se de categorizações que adquirem maior densidade analítica, acima de tudo se relacionadas à classe social. Segundo este autor,

ao optarmos por essa compreensão, poderemos levar em conta particularidades e até aspectos singulares sem cair numa perspectiva atomizada. Os sujeitos jovens (ou as juventudes) teimam em ser uma unidade do diverso econômico, cultural, étnico, de gênero, de religião etc. (p.180-81).

Na sua abordagem sobre a juventude contemporânea, Sousa (1999) ressalta que *o lugar e tempo* em que se situam e as *condições* em que vivem, são fatores que interferem determinantemente quando da definição desta categoria social. A autora identifica ainda, que a juventude além de ser um segmento que desperta preocupação social, faz parte da problemática sociológica.

Como preocupação social, ela pode ser caracterizada como uma fase da vida dos indivíduos marcada por circunstâncias de instabilidade, associada a determinados problemas que vão se evidenciando como próprios, embora compartilhados por uma mesma faixa de idade em momentos que se constituem como uma cultura juvenil. À medida que esses indivíduos vão assumindo definições mais delineadas e responsabilidades mais duradouras, inicia-se o rompimento com este momento e eles se aproximam da fase adulta. (...) Como problema sociológico, ainda que motivada pelas condições da realidade, constitui-se na abordagem teórico-explicativa das possíveis similaridades entre jovens ou grupos de jovens bem como das diferenças sociais que existem entre eles (SOUSA, 1999, p.17).

De acordo com a autora, aos jovens enquanto segmento que desperta preocupação social na contemporaneidade, as políticas públicas desenvolvidas visam a uma maior equidade social. Para atingir tal objetivo, buscam oferecer suporte institucional para esse contingente da população que se encontra nesta fase de transitoriedade. No cotidiano, esta temática clama por um posicionamento sociológico que ofereça possibilidades para a abordagem crítica das culturas juvenis, com vistas à criação de mecanismos para a compreensão dos problemas compartilhados pelos jovens em diferentes contextos sociais.

À luz da literatura que discute o tema juventude, é perceptível o lugar de destaque que o assunto ocupou nas discussões políticas em grande parte dos países. “No amplo debate em torno das manifestações estudantis, desencadeadas nas décadas de 1960 e 1970, e, em especial, no ano de 1968, a participação política da juventude emerge como objeto de especial atenção” (PRÀ, 2004, p.94). No Brasil, segundo esta autora, esses estudos enfatizam inicialmente a participação dos estudantes dos anos 60 e 70, “quando se examinam entidades estudantis, suas práticas, representações e valores envolvidos na adesão a essa forma de socialização política” (Idem).

O esgotamento dessa participação acaba convergindo para uma interrupção abrupta das avaliações sobre jovens, na medida em que fica evidente a alienação política entre eles. Meados da década de 1980, entretanto, sinalizam para a retomada de estudos que abordam juventude e política no Brasil. Busca-se com isso, enfoques alternativos para resgatar esse contingente populacional como objeto de investigação da política com estudos como o apresentado pela autora, voltados a temas como socialização e cultura política, cidadania e educação, num Estado democrático.

4.1.1 – Os Jovens no Cenário Nacional

Englobando a faixa etária entre 15 e 24 anos, de acordo com dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), no último censo demográfico de 2000, temos um total de 34.092.224 jovens no Brasil. O mesmo censo aponta para um total de 169.872.856 habitantes, sendo assim, essa faixa etária representa aproximadamente 20,07% da população, dando uma noção da magnitude desse número. De acordo com o anuário estatístico de Santa Catarina, o Estado tem um total de 5.356.360 habitantes, com 1.138.429 residentes na área rural e 4.217.931 na área urbana. Dos jovens entre 15 e 24 anos temos um total de 1.014.422, sendo que em termos percentuais estes números equivalem a 18,94% da população. cursando o ensino médio, com idade entre 15 e 17 anos temos 84,297% dentre os quais 48,26% são brancos e 10,59% são negros. Na faixa etária entre 18 a 24 anos, 10,59% estão no curso superior e desses, 11,58% são brancos e apenas 2% são negros (IBGE, Censo 2000).

Em se tratando de escolarização, os dados nacionais, segundo o IBGE, indicam que existem 10.308.707 jovens na faixa etária de 15 a 17 anos, “considerada legalmente regular para se cursar o ensino médio” (FRIGOTTO, 2004, p.190-191). De acordo com o mesmo censo escolar, dos jovens que deveriam estar no ensino médio, somente 37% estava matriculado, enquanto que mais da metade dos mesmos, que deveriam estar cursando este nível de ensino, nem sequer estão na escola.

Uma equipe do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), aponta que um dos piores indicadores sociais do Brasil atinge os jovens. Esta pesquisa mostra que em 2002, de acordo com os dados da Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílio (PNAD), 3,9 milhões de brasileiros entre 15 e 24 anos estavam desempregados, representando 48% da população acima de 10 anos que se encontrava nesta condição. Tal pesquisa revela também, com base nos dados do Ministério da Saúde que em 2000, 40% dos óbitos por homicídios no Brasil ocorreram com a população desta faixa etária, indicando que 4% dos homens jovens não chegam a completar 25 anos de idade (CLEMENTE, 2004, p.52).

O referido estudo mostra outros aspectos da vida dos jovens brasileiros, como o aumento da escolarização e a redução da proporção de jovens que apenas trabalham. Entretanto, é expressivo o aumento da proporção dos jovens que não estudam nem trabalham. Em 1982 9,3% dos homens encontravam-se nesta situação, aumentando a porcentagem para 12,2% em 2002. A proporção de mulheres que não estudam nem trabalham, em contrapartida, caiu de 38,5% do total em 1982 para 27,5% em 2002, refletindo com isso uma maior participação feminina no mercado de trabalho, esse resultado, porém, demonstra que as garotas ainda continuam em desvantagem. Esses números que em 2002, segundo levantamento da PNAD, apontam para um contingente de 4,3 milhões de moços e moças que não estudam, não trabalham e tão pouco procuram emprego, chamam a atenção para um dos aspectos mais preocupantes de uma crise que atinge os jovens brasileiros (idem).

Em pesquisa publicada pela revista *Desafios do Desenvolvimento* (2004) aplicada pelo Instituto Cidadania (I.C.)¹⁵, nos meses de novembro e dezembro de 2003 sobre a juventude brasileira¹⁶, revela que entre os jovens pobres a taxa de desemprego é acentuadamente maior (26,2%) do que entre os ricos (11,6%). Dentre este segundo grupo predomina o trabalho assalariado (77,1%) e, aproximadamente dois terços desse universo (49%) possuem carteira assinada. Em contrapartida no primeiro caso (jovens provenientes de famílias pobres), apenas 41,4% têm trabalho assalariado e, desses, uma significativa maioria de 74,3% não tem carteira assinada.

O universo juvenil, de acordo com esta mesma pesquisa, apresenta como fator que interfere na trajetória dos jovens, a questão de gênero e raça¹⁷. Uma prova disso é que as moças recebem pagamento inferior aos rapazes, ocupando o mesmo posto de trabalho. Um outro critério de diferenciação, exigido por grande parte das empresas empregadoras, se refere a “boa aparência”, acentuando assim a exclusão dos mais pobres. A pesquisa do IC apresenta ainda, os seguintes dados sobre a formação educacional dos jovens brasileiros: 42% cursaram o ensino fundamental, 52% chegaram ao ensino médio e somente 6% concluíram o ensino superior. Em termos de religiosidade, 65% são católicos e o grupo dos evangélicos atinge 24% da população na faixa etária entre 15 e 24 anos (*Desafios do desenvolvimento*, 2004, p.57).

¹⁵ Organização não governamental sediada em São Paulo, criada em 1991 para apoiar Luiz Inácio Lula da Silva (Dados da revista *Desafios*, Agosto de 2004, p.56).

¹⁶ Foram entrevistados 3501 jovens em todo o país.

As características da população jovem nesta faixa etária, segundo a procedência urbana e rural, o IBGE aponta que dentre o total dela, a imensa maioria de 81% reside na zona urbana e apenas 19% são residentes da zona rural. Essas informações são melhor visualizadas com os dados da tabela abaixo.

TABELA 1 - POPULAÇÃO JOVEM NO BRASIL POR GRUPO DE IDADE SEGUNDO A SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO

Situação de Domicílio	Grupo de Idade		Total De 15 a 24 anos
	15 a 19 anos	20 a 24 anos	
Urbana	14.401.006	13.358.020	27.759.026
Rural	3.548.282	2.784.916	6.333.198
Brasil	17.949.288	16.142.936	34.092.224

FONTE: IBGE, Censo Demográfico de 2000

4.2 – CARACTERÍSTICAS DOS ALUNOS PESQUISADOS

4.2.1 Características sociodemográficas

4.2.1.1 – Sexo

No âmbito nacional, as mulheres predominam na população de alunos que cursam o Ensino Médio. Esta tendência, além de repetir um padrão registrado em pesquisas do IBGE, se apresenta de forma detalhada em pesquisas recentes divulgadas pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura (UNESCO) realizadas no ano de 2002 em treze capitais brasileiras, sendo elas: Rio Branco, Macapá, Belém, Teresina, Maceió, Salvador, Cuiabá, Goiânia, Curitiba, Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. “Todas elas constituem-se em grandes concentrações urbanas, onde se reúne grande parte da matrícula do ensino médio. Esse nível de ensino tem sido historicamente urbano, metropolitano e, sobretudo, oferecido nas capitais que reúnem maior infra-estrutura” (ABRAMOVAY; CASTRO, 2003, p.37).

Segundo estas autoras, dados do INEP (2002), confirmam a acentuada presença das mulheres nos níveis mais elevados da educação. Dados da UNESCO (2002) apontam que em Maceió, uma das capitais brasileiras pesquisadas, foi encontrado o maior índice de alunas com 60,5% do total de matriculados no ensino médio e o menor em Porto Alegre com 52,9%. No total de alunos neste grau de ensino, temos o seguinte resultado: “dos 8,4 milhões de alunos matriculados no ensino médio, 54,4% são do sexo feminino” (Ibid., p.54). Junto ao universo por nós pesquisado, entretanto, encontramos resultado diferente, como podemos conferir na tabela abaixo:

¹⁷ Essa terminologia é do Instituto Cidadania. Ver *Desafios do Desenvolvimento*, 2004, p.57.

TABELA 2 - PROPORÇÃO DE ALUNOS DA TERCEIRA SÉRIE DO ENSINO MÉDIO POR SEXO, NA E.E.B.V.S – 2004

SEXO	%	Nº
Masculino	62	31
Feminino	38	19
Total	100	50

FONTE: Pesquisa de campo, 2004.

4.2.1.2 Idade

A idade média dos alunos pesquisados nas treze capitais brasileiras fica em torno dos 19 anos, a faixa etária de 16 e 17 anos, entretanto, agrega uma proporção mais elevada. De acordo com Abramovay e Castro (2003), o número de alunos com idade igual ou superior a 20 anos, cursando o ensino médio é consideravelmente alta, chegando a 20% ou mais. A realidade de 9 das 13 capitais referidas acima, aponta que mais de 40% dos alunos possui idade superior à adequada para a conclusão do ensino médio. Segundo os autores, “a relação ideal idade/série estabelece que o aluno de 15 anos deva estar cursando o primeiro ano desse nível de ensino, o que levaria à sua conclusão aos 17 anos. Aqueles que estão acima dessa idade são considerados em atraso escolar” (p.55-56).

Tomados os jovens por nós entrevistados, um percentual inexpressivo de 4% dos alunos está com idade igual ou superior a 20 anos. Esses dados são confirmados na TABELA 3.

TABELA 3 – IDADE DOS ALUNOS ENTREVISTADOS

IDADE	%	Nº
16 anos	28,0	14
17 anos	42,0	21
18 anos	22,0	11
19 anos	4,0	2
20 anos	2,0	1
22 anos	2,0	1
Total	100,0	50

FONTE: Pesquisa de campo, 2004.

4.2.1.3 - Estado civil e filiação religiosa

Outra particularidade apurada aponta que estes mesmos jovens são todos solteiros, sem exceção. Estes dados, se equiparados ao contingente total da população do ensino médio nas treze capitais brasileiras pesquisadas, apresenta uma diferença pouco expressiva, pois os

resultados apresentados pela UNESCO (2002), expressam que “a maioria absoluta dos alunos é solteira, chegando a mais de 90% em quase todas as capitais” (p.58).

Em se tratando de filiação religiosa, os alunos pesquisados pela autora, quase na sua totalidade, 94%, declaram-se adeptos da religião Católica, apenas 2% não pratica religião alguma e 4% são adeptos de outras religiões (TABELA 4).¹⁸

TABELA 4 – FILIAÇÃO RELIGIOSA DOS ENTREVISTADOS

RELIGIÃO	%	Nº
Católica	94	47
Não tem religião	2	1
Outras	4	2
Total	100,0	50

FONTE: Pesquisa de campo, 2004.

Esse resultado difere em termos percentuais, se comparado aos jovens matriculados no ensino médio, nas capitais pesquisadas, porém, a tendência censitária aponta que a religião Católica que historicamente predominou no Brasil desde o período de sua colonização, ainda é a que tem maior número de adeptos, mesmo entre a população desta faixa-etária. O maior percentual de jovens católicos, segundo dados da pesquisa, foi encontrado em Teresina, 82,3% e o menor no Rio de Janeiro, com 52,2% . A religião que aparece como a segunda mais citada pelos jovens das treze capitais brasileiras é a evangélica, com 28,9% no Rio de Janeiro e 7,1% em Porto Alegre. O terceiro maior índice de respostas em todas as capitais, com exceção de Porto Alegre, é o de jovens que dizem não ter religião. Os menores percentuais dos jovens que se declararam sem religião residem em Macapá, 5,3%, e Teresina, 5,5% (UNESCO, 2002, p.84).

Estes resultados convergem com os expostos anteriormente, apresentados por pesquisa realizada pelo IC, os quais indicam que no âmbito nacional 65% dos jovens são católicos, entretanto, o grupo que mais cresceu foi dos evangélicos que passou de 19% em 1999 para 24% em 2003.

No que tange a questão religiosidade, uma pesquisa semelhante feita em Quebec Canadá, pela empresa CROP com jovens de 18 a 24 anos entre julho e outubro de 2004, apresenta resultados que indicam que apenas 48% dos entrevistados se dizem religiosos, mas não praticantes. A partir desses dados podemos perceber que os jovens brasileiros, se comparados aos quebequenses, dão uma importância substancialmente diferenciada para a questão religiosidade. Partimos, então, da idéia de que a religião, delimitada simbolicamente e culturalmente instituída, opera como um discurso oficial de grande aceitação junto à população brasileira até mesmo entre as novas gerações. Ela comporta singularidades que resultam de uma construção social histórica, própria da sociedade ocidental moderna e fortemente enraizada em nossa sociedade desde a colonização.

4.2.1.4 - Grau de escolaridade e ocupação dos pais dos entrevistados

Os dados referentes à ocupação dos pais dos alunos entrevistados, de modo geral demonstram que é mais acentuada entre os homens a categoria agricultor, com 46%. Os demais estão distribuídos entre assalariados, 18%, funcionários públicos, 4%, empresários, 10%, desempregados, 2%, e que exercem outras atividades não especificadas, 20%.

Das mães dos alunos, é “do lar” a grande maioria de 60%, seguidas de funcionárias públicas, 16%, assalariadas, 10%, domésticas, 8%, desempregadas, 2%, não sabem ou não responderam, 4%. Vale ressaltar que o município de Galvão¹⁹ se enquadra num contexto econômico de estrutura fundiária, característica do oeste catarinense, onde predominam as pequenas propriedades e a atividade agrícola absorve basicamente a mão de obra familiar.

De forma geral, os dados sobre escolaridade dos pais dos entrevistados (TABELAS 5 e 6), segue o índice nacional e não demonstra diferença muito significativa entre a situação do pai e da mãe.

TABELA 5 - GRAU DE ESCOLARIDADE DO PAI

GRAU DE ESCOLARIDADE	Nº	%
Ensino superior completo	3	6,0
Ensino superior incompleto	1	2,0
Ensino médio completo	4	8,0
Ensino médio incompleto	5	10,0
Ensino fundamental completo	6	12,0
Ensino fundamental incompleto	24	48,0
Analfabeto	1	2,0
N.S	2	4,0
N.R	4	8,0
Total	50	100,0

FONTE: Pesquisa de campo, 2004.

TABELA 6 - GRAU DE ESCOLARIDADE DA MÃE

GRAU DE ESCOLARIDADE	Nº	%
Ensino superior completo	5	10,0
Ensino superior incompleto	0	0,0
Ensino médio completo	2	4,0
Ensino médio incompleto	1	2,0
Ensino fundamental completo	10	20,0
Ensino fundamental incompleto	24	48,0
Analfabeta	1	2,0

¹⁸ Estas outras religiões são: Assembléia de Deus, Deus é Amor, Católica Brasileira e Evangelho Quadrangular.

¹⁹ Informações gerais sobre a estrutura sócio-econômica e cultural do município de Galvão, está melhor especificado no primeiro capítulo dessa dissertação.

N.S	4	8,0
N.R	3	6,0
Total	50	100,0

FONTE: Pesquisa de campo, 2004.

A realidade dos referidos pais, apresenta-se de forma equânime àquela encontrada junto aos pais dos alunos de ensino médio das escolas públicas nas treze capitais brasileiras, que apresentam basicamente os seguintes indicativos: “aqueles que estudaram até a 4ª série, os que cursaram o ensino fundamental e os que concluíram o ensino médio” (ABRAMOVAY; CASTRO, 2003, p.80). De acordo com estas autoras, é grande, entretanto, a diferença no nível de escolaridade entre os pais dos alunos das escolas públicas e privadas no Brasil. Enquanto a grande maioria dos pais de alunos das escolas privadas teve acesso ao ensino superior, a maioria dos pais de alunos das escolas públicas não passaram do ensino fundamental. “Essa tendência é uma indicação de que os alunos da rede pública chegam à escola, em tese, com uma bagagem cultural menor. Essa situação reforça a importância do papel da escola pública como um espaço para o desenvolvimento do potencial desses jovens” (Idem). Na análise das autoras, para que, no entanto, isso se torne realidade, é primordial que a escola pública ofereça um ensino de qualidade com vistas à superação das desvantagens dos jovens no nível familiar.

Na concepção de GUTMANN (2002), caberia a educação pública dar a todos os jovens uma educação democrática, adequada para exercerem o papel de cidadãos políticos. De acordo com esta autora, o interesse público, sobremaneira em relação à educação cívica, tem aumentado no decorrer das últimas décadas. Segundo o autor, é consequência “natural” esperarmos e contarmos com isso, “à luz do que a democracia exige da educação, à medida que as sociedades e o mundo se tornam mais complexos” (p.118). A educação, entretanto, apresenta deficiências cada vez mais visíveis, mas o poder público tem potencialmente ao seu alcance, o poder de resolver isso e proporcionar a todos os educandos uma educação que vá ao encontro de uma cidadania democrática.

Uma educação democrática deveria incluir a capacidade de ler e de escrever e a capacidade numérica em alto nível, mas também deveria incluir a aprendizagem cívica - compreendendo as habilidades, virtudes, direitos e responsabilidades de cidadãos, e como os cidadãos podem efetivamente exercê-los em um mundo cada vez mais complexo (Idem).

Esta educação cívica, afirma Gutmann, é quase impossível de ser efetivada por qualquer outra instituição que não as escolas,

pois a aprendizagem cívica depende da associação das crianças umas com as outras, de um jeito que modele os meios nos quais os cidadãos democráticos podem se associar construtivamente uns com os outros...O objetivo mais distintamente democrático de uma educação subsidiada publicamente é dar poder aos cidadãos, a fim de que possam empregar sabiamente seus direitos e responsabilidades para promover mais liberdade e justiça para todas as pessoas (Ibid., p.120).

A autora confirma que o público americano tem no topo de sua lista de prioridades a educação, enquanto questão politicamente relevante. As políticas democráticas que ora operam, entretanto, não transformam essa preocupação em ação, apesar de terem sido construtivas na última década, algumas mudanças nesta área.

No Brasil, o Estado tem se mostrado ineficiente no trato de questões que possam tornar os cidadãos politicamente mais ativos, persistindo assim traços tradicionais de desconfiança e ceticismo no comportamento da população em relação à política. Autores como Baquero (2004) e Chauí (2002), dentre outros, afirmam que as relações políticas estão pautadas pelo clientelismo e demais atitudes e crenças arraigadas, que formam o mosaico de toda uma estrutura histórica, a qual no momento atual, influencia fortemente a postura política dos brasileiros gerando constantes crises de governabilidade.

Nesse cenário, acreditamos ser de extrema relevância investigar como as novas gerações de adolescentes se posicionam diante de uma diversidade de assuntos referentes à política. Pontualmente, procuramos perceber como este grupo específico de jovens pensa, como recebe os ensinamentos e a aprendizagem e como processam esta aprendizagem, ou seja, como interpretam o conteúdo sócio-político recebido em sala de aula. Esta questão é mais claramente especificado em outros momentos, quando tratamos da participação política e a influência da escola enquanto instituição de socialização. Para examinar estas questões nos utilizamos de dados de pesquisa qualitativa e quantitativa.

4.3 – EFICÁCIA POLÍTICA NA ESCOLA

São inúmeras as questões que possibilitam analisar opiniões relacionadas à eficácia política na escola. “Por eficácia política entende-se a autopercepção da possibilidade de influenciar nas decisões políticas, ou seja, se os entrevistados acreditam que são efetivamente participantes, ou imaginam que, se fosse necessário, sua participação teria alguma influência na política” (BAQUERO, 1997, p.17). A presente pesquisa visa analisar basicamente a influência da escola no desenvolvimento da cidadania e na formação dos

conceitos e valores políticos. Objetiva sobremaneira, analisar as atitudes de um grupo de jovens educandos, que em função da própria idade têm limitada a sua participação nos eventos maiores da política como é o caso de eleições, partidos, campanhas eleitorais, etc. Para iniciar a discussão, procuramos nos ater inicialmente à eficácia política na escola, ou seja, o grau de participação e engajamento nos eventos e problemas que ocorrem na própria escola.

Na dimensão da eficácia política, abordamos a questão referente à postura dos jovens entrevistados frente a alguns problemas da escola. Questionados sobre seu engajamento nas discussões dos problemas relacionados à escola, afirmou discuti-los (44%), enquanto 46% disseram que às vezes discutem, 6% responderam que depende e, apenas 4% afirmaram não discutir. A percentagem dos jovens que discutem os problemas com os colegas é relativamente baixo, se levarmos em conta que no âmbito da sociedade, a escola é um espaço privilegiado de socialização, onde os mesmos passam boa parte de seu tempo e compartilham com os demais das regras do convívio social.

TABELA 7 – VOCÊ COSTUMA DISCUTIR OS PROBLEMAS DA ESCOLA COM SEUS COLEGAS?

RESPOSTAS	Nº	%
Sim	22	44,0
Depende	3	6,0
Às vezes	23	46,0
Não	2	4,0
Total	50	100,0

FONTE: Pesquisa de campo, 2004.

Questionados então como procedem quando não gostam de algo que ocorre na escola, obtivemos respostas que parecem apontar para uma postura pouco participativa, na medida em que, para os educandos entrevistados, caberia a escola ou aos pais e professores a resolução dos problemas. Essa afirmativa é confirmada pelo baixíssimo número (6%) de jovens que disseram procurar a entidade estudantil caso tenham algum problema, conforme podemos verificar na tabela abaixo:

TABELA 8 – QUANDO NÃO GOSTA DE ALGUMA COISA NA ESCOLA, O QUE FAZ?

RESPOSTAS	Nº	%
Reclama a direção	16	32,0
Procura o grêmio	2	4,0
Procura um professor	6	12,0
Reclama para os pais	15	30,0
Não faz nada	5	10,0
N.S	1	2,0

N.R	5	10,0
Total	50	100,0

FONTE: Pesquisa de campo, 2004.

A participação pouco acentuada dos estudantes no ambiente escolar se apresenta de forma ainda mais latente quando verificamos as respostas dadas a pergunta referente à filiação a alguma entidade estudantil. Como podemos averiguar na tabela 9, apenas 10% disseram pertencer a alguma entidade, enquanto 88% afirmaram que não pertencem.

TABELA 9 - VOCÊ PERTENCE A ALGUMA ORGANIZAÇÃO ESTUDANTIL?

RESPOSTAS	Nº	%
Sim	5	10,0
Não	44	88,0
N.R	1	2,0
Total	50	100,0

FONTE: Pesquisa de campo, 2004.

O número de estudantes que confirmou participar de alguma organização estudantil é pouco expressivo, indicando o baixo grau de participação dos mesmos na escola. Essa tendência é menos acentuada, quando questionamos sobre o interesse dos alunos em ocupar algum cargo de liderança estudantil. O percentual de entrevistados que respondeu afirmativa e negativamente apresenta-se empatado em 42%, conforme se verifica na tabela abaixo:

TABELA 10 - VOCÊ GOSTARIA DE OCUPAR ALGUM CARGO DE LIDERANÇA ESTUDANTIL?

RESPOSTAS	Nº	%
Sim	21	42,0
Não	21	42,0
Outras respostas	2	4,0
N.S	5	10,0
N.R	1	2,0
Total	50	100,0

FONTE: Pesquisa de campo, 2004.

Quando questionados se acreditam ser importante participar de alguma entidade estudantil, contudo, as respostas obtidas deixam clara a necessidade subjetiva de participação, na medida em que apresentam uma distinção em relação às respostas dadas as questões anteriores, pois a grande maioria de 96% dos alunos respondeu *sim*. As respostas, entretanto, parecem indicar um contra-senso. Se os alunos afirmam que sua participação é importante, por que não participam efetivamente nas entidades?

Uma outra questão que traz respostas aparentemente contraditórias, é a que se refere ao grau de influência dos alunos nas decisões da escola (TABELA 11). Para tal questionamento quase que a totalidade dos estudantes considera que deveriam ter alto grau de influência (70%) ou médio grau de influência (28%), tendo apenas 2%, que não respondeu. Vale ressaltar que os estudantes responderam achar importante a participação em entidades estudantis e responderam serem favoráveis a influenciar nas decisões da escola. Isso pode ser entendido como “indicativo de um interesse subjetivo de participação política” (BAQUERO, 1997, p.20).

TABELA 11 – VOCÊ ACHA QUE OS ALUNOS DEVERIAM TER INFLUÊNCIA NAS DECISÕES DA ESCOLA?

RESPOSTAS	Nº	%
Alto grau de influência	35	70,0
Médio grau de influência	14	28,0
N.R	1	2,0
Total	50	100,0

FONTE: Pesquisa de campo, 2004.

Na análise das respostas acima, podemos identificar que apesar de ser pouco expressiva a participação em organizações estudantis (10%), um percentual maior (42%) de alunos afirma que gostaria de ocupar algum cargo de liderança. Esses dados mudam consideravelmente, chegando a 96% e 98%, quando questionados respectivamente sobre a importância de participar de entidades e influenciar nas decisões da escola. Isso nos leva a crer, a princípio, que os estudantes são favoráveis a idéia de participação, mesmo que não estejam engajados enquanto lideranças nas entidades estudantis. Talvez isso se deva ao fato de esse grupo de educandos ter tido contato maior com o “grêmio estudantil”, somente no último ano do ensino médio, pois segundo informações dos próprios alunos, ele estava desativado há muitos anos e foi justamente esta turma de formandos, com incentivo da direção da escola e professores que o reativou e promoveu eleição para designar as lideranças que reorganizariam esse canal legítimo de participação.

É plausível supormos, segundo Baquero (1997), a partir desses dados, que já na escola os estudantes manifestam um considerável grau de eficácia política subjetiva. Dada à importância dessa instituição na socialização política, “é bastante provável que esse padrão (...) de interesse em influir nas decisões (...) deva-se manter (ou reforçar) ao longo da vida” (p.21).

Para aprofundarmos melhor a discussão da influência ou não da escola na formação político-cultural e cidadã desse grupo específico de adolescentes, estaremos na seqüência abordando questões mais direcionadas, no intuito de contemplar assim um dos objetivos específicos da presente pesquisa.

4.4 – A INFLUÊNCIA DA ESCOLA NA FORMAÇÃO POLÍTICA DOS JOVENS EDUCANDOS

O PPP (2004) da Escola de Educação Básica Verônica Sênem, conforme descrito no capítulo primeiro desta dissertação, tem como finalidade, entre outras, o “aprimoramento do educando como pessoa, incluindo a formação política, moral e ética, o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico, promovendo a socialização do saber e do poder” (p.5). Através de questões específicas, procuramos perceber a partir das respostas dadas pelos alunos pesquisados, se a referida instituição cumpre esta finalidade e com isso prepara-os para o exercício da cidadania.

Para que o educando desenvolva de fato uma relativa autonomia intelectual, e sintase estimulado a participar das discussões em sala de aula, faz-se necessário que os professores valorizem neles os conhecimentos extra escolares, conforme assegura a LDB. Quando levantamos tal questionamento, somando as respostas, *todo conhecimento é valorizado e algum conhecimento é valorizado*, obtivemos uma porcentagem acumulada bastante elevada (84%), conforme podemos conferir na tabela abaixo.

TABELA 12- NA SUA OPINIÃO, O CONHECIMENTO E AS EXPERIÊNCIAS EXTRA-ESCOLARES SÃO VALORIZADAS PELOS PROFESSORES?

RESPOSTAS	Nº	%
Todo conhecimento é valorizado	8	16,0
Algum conhecimento é valorizado	34	68,0
Nenhum conhecimento é valorizado	4	8,0
N.S	2	4,0
N.R	2	4,0
Total	50	100,0

FONTE: Pesquisa de campo, 2004.

Esse resultado nos leva a supor, num primeiro momento, que esta unidade escolar através dos professores, procura cumprir os objetivos propostos no PPP (2004) de trabalhar em prol de uma educação democrática e participativa. Essa dimensão vai ao encontro do ideal de homem expresso na LDB, que encara o jovem sob a perspectiva da pessoa e para tanto busca contemplar o pleno desenvolvimento do educando. O artigo 2º da LDB nos dá o ideal da educação brasileira: “Art. 2º- A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Nesse sentido, nossa abordagem se volta para as fronteiras entre família/escola, através da seguinte pergunta: “Na sua opinião, quem desempenha um papel mais relevante no processo de sua formação para se tornar um cidadão consciente e participativo?”. Na tabela 13 podemos conferir que dentre os jovens, 90% afirmaram ser a família e 6% respondeu ser a escola quem desempenha papel mais relevante para sua formação cidadã.

TABELA 13- NA SUA OPINIÃO, QUEM DESEMPENHA UM PAPEL MAIS RELEVANTE NO PROCESSO DE SUA FORMAÇÃO PARA SE TORNAR UM CIDADÃO MAIS CONSCIENTE E PARTICIPATIVO?

RESPOSTAS	Nº	%
A escola	3	6,0
A família	45	90,0
Outras instituições	1	2,0
N.S	1	2,0
Total	50	100,0

FONTE: Pesquisa de campo, 2004.

Confirmando a tendência nacional, esse resultado nos leva a perceber que a família é para esse grupo de jovens entrevistados, como ordem natural difundida em nossa cultura, uma poderosa força simbólica. De acordo com SARTI (2004), “ninguém se atreveria a contestar a força simbólica dos laços de sangue em nossa cultura ibérica/ocidental, com os nomes de família” (p.121). Nessa linha de argumentação, a autora destaca que as fronteiras da família são delimitadas pela história. As mesmas são, no entanto, redefinidas constantemente de acordo com os mais distintos discursos.

Segundo a mesma autora, os limites impostos pelo mundo familiar que são demarcados historicamente e criam sua identidade, “são abalados pela ação individualizada de cada um de seus membros, que reagem singularmente às relações internas e trazem à convivência cotidiana a experiência também singular com o mundo exterior” (Ibid, p.122). Os jovens em particular, na concepção da autora, caracterizam-se justamente pela busca de outros referenciais para a construção de uma identidade própria como parte natural de um processo de individuação, através de outros espaços, como por exemplo, a escola.

Ao interagir com outras instituições socializadoras, fora do contexto familiar, os jovens “podem criar espaços próprios de sociabilidade que em maior ou menor grau lhe dão características específicas e vão modelando o seu fazer político na sociedade” (PRÁ, 2004, p.94). Desse prisma, há de se destacar a pertinência de investigarmos se a escola, na opinião dos alunos, contribui de fato para sua formação política e seu comportamento frente ao exercício da cidadania.

Convergindo com essa reflexão, algumas questões referentes a difusão de valores relacionados à ordem democrática foram levantadas. Quando questionados se na sala de

aula são difundidos valores relacionados à ordem democrática, somando-se as respostas *concorda muito e concorda*, temos um percentual acumulado de 70%, contra 22% de *não concorda*. Frente a afirmação “a escola cumpre plenamente a função de formação do cidadão possibilitando aos seus alunos o acesso ao conhecimento que permite a compreensão da realidade política em que estamos inseridos”, 68% deles concordaram e concordaram muito, contra 22% que não concordaram nem discordaram e 6% que discordaram e discordaram muito. As respostas dadas indicam que os alunos atribuem a escola um perfil extremamente politizado, como podemos conferir nas tabelas 14 e 15 e nos depoimentos que seguem.

TABELA 14 – NA SALA DE AULA SÃO DIFUNDIDOS VALORES RELACIONADOS À ORDEM DEMOCRÁTICA. EM RELAÇÃO A ESTA AFIRMATIVA VOCÊ:

RESPOSTAS	Nº	%
Concorda muito	7	14,0
Concorda	28	56,0
Não concorda nem discorda	11	22,0
N.S	2	4,0
N.R	2	4,0
Total	50	100,0

FONTE: Pesquisa de campo, 2004.

TABELA 15 – VOCÊ CONCORDA OU DISCORDA DA SEGUINTE AFIRMAÇÃO: “A ESCOLA CUMPRE PLENAMENTE A FUNÇÃO DE FORMAÇÃO DO CIDADÃO POSSIBILITANDO AOS SEUS ALUNOS A COMPREENSÃO DA REALIDADE POLÍTICA ATUAL”.

RESPOSTAS	Nº	%
Concorda muito	9	18,0
Concorda	25	50,0
Não concorda nem discorda	11	22,0
Discorda	2	4,0
Discorda muito	1	2,0
N.R	2	4,0
Total	50	100,0

FONTE: Pesquisa de campo, 2004.

Seguimos com indagações que pudessem avaliar a percepção dos alunos em relação a capacidade e a influência da família e da escola na sua formação para a cidadania, quando estas duas instituições mantêm uma relação de parceria em prol dos educandos. “A relação entre família-escola-aluno é importante para a formação da cidadania? Por quê?”. Aparece claramente nas respostas dadas, a representação social da escola como agente socializador de valores políticos e a família aparece como agente socializador dos valores e costumes. Há

também respostas que explicitam como os alunos valorizam o vínculo entre família e escola, atribuindo a cada uma um valor supremo.

A escola e a família possuem um papel importantíssimo na formação do aluno enquanto cidadão. Da família adquirimos nossos próprios valores, enquanto na escola adquirimos a parte teórica. Juntando as duas, o aluno pode ter uma boa formação sobre cidadania e ser um bom cidadão, participante na sociedade e na política (Carla).²⁰

Sim, porque é na escola e na família que começamos a discutir e debater sobre assuntos sociais, e conseqüentemente começamos a desenvolver nossa razão em relação a determinados assuntos e nos tornando cidadãos conscientes e participativos (José).

Sim, pois a escola cumpre o seu papel de repassar o conhecimento adquirido pelos professores aos alunos, mas não basta só a escola fazer seu papel se a família não colabora. A família deve se interessar pelo conhecimento de seus filhos e também ajudá-los com suas dúvidas. Então família, escola, aluno sempre devem seguir juntos (Lucas).

Sim, porque a nossa educação política e cidadã depende muito da família e da escola (Joana).

Perguntamos então: “Qual é o papel da educação política escolar na atualidade?”, e obtivemos respostas que dão bem a dimensão que a escola ainda tem para estes alunos. Eles ainda depositam nela um grau relativamente alto de confiança, contradizendo nesse caso, autores como Sartori (1999), que afirmam que esta instituição está sendo suprimida em sua função educativa, mediante os meios de comunicação, em especial a televisão.

Mostrar aos jovens o valor da democracia. Que a compra de voto desvaloriza o próprio cidadão e atrapalha muito o processo de democracia de um país. A escola quer nos mostrar o quanto é importante a pessoa ter sua própria opinião, auto valorizar-se como cidadão e inteirar-se do processo político (Tiago).

È um papel muito importante pois nos auxilia a ver e pensar de outras maneiras e, assim aumentar os nossos conhecimentos para resolver ou solucionar nossas dúvidas de forma certa, clara e objetiva (Maurício).

Em consonância com estas respostas, encontramos na pergunta seguinte: (Você acha que a escola, através dos professores, prepara os alunos para o desenvolvimento da cidadania e influencia na formação dos conceitos e valores políticos? De que maneira?), argumentos que nos levam a perceber que para os alunos entrevistados a escola exerce um alto grau de influência em sua formação política tanto quanto ao conteúdo como quanto a forma de os professores trabalharem. Deixam igualmente claro que as discussões e debates em sala de aula, os torna ativos e que os professores são preparados para lhes dar uma maneira de “defender-se do mundo” (Vítor). As respostas dos entrevistados (algumas delas

descritas abaixo) mostraram que o professor tem um papel claro como agente de socialização política.

Sim. Há várias maneiras de preparação dos alunos para o desenvolvimento da cidadania e valores políticos. A escola faz isso através de debates, discussões, etc. (Marina).

Sim, com debates, explicações, que os professores colocam em prática para nós estudantes, com seus conhecimentos sobre valores políticos e democracia (Alessandra).

Prepara e influencia, de maneira que ela desperta nos estudantes um pensamento crítico, ajudando a enxergar o que acontece em nossa sociedade hoje (Daniela).

Sim, pois os professores passam para nós seus conhecimentos debatendo as situações políticas de nosso país e nosso município (Pedro).

Sim. Um exemplo é quando estudamos em grupos(sobre), principalmente nas aulas de Ética, Sociologia e Filosofia, com explicações dos professores, entre outras formas (Clara).

Acrescentemos aos já enunciados resultados sobre o papel fundamental que a escola representa na vida e na formação política dos jovens por nós entrevistados, alguns depoimentos tomados à parte (em separado da aplicação dos questionários), para que não restem dúvidas sobre os resultados até o momento apurados. Foram depoimentos colhidos com o auxílio da professora de Língua Portuguesa, que buscava conosco, apreender junto a este grupo de alunos que cursam o último ano do Ensino Médio, uma visão geral sobre a escola e a importância da mesma durante seu processo de aprendizagem desde as séries iniciais. Obtivemos um resultado que converge para a confirmação da hipótese inicial de nosso trabalho, segundo a qual a escola, em pleno século XIX, contrariando alguns teóricos como Sartori²¹, desempenha papel extremamente relevante na vida dos jovens educandos por nós entrevistados.

Foram anos de estudos, tudo em busca de um objetivo: estar preparado para o mundo. Hoje, olhamos para trás e vemos os passos que demos e nos sentimos orgulhosos em dizer que os nossos mestres, amigos professores, nos mostraram o caminho e nos deram as mãos. Agora estamos prontos e carregando nossa bagagem de conhecimentos, a qual eles ajudaram a construir e nos ensinaram a usar.(...) fomos educados a desenvolver em nossa escola e no dia-a-dia nossa personalidade, o nosso ponto de vista. Não foi apenas abrir os livros e citar as páginas para o conhecimento, foram conselhos de mestres que nos fizeram chegar aqui (Bruna).

²⁰ Os nomes dos alunos são fictícios.

²¹ Vale frisar, que Sartori fala de jovens urbanos, em um contexto diferenciado dos jovens por nós pesquisados, residentes em uma cidade interiorana, num contexto bem diferenciado.

A escola nos ensinou a enfrentar a vida de um amaneira objetiva, a viver em uma sociedade que exige o melhor de cada um de nós. É através dela que demos continuidade em aprender e descobrir nossos valores, nosso verdadeiro potencial, aprendemos a defender nossas idéias e lutamos por nossos ideais.(...)Depois de muitos anos na escola, como nós que estamos concluindo o ensino médio, podemos dizer que a escola é motivo de alegria e orgulho para os jovens que nela construíram um conhecimento e que agora preparam-se para irem em busca de um espaço, freqüentar uma faculdade e sermos cidadãos respeitáveis e valorizados na profissão e na vida que escolhermos, mas acima de tudo, sermos valorizados e reconhecidos como pessoas que somos (Daiane).

Ao sistematizarmos as conclusões permitidas pelas respostas dadas às questões acima e os depoimentos dos alunos, parece-nos ter ficado bem explícito a importância atribuída a escola e a influência que a mesma exerce na formação política e cidadã dos jovens em questão. Na próxima seção, através de uma bateria de questões, estaremos analisando as percepções e os valores políticos desse grupo específico de educandos.

4.5 – VALORES E INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS

Os elementos apresentados no decorrer da discussão teórica que antecede a presente análise, sinalizam para a importância de compreender como as novas gerações constroem seus valores sobre as questões políticas na sociedade atual, tendo em vista que é fundamental para a democracia contemporânea, que haja, num sentido amplo, o envolvimento dos cidadãos na política.

A democracia exige uma cidadania ativa, na medida em que é através da discussão, do interesse e do envolvimento na política que ela pode se fortalecer. Sem a participação dos cidadãos, a história tem mostrado (...) que a democracia perde em legitimidade e em qualidade (BAQUERO, 2004, p.134).

Para podermos perceber o grau de envolvimento dos jovens educandos por nós pesquisados, procuramos identificar sua adesão ou não aos valores mais gerais que compõem o sistema democrático, relacionando-os ao tema da participação política, tido aqui como elemento fundamental. Nosso objetivo maior num primeiro momento foi identificar a adesão desse grupo específico de educandos à democracia na sua dimensão geral e abstrata.

Procuramos num segundo momento, apreender igualmente, o grau de confiança desses jovens em relação as instituições democráticas brasileiras, com o objetivo de identificar entre eles, a existência ou não de uma paridade entre a adesão aos valores e as instituições concretamente existentes.

4.5.1 – Interesse por política

Nos estudos sobre cultura política, um dos indicadores clássicos é o que busca relacionar e identificar o grau de interesse que os diversos grupos e segmentos sociais possuem em relação às questões referentes à política (MOISÉS, 1995).

No Brasil, o comportamento da população em relação aos assuntos políticos tem sido objeto de inúmeras controvérsias. Para Moisés (1995), o brasileiro tem atitudes e posicionamento crítico no que se refere à política, manifestando espírito associativo deixando clara sua preferência pelo regime democrático. Este autor aponta para uma mudança em curso na cultura política por intermédio de comparativos de algumas variáveis como o grau de interesse manifestado pelos entrevistados, em pesquisa realizada no âmbito nacional. Os dados por ele apresentados indicam que este interesse tem crescido consideravelmente desde a década de 80, com o desenvolvimento de instituições democráticas nacionais, o que chegou a atingir no ano de 1993 o percentual de 68,7%, contra os 60,5% registrados em 1989 (MOISÉS, 1995, p.124).

Este aumento é significativo, apesar de ser elevado o percentual (mais de 30%) da população brasileira que declarou sua falta de interesse por política, haja visto que no Brasil, como afirma Moisés (1995), os valores antidemocráticos, enraizados desde o período colonial, possuem grande poder de permanência.

Os resultados dessa questão podem apresentar sensíveis diferenças quando se trata de um universo de pesquisa mais restrito e localizado. Como exemplo, temos o caso de uma pesquisa realizada junto a um grupo de adolescentes no Estado do Rio Grande do Sul, nos municípios de Porto Alegre, Santa Maria e Santa Cruz do Sul, onde 51% dos entrevistados afirmaram não se interessar por política (BAQUERO, 1997).

Em se tratando do nosso estudo, o pressuposto que orientou a formulação desta e das demais questões que podem averiguar o grau de interesse dos adolescentes por política, é de que os mesmos se mostram interessados, tendem a engajar-se em grau razoavelmente alto nas discussões públicas e tornarem-se cidadãos participantes e críticos, o que favorece o desenvolvimento e a legitimidade da democracia, pois, como enfatizamos anteriormente, a participação é entendida neste contexto como um elemento que muito além de ser compatível com o regime democrático, é primordial para seu fortalecimento.

O quadro por nós encontrado junto aos adolescentes entrevistados, a princípio parece indicar um considerável grau de interesse por política. A primeira pergunta, como pode-se

verificar (TABELA 16), um percentual acumulado de 90% respondeu ter interesse por política, sendo que 6% responderam ter um grau muito alto de interesse, 24% alto grau e 60% médio grau de interesse por política.

TABELA 16 -“DE UM MODO GERAL, QUAL O SEU GRAU DE INTERESSE POR POLÍTICA?”

RESPOSTAS	%	Nº
Muito alto	6,0	3
Alto	24,0	12
Médio	60,0	30
Baixo	2,0	1
Muito baixo	2,0	1
N.S	2,0	1
N.R	4,0	2
TOTAL	100,0	50

FONTE: Pesquisa de campo, 2004.

Note-se a semelhança das indicações de interesse por política com as respostas dadas às questões sobre a importância da participação em entidades estudantis, onde 96% dos alunos respondeu que acha importante participar. Outra indicação semelhante aparece quando questionados sobre a influência que os alunos deveriam ter nas decisões da escola (TABELA 11), a qual 70% dos mesmos responderam que deveriam ter alto grau de influência e 28% responderam que deveriam ter médio grau de influência, assim com um percentual acumulado de 96% dos entrevistados que afirmou entre as respostas “sim” (44%), “depende” (6%) e “às vezes” (46%), que discutem os problemas da escola, respostas estas que podem indicar uma relação entre as variáveis.

As respostas obtidas na análise agregada destas questões, indicam claramente a existência de uma correlação positiva entre interesse por política e interesse pelas questões referentes a seu cotidiano, vindo a reforçar a importância da socialização política em seus princípios teóricos.

A participação política dos jovens em questão também foi observada a partir de seu engajamento efetivo nas atividades políticas em períodos eleitorais. Este interesse se manifesta igualmente quando constatamos (TABELA 17) que 62% dos entrevistados afirmaram comparecer a comícios e reuniões(42%) para ouvir debates sobre a eleição. Esses dados nos levam a perceber que em termos formais, dentro das possibilidades que a democracia representativa oferece, os jovens em questão participam da política.

TABELA 17 - “FALANDO DA CAMPANHA ELEITORAL DO ÚLTIMO ANO, VOCÊ:”

PERGUNTAS	Sim	Não	NS/NR	TOTAL
Compareceu a algum comício?	31	9	10	50 (100%)
Deu dinheiro para a campanha de algum dos partidos?	5	44	1	50 (100%)
Fez algum trabalho para algum candidato ou partido, p.e., colocando cartazes, distribuindo propagandas, transportando gente?	12	38	0,0	50 (100%)
Colocou cartazes em sua casa, automóvel ou local de trabalho?	25	25	0,0	50 (100%)
Compareceu a alguma reunião para ouvir debates sobre a eleição, p.e., em associações de bairro, centro comunitário, etc.?	21	28	1	50 (100%)
Usou broches de algum candidato?	19	30	1	50 (100%)

FONTE: Pesquisa de campo, 2004.

Ainda na dimensão interesse por política, os alunos foram questionados se costumam falar de política em casa, com pessoas da família, no trabalho e com vizinhos. Conforme os dados da tabela abaixo indicam, o aspecto que chama a atenção são as respostas dadas no quesito “família”, pois 64% dos entrevistados afirmaram conversar sobre política. Aqui se apresenta uma elevada diferença se compararmos as respostas dadas em relação aos demais grupos sociais em que constam que as conversas sobre política são menos frequentes. Com os amigos, 52% dos jovens responderam que raramente conversam sobre política, com os colegas de escola e de trabalho 62%, com os vizinhos 42% e 70% deles responderam que nunca conversam sobre política com pessoas que conhecem na rua.

TABELA 18- “VOCÊ COSTUMA FALAR DE POLÍTICA EM CASA, COM PESSOAS DA FAMÍLIA, NO TRABALHO, COM VIZINHOS, ETC?”

TIPO DE PESSOA	Freqüentemente	Raramente	Nunca	NS/NR	TOTAL
Família	32 (64%)	14 (28%)	2 (4%)	2 (4%)	50 (100%)
Colegas de trabalho/escola	6 (12%)	31 (62%)	12 (24%)	1 (2%)	50 (100%)
Amigos	15 (30%)	26 (52%)	7 (14%)	2 (4%)	50 (100%)
Vizinhos	14 (28%)	21 (42%)	12 (24%)	3 (6%)	50 (100%)
Outros	0,0	11 (22%)	35 (70%)	4 (8%)	50 (100%)

FONTE: Pesquisa de campo, 2004.

Esse padrão encontrado, além de reiterar a tese de ser a família o *locus* privilegiado de socialização política e de desempenhar papel relevante na formação da cidadania (TABELA 13, primeira seção do terceiro capítulo), comprova que é nesta instituição tradicional que este

grupo de jovens, seguindo a tendência nacional,²² depositam uma confiança básica. Em pesquisas realizadas com adolescentes da região Sul do Brasil para examinar o tema de socialização política, a família

é a instituição que aparece em toda a pesquisa *A Voz dos Adolescentes* como estratégica e decisiva na formação de conceitos (...) é tida como o primeiro grupo de referência dos adolescentes, apontada pela garantia de seus direitos e bem-estar(85%)...é significativa entre entrevistados de todas as raças, etnias e classes sociais (PRÁ, 2004, p.110-111).

Ainda sobre as questões relacionadas com interesse por política, foi perguntado aos estudantes por nós entrevistados se eles assistiram na televisão algum debate entre candidatos nas últimas eleições e, 80% deles responderam afirmativamente, conforme podemos conferir na tabela abaixo.

TABELA 19 - “VOCÊ ASSISTIU NA TELEVISÃO ALGUM DEBATE ENTRE CANDIDATOS NAS ÚLTIMAS ELEIÇÕES?”

RESPOSTAS	%	Nº
SIM	80	40
NÃO	16	8
NS/NR	4	2
TOTAL	100,0	50

FONTE: Pesquisa de campo, 2004.

As respostas encontradas até o momento indicam que o formal da democracia representativa é expressiva na pesquisa. Pode-se identificar um elevado grau de participação e interesse em atividades e assuntos relacionados a política. Isso pode ser confirmado com os dados apresentados abaixo (TABELA 20), onde um percentual acumulado de 94% dos entrevistados afirmam ler notícias sobre política nos jornais e revistas: diariamente (22%), pelo menos uma vez por semana (22%) e de vez em quando (50%). Nestes três quesitos 64% (percentual acumulado) ouvem o noticiário pelo rádio e 92% assistem noticiário político na TV.

TABELA 20 - “VOCÊ COSTUMA:”

PERGUNTAS	Sim, diariamente	Sim, pelo menos 1 vez por semana	Só de vez em quando	Nunca	NS/NR	TOTAL
-----------	---------------------	--	------------------------	-------	-------	-------

²² Ver reportagem na revista ISTO É, 5 de maio/2004 N°1804, p.54, onde uma pesquisa realizada pelo Instituto Cidadania comprova que a juventude brasileira é “apegada a família” e que, 82% dos jovens entrevistados querem continuar morando junto com os pais.

Ler notícias nos jornais ou revistas	11 (22%)	11 (22%)	25 (50%)	1 (2%)	2 (4%)	50 (100%)
Ouvir o noticiário político no rádio	4 (8%)	9 (18%)	19 (38%)	17 (34%)	1 (2%)	50 (100%)
Assistir o noticiário político na TV	13 (26%)	8 (16%)	25 (50%)	3 (6%)	1 (2%)	50 (100%)

FONTE: Pesquisa de campo, 2004.

Quando questionados se acessam notícias sobre política pela internet, 82% dos entrevistados afirmaram que nunca o fazem, enquanto 18% ficaram com as alternativas de vez em quando e nunca. Isso se deve sobretudo ao fato de a grande maioria não ter computador em casa e, portanto, o acesso a internet torna-se praticamente inviável.

Por fim foi perguntado aos estudantes se participariam das atividades políticas se convidados e 50% deles disseram que participariam contra 16% que disseram que não participariam. Se compararmos estas respostas com as anteriores (TABELA 17) que questionam de forma direta a participação em eventos políticos, observamos que o número de educandos que afirmou participar de atividade política se convidado, pode ser entendido talvez não como efetivos, mas como de potenciais participantes de atividades políticas. Sendo assim, em consonância com as demais questões sobre participação e interesse por política, verificamos um grau considerável de participação política desse grupo de jovens educandos.

Os dados apresentados até o momento, nos levam a supor que as orientações subjetivas da maioria dos jovens em questão são relativamente congruentes com o regime político democrático, tal como os estudos sobre cultura política o define, pois se manifestam interessados por política. Em decorrência desse resultado, acenamos com a possibilidade de definir *a priori*, a cultura política deste grupo de adolescentes, como dotada de orientações compatíveis com a democracia tanto na sua dimensão abstrata quanto efetiva, se levarmos em conta o ideal participacionista que se manifesta objetivamente em ações concretas.

TABELA 21 - “ PARTICIPARIA DE ATIVIDADES POLÍTICAS SE CONVIDADO?”

RESPOSTAS	%	Nº
Sim	50	25
Não	16	8
Outras respostas	14	7
NS/NR	20	10
TOTAL	50	100,0

FONTE: pesquisa de campo, 2004.

4.5.2 – Confiança e adesão às instituições

“Há uma característica psicocultural que autores que trabalham com o conceito de cultura política (...) consideram central para o funcionamento de um sistema democrático de governo: a confiança nos concidadãos. Compreende-se a estreita vinculação entre confiança mútua e democracia” (CARVALHO, 1998, p.14). De acordo com Baquero (2004), um dos elementos que incide de forma direta na sedimentação da confiança é a percepção dos cidadãos em relação ao grau de corrupção política.

A prática da corrupção afeta negativamente os princípios políticos democráticos e, resultante disso a fé das pessoas no processo político diminui consideravelmente. “Corrupção é um indicador importante de desempenho político e mostra que níveis elevados de corrupção reduzem o apoio às instituições democráticas. Assim, a confiança política ou apoio ao sistema é um indicador importante de uma cultura política democrática cívica saudável” (BAQUERO, 2004, p.137). De acordo com este autor, a desconfiança no governo é um fator que pode somar negativamente para a estabilidade e mesmo a sobrevivência da democracia. Essa preocupação reforça a relevância de pesquisas que possam vir a mensurar o grau de confiança das novas gerações em relação ao funcionamento da política e de suas instituições, particularmente aqui no Brasil, onde historicamente prosperam com muito mais intensidade “as bases da desconfiança e apatia, gerando padrões atitudinais e comportamentais que, se não comprometem o regime democrático, estabelecem (...) um cenário de instabilidade permanente onde prevalecem as relações verticais e de troca de favores” (Ibid., p.141).

Visando contemplar objetivos da presente pesquisa, nesta seção passamos a analisar os resultados obtidos via questionamento sobre o grau de confiança dos jovens entrevistados em relação à alguns personagens e instituições políticas democráticas, buscando compreender como estes estruturam seus sistemas de crenças sobre a política. De forma consistente os dados da tabela 22 possuem indicativos explícitos de variações no grau de desconfiança dos entrevistados em relação aos diferentes personagens e instituições políticas no Brasil.

TABELA 22 - “ COM RELAÇÃO AOS SEGUINTE PERSONAGENS E INSTITUIÇÕES, QUAL O SEU GRAU DE CONFIANÇA?”

PERSONAGENS E INSTITUIÇÕES	Confia muito	Confia pouco	Confia	Não confia	NS/NR	Total
Parentes	18 (36%)	13 (26%)	15 (30%)	3 (6%)	1 (2%)	50 (100%)
Amigos	9 (18%)	16 (32%)	18 (36%)	5 (10%)	2 (4%)	50 (100%)

Vizinhos	3 (6%)	24 (48%)	10 (20%)	11 (22%)	2 (4%)	50 (100%)
Polícia	3 (6%)	20 (40%)	8 (16%)	15 (30%)	4 (8%)	50 (100%)
Políticos	18 (36%)	0 (0,0%)	4 (8%)	26 (52%)	2 (4%)	50 (100%)
Judiciário	4 (8%)	14 (28%)	20 (40%)	7 (14%)	5 (10%)	50 (100%)
Militares	1 (2%)	18 (36%)	19 (38%)	11 (22%)	1 (2%)	50 (100%)
Ministério Público	1 (2%)	19 (38%)	17 (34%)	9 (18%)	4 (8%)	50 (100%)
Colegas	5 (10%)	18 (36%)	19 (38%)	6 (12%)	2 (4%)	50 (100%)
Governo	1 (2%)	23 (46%)	9 (18%)	14 (28%)	3 (6%)	50 (100%)
Igreja	14 (28%)	13 (26%)	17 (34%)	4 (8%)	2 (4%)	50 (100%)
Partidos políticos	1 (2%)	22 (44%)	4 (8%)	21 (42%)	2 (4%)	50 (100%)
ONGs	6 (12%)	17 (34%)	11 (22%)	12 (24%)	4 (8%)	50(100%)
Senado	0 (0,0%)	22 (44%)	6 (12%)	18 (36%)	4 (8%)	50 (100%)
Câmara Federal	0 (0,0%)	19 (38%)	10 (20%)	14 (28%)	7 (14%)	50 (100%)
Câmara Estadual	0 (0,0%)	16 (32%)	11 (22%)	17 (34%)	6 (12%)	50 (100%)
Câmara Municipal	5 (10%)	19 (38%)	15 (30%)	7 (14%)	4 (8%)	50 (100%)
Na democracia	8 (16%)	16 (32%)	19 (38%)	4 (8%)	3 (6%)	50 (100%)
Nas pessoas	6 (12%)	19 (38%)	16 (32%)	6 (12%)	3 (6%)	50 (100%)

FONTE: Pesquisa de campo, 2004.

Quando abordamos a esfera pública, encontramos dados semelhantes aos apresentados por Baquero (2004, p.141), junto aos jovens porto-alegrenses. Fica claro o reduzido nível de confiança dos jovens nos políticos e nos partidos políticos, a medida que responderam respectivamente 52% e 42% não confiar nesses personagens e instituição. Nos senadores, por sua vez, 44% confia pouco e 36% não confia, em deputados federais, 38% confia pouco e 28% não confia; na câmara estadual 22% confia pouco e 34% não confia. O índice de desconfiança diminui sensivelmente a medida que a política se aproxima mais de seu cotidiano, neste caso em relação a câmara municipal entre confia muito (10%) e confia (30%), temos um percentual acumulado de 40%. Esses resultados se por um lado indicam uma margem reduzida de confiabilidade, por outro indicam uma autonomia crítica dos entrevistados na medida em que as estâncias federais, estaduais e municipais apresentam um grau de confiabilidade bem diferenciados.

A questão democracia, por sua vez, apresenta um misto de valores confiança/desconfiança, na medida em que as opiniões se dividem com 16% afirmando que confia muito e 38% que confia, tendo um percentual acumulado de 54% contra 8% que não confia e 32% que confia pouco. Esse índice de desconfiança com a democracia pode caracterizar resquícios de valores herdados de um passado recente e, que se perpetua e se reproduz entre as novas gerações.

Em outras instituições como a polícia, 70% confia pouco e não confia contra apenas 22% que confia e confia muito. No judiciário os dados se invertem na medida em que 48% dos

jovens confia e confia muito, contra 42% que confia pouco e não confia. Nos militares 40% respondeu confiar e confiar muito e 58% confia pouco e não confia. Essa situação é mais delicada justamente por se tratar de jovens que estão entrando no mundo político e iniciando sua participação nos pleitos eleitorais com predisposições relativamente hostis e um tanto quanto desconfiados em relação à algumas instituições responsáveis pelo andamento de uma sociedade democrática.

Se comparando poder laico versus poder religioso, é interessante perceber a acentuada diferença no grau de confiança entre um e outro. Nos itens confia muito (28%) e confia (34%) em relação a igreja temos um percentual acumulado de 62%, enquanto que em relação ao governo temos 2% que confia muito e 18% que confia, acumulado de apenas 20%. Apesar de a família e a escola, como vimos em momentos anteriores, constituírem-se no principal esteio para este grupo de jovens, a igreja ainda se mantém com significativos índices de confiabilidade, enquanto o governo têm destacadamente, índices reduzidos de confiança.

Quando abordamos a esfera privada (colegas, amigos, parentes, vizinhos e pessoas), a situação se apresenta de forma mais branda, embora condicional, não irrestrita. Nesse caso os jovens deixaram claro mais uma vez o quão presente está o poder tradicional da família, pois demonstraram ter mais confiança nos parentes (66% entre confia e confia muito), do que nos amigos (54%), colegas (48%), pessoas (44%) e nos vizinhos (26%).

Se esses dados forem contextualizados no âmbito da vida cotidiana, “podem ser lidos como indicativo de uma crescente erosão dos laços sociais” (BAQUERO, 2004, p.142). Os dados sugerem que a confiança recíproca não é um imperativo entre as novas gerações. Carvalho (1998) apresenta dados mais alarmantes em pesquisa feita no Rio de Janeiro, com jovens entre 16 e 24 anos, dentre os quais 74% não confiam em seus concidadãos em contrapartida com 25% que confiam. “A confiança no próximo diminui radicalmente entre os mais jovens, o que não traz boas notícias para o futuro da democracia”(idem:p.15). As diferenças dos dados apresentados por Carvalho em relação aos jovens por nós pesquisados, mostram que o grau de confiabilidade é infinitamente maior entre estes do que entre os cariocas.

O objeto seguinte das nossas indagações foi o voto, entendido neste contexto como uma instituição política. Quando o assunto é voto, podemos perceber que o interesse de participar das eleições se manifesta acentuadamente e de forma explícita, pois a maioria absoluta concordou que o voto é “muito importante” (90%) e é importante (10%), demonstrando assim opinião inquestionavelmente favorável à prévia de que existe uma forte adesão a esta

instituição democrática. Tais resultados demonstram que o formal da democracia representativa está introjetado dentre os valores políticos desse grupo.

TABELA 23 - “VOCÊ ACHA QUE O VOTO É IMPORTANTE?”

RESPOSTAS	%	Nº
É muito importante	90	45
É importante	10	5
TOTAL	100	50

FONTE: Pesquisa de campo, 2004.

Os resultados encontrados com a pergunta “Não sendo obrigatório o voto, você votaria assim mesmo?” (TABELA 24), vem corroborar para a afirmativa de que o nível de consciência política e de participação dos jovens entrevistados é bastante significativo, uma vez que a questão obteve o “Sim” de 84% dos mesmos. Isso maximiza o nível de participação e consciência política encontrados anteriormente (TABELA 22). Estes resultados não explicam, porém, o porque da disposição destes jovens em participar da política, mesmo tendo um baixíssimo grau de confiança nos políticos (8%) e nos partidos políticos (10%) como demonstramos em momento anterior (TABELA 22).

Esta aparente contradição com relação à adesão à instituição do voto e a avaliação negativa dos políticos e dos partidos políticos, reflete uma peculiaridade desse grupo de jovens. Podemos afirmar isso com base em outras pesquisas como a realizada por Maria F. P. Coelho (2000), realizada no Distrito Federal em 1997, onde o interesse de participar das eleições entre os jovens com este mesmo nível de escolaridade é segundo a autora, acentuado, porém apenas 44% dos entrevistados respondeu que votaria mesmo o voto não sendo obrigatório. Dentre o grupo por nós pesquisado, 84% respondeu que votaria mesmo o voto não sendo obrigatório.

TABELA 24 - “NÃO SENDO OBRIGATÓRIO O VOTO, VOCÊ VOTARIA ASSIM MESMO?”

RESPOSTAS	%	Nº
Sim	84	42
Não	6	3
Depende	8	4
NS/NR	2	1
TOTAL	100	50

FONTE: Pesquisa de campo, 2004.

Procurando aprofundar a questão que diz respeito a confiança, tratamos de identificar as percepções políticas destes jovens em relação ao governo, ou seja, a instituição democrática

responsável pelos atendimentos de demandas. Como podemos conferir, os percentuais abaixo (TABELA 25), os jovens possuem uma visão negativa na medida em que, segundo as respostas dos alunos (60%), o Brasil é governado em benefício dos grupos que atuam politicamente e, não em benefício de toda a população.

TABELA 25 - “DE UM MODO GERAL, VOCÊ DIRIA QUE O BRASIL É GOVERNADO EM BENEFÍCIO DE:”

RESPOSTAS	%	Nº
Toda a população	18	9
Dos vários grupos que atuam politicamente	60	30
NS/NR	22	11
TOTAL	100	50

FONTE: Pesquisa de campo, 2004.

O quadro permanece praticamente inalterado quando perguntamos aos entrevistados quais os interesses que a classe política defende, os seus ou dos eleitores. Para esta questão, como podemos conferir na Tabela 26, obtivemos dados expressivos em termos percentuais, pois 70% declararam que os políticos cuidam em primeiro lugar de seus próprios interesses.

TABELA 26 - “NA SUA OPINIÃO, OS POLÍTICOS BRASILEIROS, EM PRIMEIRO LUGAR CUIDAM:”

RESPOSTAS	%	Nº
Dos interesses dos eleitores que votaram neles	26	13
Dos seus próprios interesses	70	35
Dos interesses da população em geral	2	1
NS/NR	2	1
TOTAL	100	50

FONTE: Pesquisa de campo, 2004.

Seguindo esta mesma direção, procuramos analisar mais cuidadosamente a imagem que estes jovens tem dos partidos políticos, sendo que, a existência dos mesmos, como vimos anteriormente quando da definição do conceito de democracia, é fundamental para a caracterização de um regime como sendo ou não democrático. Os resultados obtidos na tabela 27, como podemos perceber não deixam claro o nível de confiança depositada nesta instituição, na medida em que 38% dos alunos discordaram das duas primeiras opções de respostas e, 24% se abstiveram de responder.

TABELA 27 - “COM QUAL DAS SEGUINTE OPINIÕES VOCÊ CONCORDA MAIS:”

RESPOSTAS	%	Nº
Os partidos políticos são inúteis	10	5
Os partidos políticos prestam um bom serviço	28	14
Discorda de ambas	38	19
NR	24	12
TOTAL	100	50

FONTE: Pesquisa de campo, 2004.

A fim de esclarecer melhor esta questão, formulamos a seguinte questão (TABELA 28): “Você acha que os partidos políticos representam mais: a população/eleitores; os próprios políticos”. As respostas obtidas demonstram uma posição de profunda desconfiança, pois a maioria dos jovens (74%) respondeu que os partidos representam mais os próprios políticos, ou seja, aqueles que fazem parte de seus quadros.

TABELA 28- “VOCÊ ACHA QUE OS PARTIDOS POLÍTICOS REPRESENTAM MAIS:”

RESPOSTAS	%	Nº
A população/ os eleitores	8	4
Os próprios políticos	74	37
NS/NR	18	9
TOTAL	100	50

FONTE: Pesquisa de campo, 2004.

Os jovens, certamente, tem suas razões para questionar e desconfiar tão expressivamente dos políticos e dos partidos, “mas isso, em vez de alienação, denota um grau de consciência crítica ante a ação dos políticos(...) O brasileiro transfere o fato de não gostar dos políticos para os partidos e para as instituições, em geral vistos por, ele, como se fossem a mesma coisa” (COELHO, 2000, p.74-75). Dentro do paradigma “realista” todas as críticas referentes às instituições representativas, de imediato são entendidas como indícios de uma cultura política autoritária, quando na verdade podem ser unicamente expressão de descontentamento, o que se tratando da realidade brasileira é bastante plausível.

Essa visão crítica dos jovens por nós entrevistados é perceptível também quando questionados a respeito do desempenho dos atuais governos das instâncias federal, estadual e municipal.

Como podemos perceber nas tabelas abaixo (TABELAS 29 e 30), a percepção dos jovens em relação ao desempenho dos governos federal e estadual é semelhante tanto no quesito “desempenho ótimo”, sobre o qual os dados representam respectivamente 8,0% e 10% em contrapartida com “desempenho regular” 60% e 62%. À medida que a esfera governamental

se aproxima mais do cotidiano dos jovens entrevistados, nesse caso o governo municipal, os mesmos possuem uma visão melhor em relação ao desempenho do governo, com 32% para o quesito “Desempenho ótimo”, 46% “Desempenho regular”, como podemos conferir na tabela 31.

TABELA 29 - “COMO VOCÊ AVALIA O DESEMPENHO DO GOVERNO FEDERAL?”

RESPOSTAS	%	Nº
Desempenho ótimo	8	4
Desempenho regular	60	30
Desempenho ruim	22	11
Desempenho péssimo	4	2
NS/NR	6	3
TOTAL	100	50

FONTE: Pesquisa de campo, 2004.

TABELA 30 - “COMO VOCÊ AVALIA O DESEMPENHO DO GOVERNO ESTADUAL?”

RESPOSTAS	%	Nº
Desempenho ótimo	10	5
Desempenho regular	62	31
Desempenho ruim	10	5
Desempenho péssimo	4	2
NS/NR	14	7
TOTAL	100	50

FONTE: Pesquisa de campo, 2004.

TABELA 31 - “COMO VOCÊ AVALIA O DESEMPENHO DO ATUAL GOVERNO MUNICIPAL?”

RESPOSTAS	%	Nº
Desempenho ótimo	32	16
Desempenho regular	46	23
Desempenho ruim	12	6
Desempenho péssimo	4	2
NS/NR	6	3
TOTAL	100	50

FONTE: Pesquisa de campo, 2004.

As tendências até aqui verificadas em relação a confiança nas instituições, não diferem muito da pesquisa nacional da *Vox Populi*²³ que identifica que as instituições em que os brasileiros mais confiam são da sociedade civil e, as que menos confiam são da sociedade política. A família (87%) e a igreja (87%) são as instituições mais confiáveis da sociedade

²³ A pesquisa, intitulada *Nós, brasileiros*, foi realizada pela *Vox Populi* para a revista *Época. Época*, Edição Especial, comemorativa do 500 anos, 24 de maio, 1999, p.1-30. Citada por Maria Francisca Pinheiro Coelho, 2000, p.76.

brasileira. Em contrapartida, “os grupos e instituições em que não confiam são: políticos (94%), partidos políticos (85%), Câmara dos Deputados (82%), Senado (75%), Governo Federal (75%), polícia (65%), militares (60%)”. (COELHO, 2000, p.76)

4.5.3 – Avaliação da democracia

Até este momento os dados apresentados sugerem que a maioria dos entrevistados em questão, demonstram um grau relativamente elevado de interesse por política (apesar da desconfiança em relação a algumas instituições, aos partidos políticos e aos próprios políticos), bem como uma tendência à participação em atividades políticas que extrapolam o simples ato de votar. Isso contrasta acentuadamente com o panorama traçado por estudos junto a população nacional como o de Moisés (1995) e Carvalho (1998), assim como estudos realizados por Baquero (1997; 2004) junto ao universo juvenil porto-alegrense, em que o cinismo político é destacado fortemente

Esta tendência à participação encontrada junto aos jovens galvonenses, é entendida aqui como um ponto favorável ao desenvolvimento de uma cultura política condizente com o regime democrático e com sua consolidação (PATEMAN, 1992).

Este quadro se confirma quando os alunos são questionados sobre a importância do voto (TABELA 23), o procedimento mais expressivo deste regime. Segundo Castro (1998) o interesse pelo voto pode ser entendido como um forte indício de adesão à democracia, levando a supor que o grupo social em questão possui um significativo comprometimento com o processo político.

Algumas questões foram elaboradas com o intuito de analisar a percepção dos entrevistados sobre a democracia como forma de organização política e a democracia realmente existente no Brasil. Diante da afirmação: “ A democracia é a melhor forma de organização política para o Brasil”, encontramos 70% de respostas entre as opções “concorda muito” e “concorda” (TABELA 32).Essa resposta, entretanto, não deixa claro o entendimento desses jovens sobre o conteúdo dessa forma de governo nem a sua adesão à democracia.

TABELA 32 - “VOCÊ CONCORDA OU DISCORDA DA SEGUINTE AFIRMAÇÃO: A DEMOCRACIA É A MELHOR FORMA DE ORGANIZAÇÃO POLÍTICA PARA O BRASIL?”

RESPOSTAS	%	Nº
Concorda muito	38	19

Concorda	32	16
Não concorda nem discorda	16	8
Discorda	2	1
Discorda muito	2	1
NS/NR	10	5
TOTAL	100	50

FONTE: Pesquisa de campo, 2004.

Por conseguinte, perguntamos aos alunos sobre o seu posicionamento referente às seguintes questões: “Na sua opinião, no Brasil vivemos uma democracia?” , para a qual 32% respondeu que “Sim” (TABELA 33) e, “O sistema político vigente, corresponde as suas expectativas de como deveria ser ou funcionar uma democracia ?” onde 38% optaram por “corresponde plenamente” e “corresponde” (TABELA 34).

TABELA 33 - “NA SUA OPINIÃO, NO BRASIL VIVEMOS UMA DEMOCRACIA?”

RESPOSTAS	%	Nº
Sim	32	16
Não	32	16
NS/NR	36	18
TOTAL	100	50

FONTE: Pesquisa de campo, 2004.

TABELA 34 - “O SISTEMA POLÍTICO VIGENTE, CORRESPONDE AS SUAS EXPECTATIVAS DE COMO DEVERIA SER OU FUNCIONAR UMA DEMOCRACIA?”

RESPOSTAS	%	Nº
Corresponde plenamente	4	2
Corresponde	34	17
Não corresponde	32	16
NS/NR	30	15
TOTAL	100	50

FONTE: Pesquisa de campo, 2004.

De modo a aprofundar um pouco esse tema, solicitamos aos jovens educandos que nos respondessem a seguinte questão: “O que você entende por democracia?” e obtivemos algumas respostas que nos remetem ao conceito de democracia no universo do liberalismo do século XIX e vai ao encontro com a resposta do Estado Moderno propugnado ali e sua representação.

Tal como nos disse um dos entrevistados:

Na minha opinião, democracia é quando todos tem direito à liberdade de expressão, de votar e participar das decisões, não só políticas, mas de modo geral (Maria Luíza, nome fictício)

A resposta seguinte “ Democracia é quando um grupo de pessoas escolhe seus representantes através do voto” (Cristina), permite supor que os professores da escola estão passando para eles uma idéia de democracia e participação na *polis* que não difere muito da do início do século XX

A associação entre estas questões nos leva a crer que há um consenso sobre a validade da democracia como forma de tomada de decisões. Do ponto de vista institucional, é entendida como restrita na sua forma representativa, pois foi dessa forma que ela foi moldada no estado brasileiro e apreendida pelos entrevistados. Por outro lado, em decorrência do exposto, acreditamos ser possível definir que por não terem os entrevistados, familiaridade com os tempos de autoritarismo, não conseguem ter uma percepção mais clara das complexidades que envolvem um regime democrático e, a curta experiência com essa forma de governo ainda não foi capaz de sedimentar sentimentos e estabelecer símbolos e imagens suficientemente positivos sobre a democracia entre este grupo de educandos que fazem parte das novas gerações em formação.

De todo modo, são significativos os indicativos (70%; TABELA 32) de que a democracia é a melhor forma de organização política para o Brasil, na opinião dos entrevistados. E, sem esse componente torna-se difícil a disposição para a participação, o interesse político e a adesão aos valores e instituições democráticas, entendidas aqui como vitais para a estabilidade e legitimidade da democracia.

Após abordarmos o tema da avaliação da democracia e de seu funcionamento, elegemos como alvo outra questão fundamental para a análise da cultura política deste grupo. Nos referimos a competência política subjetiva para identificar a auto-avaliação dos jovens sobre sua atuação frente aos fatos e objetos políticos, mais especificamente aqui, sobre sua capacidade de influenciar na política, ou seja, a autoconfiança dos educandos enquanto atores políticos. Para tanto, formulamos a seguinte questão: “Como um cidadão comum, você acredita que influencia na política?”

Os percentuais obtidos (TABELA 35) demonstram que a grande maioria de 90% dos entrevistados optaram pelas alternativas “sim” e “em parte”.

TABELA 35 - “COMO UM “CIDADÃO COMUM”, VOCÊ ACREDITA QUE INFLUENCIA NA POLÍTICA?”

RESPOSTAS	%	Nº
Sim	40	20
Em parte	50	25
Não	6	3

NS/NR	4	2
TOTAL	100	50

FONTE: Pesquisa de campo, 2004.

Esses resultados são bastante claros em indicar um perfil favorável ao fortalecimento da democracia, uma vez que demonstram um sentimento de alta competência política subjetiva. Esses níveis elevados de eficácia política subjetiva, diferencia este grupo de jovens do conjunto da população brasileira, como nos mostra Moisés (1995) com uma pesquisa onde um percentual elevado (57,8%) dos entrevistados acreditavam não ter influência sobre a política. Esse fenômeno se manifesta em toda a América Latina e com grau acentuado aqui no Brasil, como atestam pesquisas recentes. Vale ressaltar, porém, com base nos dados expostos acima, que este não é o caso do grupo por nós pesquisado.

Segundo Baquero (1997), pessoas que manifestam baixa estima sobre si próprias, dificilmente terão convicção em mecanismos e instituições de representação política. O índice positivo ou negativo sobre a capacidade de influenciar a tomada de decisões políticas, de acordo com a teoria da cultura política, “é consequência de um processo de socialização que ocorre tanto na infância, quanto na vida adulta dos indivíduos” (RIBEIRO, 2002, p.27). Isso vem a reforçar os indicativos iniciais da presente análise, que atesta o elevado e positivo grau de influência da escola enquanto instituição de socialização secundária, na formação política desses jovens.

4.5.4 – Elitismo Político

Ainda investigando a questão dos valores democráticos, acreditamos que se faz necessário abordar uma outra dimensão da cultura política que persiste no Brasil, o elitismo, conforme atestam os autores. “Na verdade o elitismo e uma visão hierárquica da vida social são valores muito disseminados na elite brasileira” (LIMA; CHEIBUB, 1996, p.98).

Esses autores ao estudarem valores e instituições democráticas, a partir da visão de alguns grupos da elite brasileira, constataram que há um relativo consenso entre as pessoas entrevistadas, no que se refere ao grau de confiança e legitimidade relativo às instituições democráticas, o que é extremamente importante para o processo de consolidação em curso.

Quando, entretanto, os pesquisadores consideram os valores igualitários no que tange a esfera social, perceberam que apesar de serem portadores de uma cultura política democrática concernente às instituições, as mesmas elites “...não partilham necessariamente de uma visão

mais democrática das relações sociais” (Ibid., p.101). Isso levou a constatação de que o elitismo e a hierarquia social são valores muito disseminados entre estes grupos. A guisa de conclusão, os autores acreditam que se a estabilidade da democracia depende da combinação de instituições e valores, os dados por eles encontrados apontaram que essas duas dimensões não são coincidentes, ou seja, apesar das elites serem portadoras de uma cultura política democrática quando o quesito são as instituições, no que se refere a valores e relações sociais como o elitismo e igualdade, estes mesmos grupos de elites compartilham de uma outra posição não tão favorável à democracia.

A partir desses elementos, através de algumas questões agregadas, buscamos identificar qual a visão dos jovens entrevistados a respeito dessa temática. Perguntamos inicialmente se, “Ao tomar uma decisão o governo deve ouvir somente os técnicos”. Encontramos os percentuais constantes na TABELA 36. As respostas obtidas, 68% entre “discorda” e “discorda muito”, sugerem uma tendência contrária ao elitismo e a adoção de princípios igualitários quando da tomada de decisões.

TABELA 36 - VOCÊ CONCORDA OU DISCORDA DA SEGUINTE AFIRMAÇÃO: “AO TOMAR UMA DECISÃO, O GOVERNO DEVE OUVIR APENAS A OPINIÃO DAS PESSOAS QUE TEM CONHECIMENTO SOBRE O ASSUNTO”.

RESPOSTAS	%	Nº
Concorda muito	2	1
Concorda	10	5
Não concorda nem discorda	16	8
Discorda	46	23
Discorda muito	22	11
NS/NR	4	2
TOTAL	100	50

FONTE: Pesquisa de campo, 2004.

Com as duas questões seguintes, procuramos averiguar a postura dos entrevistados no que diz respeito aos direitos políticos, tendo em consideração o critério escolaridade. Como podemos conferir (TABELAS 37 e 38), igualmente a essas questões específicas obtivemos respostas que repudiam o elitismo, resultado que é altamente favorável à construção democrática.

TABELA 37 - “ NA SUA OPINIÃO, APENAS OS DOTADOS DE ESCOLARIDADE SUFICIENTE DEVERIAM PODER VOTAR?”

RESPOSTAS	%	Nº
Sim	4	2
Não	94	47
NS/NR	2	1
TOTAL	100	50

FONTE: Pesquisa de campo, 2004.

TABELA 38 - “NA SUA OPINIÃO, APENAS OS DOTADOS DE ESCOLARIDADE SUFICIENTE DEVERIAM PODER CONCORRER A CARGOS ELETIVOS? ”

RESPOSTAS	%	Nº
Sim	18	9
Não	70	35
NS/NR	12	6
TOTAL	100	50

FONTE: Pesquisa de campo, 2004.

Esta visão extremamente positiva é corroborada pelos números encontrados diante da seguinte afirmação: “Existem muitas maneiras de influir na política do país e do estado (?), mas é preciso que as pessoas se interessem e queiram influenciar”. Dos jovens entrevistados 38% “concordaram muito” e 50% “concordaram”, (TABELA 39) o que nos possibilita acreditar que dentre este grupo existe uma acentuada crença na possibilidade de uma participação popular mais ampla no processo de tomada de decisões na esfera política, o que, obviamente se opõe a um posicionamento elitista.

TABELA 39 - VOCÊ CONCORDA OU DISCORDA DA SEGUINTE AFIRMAÇÃO: “EXISTEM MUITAS MANEIRAS DE INFLUIR NA POLÍTICA DO PAÍS E DO ESTADO, MAS É NECESSÁRIO QUE AS PESSOAS SE INTERESSEM E QUEIRAM PARTICIPAR.”

RESPOSTAS	%	Nº
Concorda muito	38	19
Concorda	50	25
Não concorda nem discorda	10	5
Discorda	2	1
Discorda muito	0,0	0,0
NS/NR	0,0	0,0
TOTAL	100	50

FONTE: Pesquisa de campo, 2004.

Esses resultados são contrários as análises feitas por Lima e Cheibub (1996) onde o posicionamento elitista denunciou a pouca profundidade da cultura política democrática das elites brasileiras. A disseminação desses valores sócio-culturais, segundo os autores,

apresenta-se como uma dificuldade a ser transposta no Brasil num período de transição democrática, o que parece não ser o caso desse grupo de jovens em questão.

Os dados apresentados, permitem a interpretação de que as orientações políticas subjetivas da imensa maioria dos integrantes do grupo de jovens entrevistados, são, em grau relativamente alto, favoráveis ao regime político democrático tal como o entende os estudos sobre cultura política, uma vez que apresentaram altos níveis de participação, se manifestaram igualmente interessados por política e acentuadamente anti-elitistas. Isso é algo positivo, pois esse grupo faz parte das novas gerações de jovens em formação e, por serem portadores de sentimentos e crenças compatíveis com a democracia, podem ser portadores de boas notícias para o futuro da democracia, com a possibilidade de como sujeitos políticos e conseqüente papel, adentrarem na vida da *polis* com valores moldados nos termos modernos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assistimos nos dias atuais um renascer das preocupações com os jovens, seu engajamento e interesse (ou falta dele) para uma participação mais ativa e crítica nos assuntos concernentes à política. Isso nos remete a uma inquietação que conduziu a realização do trabalho que ora apresentamos. Referimo-nos a cultura política das novas gerações e o papel desempenhado pelas instituições de socialização como a escola nas respectivas formações, quando se trata de questões relacionadas a civismo, cidadania e principalmente a questão da democracia representativa e sua cristalização, entre as novas gerações de educandos, futuros participantes dos assuntos da *polis*.

O reconhecimento de que o número de jovens no Brasil, englobando a faixa etária entre 15 e 24 anos é de 34.092.224 (IBGE, 2000) e que é este o público alvo do ensino médio, traz em si a idéia de que a escola deve se integrar a prática da sociabilidade juvenil, com educandos participantes e com voz ativa, atuantes enquanto sujeitos políticos. Isto é o que assegura a nova LDB. Segundo Abramovay e Castro (2003) o que se discute na literatura e as pesquisas demonstram, entretanto, é que na prática o ensino médio está ainda em fase de construção de uma identidade própria, em fase de estruturação.

Por conta disso se torna oportuno mapear realidades e práticas, ouvindo opiniões localizadas a partir de realidades vividas por educandos, buscando perceber suas valorações de várias ordens, inclusive na formação político-cultural. Através das questões abertas e fechadas e de relato escrito colhemos dados, que foram apresentados e interpretados no capítulo anterior. A partir deles, pode-se afirmar que em linhas gerais as percepções, valores e práticas dos educandos em relação ao sistema político democrático e suas instituições, são resultantes do processo de socialização, a partir do qual estes jovens, que vêem a escola como um lugar de transformação, vão construindo suas próprias experiências e opiniões.

São tais percepções que exploramos nesta pesquisa, através da qual tivemos pretensão de demonstrar a relevância dos estudos sobre cultura política numa realidade como a brasileira, marcada por encontros e separações entre o regime ditatorial e democrático. Dedicamo-nos mais especificamente a analisar a influência da escola enquanto instituição de socialização política, frente ao processo de democratização no Brasil, através de uma análise dos valores político-culturais de um grupo de jovens educandos, que no ano de 2004 completaram o ensino médio.

Em um regime político democrático em um determinado território com um Estado-Nação assentado, a escola, como agente de socialização secundária, ainda é um importante instrumento da democracia. Seja como concretizadora da instituição educação, seja através de seus professores e através de suas práticas, ela, a escola, constitui-se em um lugar/espço privilegiado de problematização da questão dos valores políticos e participação na *polis* nos termos modernos (contrato social), e como bem comprovou esta investigação as disciplinas, ditas humanas são as que mais contribuem “principalmente as aulas de Ètica, Filosofia e Sociologia” (conforme depoimento dos alunos). Para além dos conteúdos vinculados à organização social e política dos seres humanos, as técnicas didáticas praticadas em salas de aulas permitem aos alunos uma postura de agente ativo nestas mesmas salas, estimulando esta postura para uma participação também na *polis*. Os professores, em especial os que trabalham as disciplinas na área das humanas, incentivam os debates políticos e a participação no cotidiano em grêmios estudantis, grupos de jovens, movimentos comunitários, etc.. Com essas práticas... “Prepara e influencia (...)despertando nos estudantes um pensamento crítico sobre a política e a sociedade, preparando os alunos para o exercício da cidadania e valores políticos” (depoimento de aluno).

Indubitavelmente o Estado tem e dá suas diretrizes através das leis relacionadas à educação e referências de conteúdos mas os professores têm subjetividades particularizadas, podem ter uma relativa autonomia no enquadramento da “jaula de ferro”. A autonomia das escolas e dos educadores, portanto, tem definidos os seus limites e nesta lógica a flexibilidade e autonomia são questionáveis. Embora o fluxo da maior parte das informações e das práticas pedagógicas, sejam de responsabilidade dos professores, o material didático, por exemplo, passa por todos os níveis hierárquicos estabelecidos para a instituição como a LDB, os PCNs, o MEC e o crivo da Secretaria Estadual da Educação. Com a verticalização, concentram-se no Estado, a produção de diretrizes e decisões mais importantes, principalmente as relacionadas à escolha dos conteúdos e sua aplicação.

Todavia, os (as) alunos (as) conhecem e reconhecem conteúdos e práticas no ambiente escolar de fundo cívico e aí embutidos os valores da democracia, seu papel na dinâmica do contrato social e por conseguinte seu papel como participante da *polis*, como um igual e não subordinado a relações tradicionais- submetido a somente deveres e sem direitos. Reconhecem na escola que o voto é um direito e não um dever, por exemplo. Eles praticam a representação e esta implica para o representante tanto direitos como deveres para com o representado. Fica claro que os alunos, e alunas também praticam no lugar/ espaço escolar

formas de participação direta, abrindo brechas para demandas no espaço da *polis*, para outras formas de participação como por exemplo, o plebiscito.

O domínio e poder de qualquer Estado tende para o monolítico, a escola pública em uma sociedade com democracia representativa, esta submetida as diretrizes do Estado mas ela é multifacetada, pode ser ambivalente e até mesmo contraditória. A pesquisa demonstrou isto. O civismo propalado na escola pode ser para reiterar valores vinculados as práticas de domínio tradicional mas também para práticas de domínio moderno, donde a democracia representativa está inserida.

No Brasil, um território com um hibridismo de práticas políticas tradicionais e modernas, isto adquire uma dimensão para além da função ordinária da escola, a de reprodução dos ditames do Estado, ai embutidos possíveis interesses econômicos de parcela da elite dominando esferas decisivas do mesmo. Em determinados espaços geográficos ela pode vir a ser o único lugar/espaço para práticas políticas modernas e para a disseminação de uma cultura política que seja condizente com estas praticas para além do espaço escolar , principalmente entre as novas gerações.

Vale ressaltar que há um consenso entre pesquisadores sobre este segmento social (juventude), de que estudos com novas propostas paradigmáticas precisam ser realizados, haja vista que a eles, os jovens, são impostas cada vez mais pressões e exigências, numa realidade como a brasileira em que as oportunidades são indubitavelmente menores, resultante de uma situação econômica de constante instabilidade e de uma concentração de riqueza ímpar no mundo. No período da chamada redemocratização do Brasil , os resultados de pesquisas de opinião levadas a cabo, tem chamado a atenção para uma situação preocupante, pois demonstram que os jovens estão cada vez mais descrentes e decepcionados com as instituições políticas e seus representantes, resultando num alto grau de ceticismo e alienação política, o que agrega um saldo negativo para o futuro da democracia.

Neste contexto, caso persista entre os jovens tamanha indiferença com a política convencional, como resultado pode ocorrer uma deslegitimação do sistema político democrático. Em uma sociedade como a brasileira, faz-se mister que as gerações mais jovens se interessem e não se distanciem do processo para a construção de uma nação mais participativa e igualitária. È de extrema importância, segundo Baquero (2004), que se desenvolva entre os jovens uma cultura política baseada em valores e crenças que os estimulem a participar ativa e constantemente da construção democrática.

Frise-se, pois, a pertinência e relevância de estudos investigativos como o que ora se apresenta, concernente a influência da escola e o papel que a mesma desempenha frente ao processo de democratização, na formação político-cultural das novas gerações .

Em face do exposto, esta pesquisa é concluída com recomendações à instituição (escola) e ao segmento social investigado (jovens) de sugestões de novos estudos no sentido de se aprofundar a exploração do tema e alargá-lo para um universo mais amplo, que possa abranger o território nacional a fim de um mapeamento mais detalhado e preciso sobre a realidade político-cultural dos jovens brasileiros.

È necessário expor que, o conjunto das respostas dadas as questões feitas aos nossos entrevistados, nos permitiu o conhecimento do alto grau de influência e a importância que esse jovens atribuem a escola, na sua formação cívica, política e cidadã, como antecipamos em vários momentos, contrariando teóricos como Sartori (1999), que afirma ser a atual cultura política juvenil “audiovisual”, onde a escola e a família não tem a menor relevância.

Num âmbito geral, pode-se afirmar que os jovens educandos em questão demonstraram um elevado grau de interesse em relação à política e um sentimento favorável à democracia, apesar da desconfiança nos políticos e instituições de representação democrática.

Coerente com o interesse verificado, os dados da pesquisa demonstraram entre os jovens entrevistados uma alta eficácia política, ou seja, eles se vêem como parte integrante e participativa do processo político. Os elementos que compõem esse quadro indicam para uma adesão relativamente forte do grupo aos valores democráticos. Isso é manifesto pela sua postura participacionista, com índices de eficácia política subjetiva elevado associado a uma tendência anti-elitista, que os coloca em uma posição diferenciada em relação ao conjunto da população nacional e mesmo a outros grupos distintos de jovens nesta faixa-etária, que compartilham uma auto-avaliação negativa sobre seu papel político, conforme pesquisas citadas anteriormente. Estes elementos contribuem para a caracterização da cultura política do grupo como, no mínimo favorável a democracia.

As respostas permitiram igualmente verificar que a família e a escola exercem muita influência na socialização política desses adolescentes, independentemente das leituras feitas em jornais e ao que assistem na televisão e as conversas com reduzidos grupos sociais (parentes, amigos e colega) sobre o tema. Esta pesquisa reforça a tese de que a percepção negativa ou positiva da política por parte de instituições de socialização, é transmitida aos adolescentes, influenciando na sua personalidade política.

Se retomarmos o que dizem os estudos sobre cultura política que direcionaram este trabalho, que a não adesão e lealdade aos valores democráticos compromete o sucesso da consolidação e permanência da democracia em um dado país, é aprazível a conclusão de que, se considerarmos as percepções políticas da atual geração de jovens a partir desse grupo por nós pesquisado, são boas as notícias para a jovem democracia brasileira, historicamente fragilizada

Os resultados apresentados, longe de serem passíveis de generalização, poderiam servir como um referencial para ampliar a investigação da influência de instituições educacionais sobre as novas gerações, assim como a formação da cultura política dos jovens brasileiros. Um estudo mais amplo sobre o tema aqui investigado permitiria uma verificação mais completa sobre o panorama nacional que envolve esse segmento social (jovens). Poder-se-ia investigar um número significativo de escolas, através da visão dos educandos para se levantar a possibilidade de resultados semelhantes ou não. Em caso positivo isso poderia ser um indicativo de que estariam sendo superadas as limitações à que o Brasil historicamente esteve exposto para que se consolidasse uma democracia de fato e de direito.

BIBLIOGRAFIA

ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M. G. *ENSINO MÉDIO: MÚLTIPLAS VOZES*. BRASÍLIA: UNESCO/MEC, 2003.

ALMOND, G.; POWELL JÚNIOR, B. G. *UMA TEORIA DA POLÍTICA COMPARADA*. RIO DE JANEIRO: ZAHAR 1972.

ARENDT, H. *ENTRE O PASSADO E O FUTURO*. 2.ED. TRADUÇÃO: MAURO W. BARBOSA DE ALMEIDA. SÃO PAULO: PERSPECTIVA, 1972.

AVRITZER, L. *CULTURA POLÍTICA, ASSOCIATIVISMO E DEMOCRATIZAÇÃO: UMA ANÁLISE DO ASSOCIATIVISMO NO BRASIL*. DISPONÍVEL EM [HTTP://WWW.RITS.ORG.BR](http://www.rits.org.br). ACESSO EM 18 DE DEZEMBRO DE 2004.

BAQUERO, M. *O PAPEL DOS ADOLESCENTES NO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DEMOCRÁTICA NO BRASIL: UM ESTUDO PRELIMINAR DE SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA*. PORTO ALEGRE: UFRGS, 1997.

BAQUERO, M. UM CAMINHO “ALTERNATIVO” NO EMPODERAMENTO DOS JOVENS: CAPITAL SOCIAL E CULTURA POLÍTICA NO BRASIL. IN. BAQUERO, M. ET.AL. (ORGS.) *DEMOCRACIA, JUVENTUDE E CAPITAL SOCIAL NO BRASIL*. PORTO ALEGRE: UERGS, 2004.

BAQUERO, R. V. Â. (DES) CONSTRUINDO A DEMOCRACIA: A EDUCAÇÃO POLÍTICA DO JOVEM (REVISTA DO ENSINO – 1964-1978). IN. BAQUERO, M. ET.AL. (ORGS.) *DEMOCRACIA, JUVENTUDE E CAPITAL SOCIAL NO BRASIL*. PORTO ALEGRE: UERGS, 2004

BORDIEU, P., PASSERON, J.C. *A REPRODUÇÃO: ELEMENTOS PARA UMA TEORIA DO SISTEMA DE ENSINO*. 2.ED. TRADUÇÃO POR REYNALDO BEIRÃO. RIO DE JANEIRO: LIVRARIA FRANCISCO ALVES, 1982.

CAPELATO, M. H. R. *MULTIDÕES EM CENA: PROPAGANDA POLÍTICA NO VARGUISMO E NO PERONISMO*. SÃO PAULO: PAPIRUS, 1998.

CARVALHO, J. M. DE. *A FORMAÇÃO DAS ALMAS: O IMAGINÁRIO DA REPÚBLICA NO BRASIL*. SÃO PAULO: COMPANHIA DAS LETRAS, 1990.

CARVALHO, J. M. DE. *CIDADANIA NO BRASIL: O LONGO CAMINHO*. 4.ED. RIO DE JANEIRO: CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA, 2003.

CARVALHO, J. M. DE. O MOTIVO ENDÊNICO NO IMAGINÁRIO SOCIAL BRASILEIRO. IN. PANDOLFI, D. C. ET.AL. (ORGS.). *CIDADANIA, JUSTIÇA E VIOLÊNCIA*. RIO DE JANEIRO: FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 1999.

CASTRO, H. C. DE O. CULTURA POLÍTICA, DEMOCRACIA E HEGEMONIA: UMA TENTATIVA DA EXPLICAÇÃO DO COMPORTAMENTO POLÍTICO NÃO DEMOCRÁTICO. IN. *A CONSTRUÇÃO DA DEMOCRACIA NA AMÉRICA LATINA*. PORTO ALEGRE: EDITORA DA UNIVERSIDADE/ UFRGS, 1998.

CHAUÍ, M. *BRASIL: MITO FUNDADOR E SOCIEDADE AUTORITÁRIA*. SÃO PAULO: FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, 2000.

CHAUÍ, M. *CONFORMISMO E RESISTÊNCIA: ASPECTOS DA CULTURA POPULAR NO BRASIL*. SÃO PAULO: BRASILIENSE, 1993.

- CHILCOTE, R. H. TEORIAS DE CULTURA POLÍTICA: O INDIVÍDUO E O MOVIMENTO NA LUTA PELA COLETIVIDADE E A NOVA PESSOA. IN. *TEORIAS DE POLÍTICA COMPARATIVA: A BUSCA DE UM PARADIGMA RECONSIDERADO*. PETRÓPOLIS: VOZES, 1998.
- CLEMENTE, W. CAMINHANDO CONTRA O VENTO. *DESAFIOS DO DESENVOLVIMENTO*, BRASÍLIA, DF, V.1, N.1, P.52-57, 2004
- COELHO, M. F. P. O GOSTO PELA POLÍTICA. IN. ARAÚJO, C. E. P. ET.AL. (ORGS.). *POLÍTICA E VALORES*. BRASÍLIA: UNB, 2000.
- DAHL, R. *POLIARQUIA*. SÃO PAULO: EDUSP, 1997.
- DAHL, R. *UM PREFÁCIO À TEORIA DEMOCRÁTICA*. RIO DE JANEIRO: ZAHAR, 1989.
- DAMATA, R. *CARNAVAIS, MALANDROS E HERÓIS: PARA UMA SOCIOLOGIA DO DILEMA BRASILEIRO*. RIO DE JANEIRO: ZAHAR, 1979.
- DEWEY, J. *EXPERIÊNCIA E EDUCAÇÃO*. TRADUÇÃO DE ANÍSIO TEIXEIRA. SÃO PAULO: COMPANHIA EDITORA NACIONAL, 1971.
- DOWNS, A. *UMA TEORIA ECONÔMICA DA DEMOCRACIA*. TRADUÇÃO DE SANDRA GUARDINI TEIXEIRA VASCONCELOS. SÃO PAULO: EDUSP, 1999.
- DURKHEIM, E. *SOCIOLOGIA, EDUCAÇÃO E MORAL*. TRADUÇÃO POR EVARISTO SANTOS. PORTO: RÊS EDITORA, 1984.
- ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA VERÔNICA SÊNEM. *PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO*, 2004.
- FILMUS, D. *ENSINO MÉDIO: CADA VEZ MAIS NECESSÁRIO, CADA VEZ MAIS INSUFICIENTE*. BRASÍLIA: UNESCO/MEC – SEMTEC, 2002.
- FIORI, N. DE A. *ASPECTOS DA EVOLUÇÃO DO ENSINO PÚBLICO: ENSINO PÚBLICO E POLÍTICA DE ASSIMILAÇÃO CULTURAL NO ESTADO DE SANTA CATARINA, NOS PERÍODOS IMPERIAL E REPUBLICANO*. 2.ED. FLORIANÓPOLIS: UFSC, 1991.
- FOLADOR, J. D. *HISTÓRIA DE GALVÃO*. SÃO LOURENÇO D'OESTE: TIPOGRAFIA CRUZEIRO, 1992.
- FREITAG, B. *POLÍTICA EDUCACIONAL E INDÚSTRIA CULTURAL*. SÃO PAULO: CORTEZ, 1987. (COLEÇÃO POLÊMICAS DO NOSSO TEMPO, N.26).
- FRIGOTTO, G. JUVENTUDE, TRABALHO E EDUCAÇÃO NO BRASIL: PERPLEXIDADES, DESAFIOS E PERSPECTIVAS. IN: JUVENTUDE E SOCIEDADE: TRABALHO, EDUCAÇÃO, CULTURA E PARTICIPAÇÃO/ (ORGS.) REGINA NOVAES E PAULO VANNUCHI.- SÃO PAULO: EDITORA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, 2004.
- GADOTI, M. *HISTÓRIA DAS IDÉIAS PEDAGÓGICAS*. SÃO PAULO: EDITORA ÀTICA, 1996.
- HOROCHOVSKI, RODRIGO ROSSI. *PASTORAL DA CRIANÇA- ESTRATÉGIAS DE LEGITIMAÇÃO NO TERCEIRO SETOR*. CURITIBA: JURUÁ, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. CENSO DEMOGRÁFICO 2000. DISPONÍVEL EM :<[HTTP://WWW.IBGE.GOV.BR](http://www.ibge.gov.br)>. ACESSO EM 17 DE NOVEMBRO DE 2004 E 15 DE FEVEREIRO DE 2005.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS. PERFIL DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA. DISPONÍVEL EM: <[HTTP://WWW.INEP.GOV.BR/ESTATISTICAS/PERFIL/DEFAULT.ASP](http://www.inep.gov.br/estatisticas/perfil/default.asp)>. ACESSO EM 24 DE JANEIRO DE 2005.

ISHAM, M.; GARRETT, A.; SHAUGHNESSY, F. M. QUESTÕES FILOSÓFICAS CONTEMPORÂNEAS EM EDUCAÇÃO: ENTREVISTA COM AMY GUTMANN. IN. SHAUGHNESSY, M. F. ET.AL. (ORGS.). *FILOSOFIA, EDUCAÇÃO E POLÍTICA*. TRADUÇÃO DE PEDRO FERNANDO BENDASSOLI. SÃO PAULO: DP&A, 2002.

KEHL, M. R. A JUVENTUDE COMO SINTOMA DA CULTURA. IN. NOVAES, R.; VANNUCHI, P.. (ORGS.). *JUVENTUDE E SOCIEDADE*: TRABALHO, EDUCAÇÃO, CULTURA E PARTICIPAÇÃO. SÃO PAULO: FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, 2004.

KUSCHNIR, K.; CARNEIRO, L. P. AS DIMENSÕES SUBJETIVAS DA POLÍTICA: CULTURA POLÍTICA E ANTROPOLOGIA DA POLÍTICA. RIO DE JANEIRO, *ESTUDOS HISTÓRICOS*. N.24, P.227-250, 1999.

LAMOUNIER, B. DEMOCRACIA E REFORMA INSTITUCIONAL NO BRASIL: UMA CULTURA POLÍTICA EM MUDANÇA. RIO DE JANEIRO, *DADOS*, V.34, N.3, 1991.

LENHARD, R. SOCIOLOGIA EDUCACIONAL. SÃO PAULO: PIONEIRA, 1985.

MACPHERSON, C. B. A DEMOCRACIA LIBERAL. RIO DE JANEIRO: ZAHAR, 1978.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL – NOTÍCIAS. DADOS PRELIMINARES DO CENSO ESCOLAR 2004. DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW.MEC.GOV.BR](http://www.mec.gov.br). ACESSO EM 15 DE DEZEMBRO DE 2004.

MOISÈS, J. A. *OS BRASILEIROS E A DEMOCRACIA*: BASES SÓCIO-POLÍTICAS DA LEGITIMIDADE DEMOCRÁTICA. SÃO PAULO, ÁTICA, 1995.

MONTSERRAT, GUIBERNAU. *LOS NACIONALISMOS*. BARCELONA: EDITORA ABRIL S.A. 1996.

MOSCA, G. *LA CLASSE POLÍTICA*. MÉXICO: FONDO DE CULTURA ECONÔMICA, 1992.

MOTA, C. G. INTRODUÇÃO. IN. MOTA, C. G. (ORG.). *VIAGEM INCOMPLETA: A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA (1500-2000)*. SÃO PAULO: SENAC, 2000.

O'DONNELL, G. HIATOS, CONTINUIDADES E PERSPECTIVAS DEMOCRÁTICAS. IN. REIS, FÁBIO W. & O'DONNELL, GUILHERMO (ORGS.) *A DEMOCRACIA NO BRASIL, DILEMA E PERSPECTIVA*. SÃO PAULO. VÈRTICE, REVISTA DOS TRIBUNAIS, 1998.

OLSON, M. *A LÓGICA DA AÇÃO COLETIVA*. SÃO PAULO: EDUSP, 1999.

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS: ENSINO MÉDIO. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO MÉDIA E TECNOLÓGICA. BRASÍLIA: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 1999.

PATEMAN, C. *PARTICIPAÇÃO E TEORIA DEMOCRÁTICA*. RIO DE JANEIRO: PAZ E TERRA, 1992.

- PEREIRA, L.C.B.; WILHEIM, T.; SOLA, L. (ORGS.). *SOCIEDADE E ESTADO EM TRANSFORMAÇÃO*. SÃO PAULO: UNESP, 1999.
- PINTASSILGO, J. *REPÚBLICA E FORMAÇÃO DOS CIDADÃOS: A EDUCAÇÃO CÍVICA NAS ESCOLAS PRIMÁRIAS DA PRIMEIRA REPÚBLICA PORTUGUESA*. LISBOA: EDIÇÕES COLIBRI, 1998.
- PLATÃO. *A REPÚBLICA*. 8.ED. TRADUÇÃO DE MARIA HELENA DA ROCHA PEREIRA. SÃO PAULO: CALOUSTE GULBENKIAN, 1996.
- PRÀ, J. R. (RE) SOCIALIZAR É PRECISO: APORTES PARA UMA RELEITURA SOBRE GÊNERO E JUVENTUDE NO BRASIL. IN. BAQUERO, M. ET.AL. (ORGS.) *DEMOCRACIA, JUVENTUDE E CAPITAL SOCIAL NO BRASIL*. PORTO ALEGRE: UERGS, 2004
- REIS, F. W.; O'DONNELL, G. (ORGS.). *A DEMOCRACIA NO BRASIL: DILEMA E PERSPECTIVA*. SÃO PAULO: VÉRTICE, 1988.
- RIBEIRO, B. DE O. L.; SILVA, E. F. DA. *PRIMÓRDIOS DA ESCOLA PÚBLICA REPUBLICANA NO TRIÂNGULO MINEIRO*. ITUIUTABA: EGIL, 2003.
- RIBEIRO, E. *CULTURA POLÍTICA E TEORIA DEMOCRÁTICA: IMPLICAÇÕES EMPÍRICAS E UM DEBATE TEÓRICO*. DISSERTAÇÃO DE MESTRADO. PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. CURITIBA, 2002.
- SADER, E. *QUANDO NOVOS PERSONAGENS ENTRAM EM CENA*. RIO DE JANEIRO: PAZ E TERRA, 1988.
- SANTOS, B. DE S. *PELA MÃO DE ALICE: O SOCIAL E O POLÍTICO NA PÓS-MODERNIDADE*. SÃO PAULO: CORTEZ, 1995.
- SANTOS, B. DE S.; AVRITZER, L. INTRODUÇÃO: PARA AMPLIAR O CÂNONE DEMOCRÁTICO. IN. SANTOS, B. DE S. (ORG.). *DEMOCRATIZAR A DEMOCRACIA: OS CAMINHOS DA DEMOCRACIA PARTICIPATIVA*. 2.ED. RIO DE JANEIRO: CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA, 2003.
- SARDOC, M. TEORIZANDO A EDUCAÇÃO CIDADÃ: ENTREVISTA COM EAMONN CALLAN. IN. SHAUGHNESSY, M. F. ET.AL. (ORGS.) *FILOSOFIA, EDUCAÇÃO E POLÍTICA*. TRADUÇÃO DE PEDRO FERNANDO BENDASSOLI. SÃO PAULO: DP&A, 2002
- SARTI, C. A. O JOVEM NA FAMÍLIA. IN. NOVAES, R.; VANNUCHI, P. (ORGS.) *JUVENTUDE E SOCIEDADE: TRABALHO, EDUCAÇÃO, CULTURA E PARTICIPAÇÃO*. SÃO PAULO: FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, 2004.
- SARTORI, G. *HOMO VIDENS: TELEVISÃO E PÓS-PENSAMENTO*. LISBOA: TERRAMAR, 2000.
- SARTORI, G. *TEORIA DEMOCRÁTICA REVISITADA*. SÃO PAULO: ÀTICA, 1994. (V.1)
- SAVIANI, D. *A NOVA LEI DA EDUCAÇÃO: TRAJETÓRIA, LIMITES E PERSPECTIVAS*. 2.ED. CAMPINAS: CORTEZ, 1997.
- SAVIANI, D. *EDUCAÇÃO BRASILEIRA: ESTRUTURA E SISTEMA*. 6.ED. SÃO PAULO: CORTEZ: 1987.

SCERER-WARREN, I. *CIDADANIA SEM FRONTEIRAS: AÇÕES COLETIVAS NA ERA DA GLOBALIZAÇÃO*. SÃO PAULO: HUCITEC, 1999.

SCHUMPETER, J. *CAPITALISMO, SOCIALISMO E DEMOCRACIA*. RIO DE JANEIRO: FUNDO DE CULTURA, 1961.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO DE SANTA CATARINA. *PROPOSTA CURRICULAR DE SANTA CATARINA: EDUCAÇÃO INFANTIL, ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO: TEMAS MULTIDISCIPLINARES*. FLORIANÓPOLIS: COGEN, 1998.

SILVA, E. F. DA. *O FRACASSO DA OPOSIÇÃO NO PODER – LAGES: 1972-1982*. LETRAS CONTEMPORÂNEAS. FLORIANÓPOLIS, SC 1994.

SOUSA, J. T. P. DE. *REINVENÇÕES DA UTOPIA: A MILITÂNCIA POLÍTICA DE JOVENS NOS ANOS 90*. SÃO PAULO: HACKER, 1999.

SPOSITO, MARÍLIA PONTES (COORD.). *JUVENTUDE E ESCOLARIZAÇÃO (1980-1998)*. BRASÍLIA: MEC/ INEP/ COMPED, 2002.

TEIXEIRA, A. *EDUCAÇÃO NÃO É PRIVILÉGIO*. RIO DE JANEIRO: UFRJ, 1994.

TEIXEIRA, A. *EDUCAÇÃO NO BRASIL*. SÃO PAULO: EDITORA NACIONAL, 1976.

TORRES, C. A. *DEMOCRACIA, EDUCAÇÃO E MULTICULTURALISMO: DILEMAS DA CIDADANIA EM UM MUNDO GLOBALIZADO*. TRADUÇÃO CARLOS ALMEIDA PEREIRA. PETRÓPOLIS: VOZES, 2001.

TOUZIN, C. QUI SONT LES 18-24 ANS?. MONTREAL, LA PRESSE, P.A29, 11 DE SETEMBRO DE 2004.

VITA, Á. DE. *SOCIOLOGIA DA SOCIEDADE BRASILEIRA*. SÃO PAULO: ÁTICA, 1999.

WALZER, M. *Da tolerância*. Tradução Almiro Pisseta. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

ANEXO

ANEXO

INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

I - CADASTRO/DADOS BÁSICOS

1 - Nome:

2 - Idade:

3 - Sexo:

1.masculino 2.feminino

4 - Estado civil:

1.casado(a)

2.solteiro(a)

3.divorciado(a)

4.viúvo(a)

5.NR

5 - Qual a sua religião?

1.Católica

2.Protestante

3.Espírita

4.Não tem religião

5.Outras

6.NS

7.NR

6 - Ocupação do pai:

1.agricultor

2.assalariado

3.funcionário público

4.empresário

5-desempregado

6.outras

7.NS

8.NR

7 - Caso trabalha na terra (o pai) em que categoria se enquadra:

1.proprietário

2.não proprietário

3.NS

4.NR

8 - Escolaridade do pai:

1. ensino superior completo

2. ensino superior incompleto

3.ensino médio completo

4.ensino médio incompleto

5.ensino fundamental completo

6.ensino fundamental incompleto

7.analfabeto

8.NS

9 - Ocupação da mãe:

- 1.do lar
- 2.assalariada
- 3.funcionária pública
- 4.desempregada
5. doméstica
- 6.NS

10 - Escolaridade da mãe:

- 1.ensino superior completo
2. ensino superior incompleto
- 3.ensino médio incompleto
- 4.ensino médio completo
- 5.ensino fundamental completo
- 6-ensino fundamental incompleto
- 7.analfabeta
- 8.NR

II- EFICÁCIA POLÍTICA NA ESCOLA

11 - Você costuma discutir os problemas da escola com seus colegas?

- 1.Sim
- 2.Depende
- 3.Às vezes
- 4.Não
- 5.NS
- 6.NR

12 - Quando não gosta de alguma coisa na escola, o que faz?

- 1.Reclama á direção
- 2.Procura o grêmio
- 3.Procura um professor
- 4.Reclama para os pais
- 5.Não faz nada
- 6.NS
- 7.NR

13 - Você pertence a alguma organização estudantil?

- 1.Sim
- 2.Não
- 3.NS
- 4.NR

14 - Você gostaria de ocupar algum cargo de liderança estudantil?

- 1.Sim
- 2.Não
- 3.Outras respostas-----
- 4.NS
- 5.NR

15 - Você acha que é importante que um estudante participe de alguma entidade estudantil?

- 1.Sim
- 2.Não
- 3.Outras respostas-----
- 4.NS
- 5.NR

16 - Você acha que os alunos deveriam ter influência nas decisões da escola?

1. Alto grau de influência
2. Médio grau de influência
3. Baixo grau de influência
4. Nenhuma influência
5. NS
6. NR

17 - Na sua opinião, o conhecimento e as experiências extra-escolares são valorizadas pelos professores?

1. Todo conhecimento é valorizado
2. Algum conhecimento é valorizado
3. Nenhum conhecimento é valorizado
4. NS
5. NR

18 - Na sua opinião, quem desempenha um papel mais relevante no processo de sua formação para se tornar um cidadão consciente e participativo:

1. A escola
2. A família
3. Outras instituições
4. NS
5. NR

19 - Na sala de aula são difundidos valores relacionados à ordem democrática. Em relação a esta afirmativa você:

1. Concorda muito
2. Concorda
3. Não concorda nem discorda
4. Discorda
5. NS
6. NR
7. Discorda muito

20 - Você concorda ou discorda da seguinte afirmação:

“A escola cumpre plenamente a função de formação do cidadão possibilitando aos seus alunos o acesso ao conhecimento que permite a compreensão da realidade política em que estamos inseridos”.

1. Concorda muito
2. Concorda
3. Não concorda nem discorda
4. Discorda
5. Discorda muito
6. NS
7. NR

21 - A relação entre família-escola-aluno é importante para a formação da cidadania? Por quê?

22 - Qual é o papel da educação política escolar na atualidade?

23 - Você acha que a escola, através dos professores, prepara os alunos para o desenvolvimento da cidadania e influencia na formação dos conceitos e valores políticos? De que maneira?

III - PARTICIPAÇÃO POLÍTICA, CONFIANÇA E ADESÃO ÀS INSTITUIÇÕES E AOS PRINCÍPIOS DA DEMOCRACIA

24 - De um modo geral, qual o seu grau de interesse por política?

1. Muito alto
2. Alto
3. Médio
4. Baixo
5. Muito baixo
6. NS
7. NR

25 - Falando sobre a campanha eleitoral do último ano, você: (LER UM POR UM DOS ITÊNS DO QUADRO ABAIXO);

	A	B	X	z
1. Compareceu a algum comício	Sim	Não	NS	NR
2. Deu dinheiro para a campanha de algum dos partidos				
3. Fez algum trabalho para algum candidato ou partido, por exemplo colocando cartazes distribuindo propagandas, transportando gente?				
4. Colocou cartazes em sua casa, automóvel ou local de trabalho?				
5. Compareceu a alguma reunião para ouvir debates sobre a eleição, por exemplo em associações de bairro, centro comunitário, sindicatos, ou alguma outra?				
6. Usou broches de algum candidato?				

26 - Você costuma falar de política em casa, com pessoas da família, no trabalho, com vizinhos, etc.?

	1. Frequentemente.		2. Raramente	3. Nunca	4. NS	5. NR
Pessoas da família						
Colegas de trabalho/escola						
Amigos						
Vizinhos						
Pessoas que não conhece na rua, em bares, no ônibus, etc						

27 - Você assistiu na **TELEVISÃO** algum debate entre candidatos nas últimas eleições?

1. Sim
2. Não
3. NS
4. NR

28. Você costuma...

	1. Sim, diariamente	2. Sim, pelo menos. 1 vez por semana	3. Só de vez em quando	4. Nunca	5. NR
1. Ler notícias nos jornais ou revistas					
2. Ouvir o noticiário político no rádio					
3. Assistir o noticiário político na TV					

29 - Você acessa notícias sobre política pela internet quase todos os dias, pelo menos uma vez por semana, de vez em quando ou nunca?

1. Quase todos os dias
2. Pelo menos uma vez por semana
3. De vez em quando
4. Nunca
5. NS/NR

30 - Participaria de atividades políticas se convidado?

- 1- Sim
- 2- Não
- 3- Outras respostas-----
- 4- NS
- 5- NR

31 - Em algumas famílias, o pai e a mãe costumam votar nos mesmos candidatos. Como é na sua família?

- 1- Pai e mãe costumam votar nos mesmos candidatos
- 2- Pai e mãe costumam votar em candidatos diferentes
- 3- Outras respostas
- 4- NS
- 5- NR

32 - Com relação aos seguintes personagens e instituições, qual o seu grau de confiança?

	1 – confia muito	2 – confia pouco	3 – confia	4 – não confia	5 NS	6 NR
Em seus Parentes						
Em seus amigos						
Em seus vizinhos						
Na Polícia						
Nos Políticos						
No Judiciário						
Nos militares						
No Ministério Público						
Nos colegas de trabalho						
No Governo						
Na Igreja						
Nos Partidos Políticos						
Nas Organizações não Governamentais						
No Senado						
Na Câmara Federal						
Na Câmara Estadual						

Na Câmara Municipal						
Na democracia						
Nas pessoas						

33 - Você acha que o voto é importante?

- 1.É muito importante
- 2.É importante
- 3.É pouco importante
- 4.Não é importante
- 5.NS
- 6.NR

34 - Não sendo obrigatório o voto, você votaria assim mesmo?

- 1.Sim
- 2.Não
- 3.Depende
- 4.NS
- 5.NR

35 - De um modo geral, você diria que o Brasil é governado em benefício de:

- 1.Toda a população
- 2.Dos vários grupos que atuam politicamente
- 3.NS
- 4.NR

36 - Na sua opinião, os políticos brasileiros, em primeiro lugar cuidam:

- 1.Dos interesses dos eleitores que votaram neles
- 2.Dos seus próprios interesses
- 3.Dos interesses da população em geral
- 4.NS
- 5.NR

37 - Com qual das seguintes opiniões você concorda mais?

- 1.Os partidos são inúteis
- 2.Os partidos prestam um bom serviço
- 3.Discorda de ambas.
- 4.NS
- 5.NR

38 - Você acha que os partidos políticos representam mais:

- 1.A população/os eleitores
- 2.Os próprios políticos
- 3.NS
- 4.NR

39 - Como você avalia o desempenho do atual governo federal?

- 1.Desempenho ótimo
- 2.Desempenho regular
- 3.Desempenho ruim
- 4.Desempenho péssimo
- 5.NS
- z.NR

40 - Como você o desempenho do atual Governo Estadual?

- 1.Desempenho ótimo
- 2.Desempenho regular
- 3.Desempenho ruim
- 4.Desempenho péssimo
- 5.NS

6.NR

41 – Como você avalia o desempenho do atual Governo Municipal?

- 1.Desempenho ótimo
- 2.Desempenho regular
- 3.Desempenho ruim
- 4.Desempenho péssimo
- 5.NS

42 - Você concorda ou discorda da seguinte informação:

“A democracia é a melhor forma de organização política para o Brasil”.

- 1.Concorda muito
2. Concorda
- 3.Não concorda, nem discorda
- 4.Discorda
- 5.Discorda muito
- 6.NS
- 7.NR

43 - Na sua opinião, no Brasil vivemos uma democracia?

- 1.Sim
- 2.Não
- 3.NS
- 4.NR

44 - O sistema político vigente, corresponde as suas expectativas de como deveria ser ou funcionar uma democracia?

- 1.Corresponde plenamente
- 2.Corresponde
- 3.Não corresponde
- 4.NS
- 5.NR

45 - O que você entende por democracia?

46-Como um “cidadão comum”, você acredita que influencia na política?

- 1.Sim
- 2.Em parte
- 3.Não
- 4.NS
- 5.NR

IV - ELITISMO

47 - Você concorda ou discorda da seguinte afirmação:

“Ao tomar uma decisão, o governo deve ouvir apenas a opinião das pessoas que tem conhecimento sobre o assunto.”

- 1.Concorda muito
- 2.Concorda
- 3.Não concorda, nem discorda
- 4.Discorda
- 5.Discorda muito
- 6.NS
- 7.NR

48 - Você concorda ou discorda da seguinte afirmação:

“Existem muitas maneiras de influir na política do país e do estado, mas é necessário que as pessoas se interessem e queiram influenciar.”

1. Concorda muito
2. Concorda
3. Não concorda, nem discorda
4. Discorda
5. Discorda muito
6. NS
7. NR

49 - Na sua opinião, apenas os dotados de escolaridade suficiente deveriam poder votar?

1. Sim
2. Não
3. NS
4. NR

50 - Na sua opinião, apenas os dotados de escolaridade suficiente deveriam poder concorrer a cargos
eletivos?

1. Sim
2. Não
3. NS
4. NR